

**SEÇÃO**

**RESUMOS**

**Pesquisas**

---

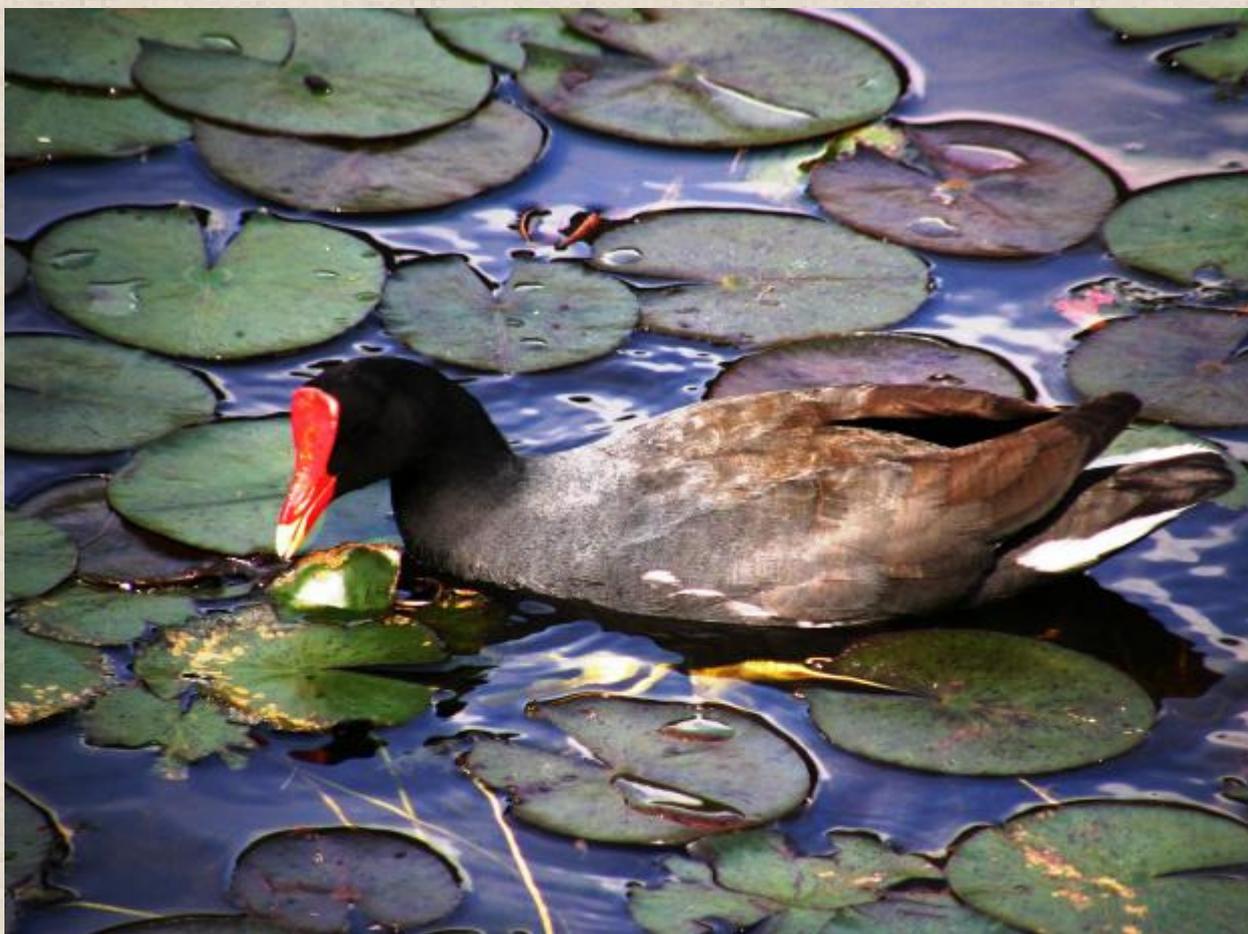
## Descobrimento

Abancado à escrivaninha em São Paulo  
Na minha casa da rua Lopes Chaves  
De supetão senti um friúme por dentro.  
Fiquei trêmulo, muito comovido  
Com o livro palerma olhando pra mim.

Não vê que me lembrei que lá no Norte, meu Deus!  
muito longe de mim  
Na escuridão ativa da noite que caiu  
Um homem pálido magro de cabelo escorrendo nos olhos,  
Depois de fazer uma pele com a borracha do dia,  
Faz pouco se deitou, está dormindo.

Esse homem é brasileiro que nem eu.

**Mário de Andrade**



## **ZONEAMENTO TURÍSTICO EM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS: UM DIÁLOGO ENTRE CONSERVAÇÃO, OFERTA DE ATRATIVOS E PERFIL DA DEMANDA ECOTURÍSTICA**

**Luis Henrique Souza\***, **Marcus Vinícius Noronha Oliveira\*\***

\*Universidade Federal de Pernambuco, \*\*Universidade Federal de Sergipe

E-mails: luis\_rce@yahoo.com.br, mv\_bioufs@hotmail.com

As Áreas Naturais Protegidas (ANP's) apresentam vocações singulares para a prática do ecoturismo, suscitando a dialética entre as funções intrínseca e utilitária destes territórios e revelando preocupações com a conservação do acervo biótico e abiótico e com a sensibilidade do tecido social local. Em função dos impactos negativos provocados pelo turismo e a necessidade de estabelecer instrumentos que viabilizem *na prática* as premissas da sustentabilidade, advoga-se uma maior relevância quanto à aplicação de modelos de gestão do turismo em ANP's. Neste sentido, o presente artigo realiza uma abordagem que aproxima a oferta de atrativos das ANP's com diferentes perfis da demanda ecoturística, com o objetivo de apresentar uma proposta de Zoneamento turístico, tendo como estudo de caso o Parque Nacional da Serra de Itabaiana (PARNASI) no estado de Sergipe. Para tanto, utilizou-se uma metodologia de estudo descritivo, mediante a coleta de dados por entrevista e observação direta, além de pesquisa documental. A literatura apresenta diversas tipologias de perfis de ecoturistas e neste trabalho serão detalhados os estudos de Fernie que classifica a demanda ecoturística em Eco-Especialistas, Eco-Intermediários e Eco-Generalistas. Para estabelecer a correlação entre as atividades preferenciais destes perfis e Zoneamento turístico, foi utilizado o modelo ROS (*Recreational Opportunity Spectrum*). Os resultados mostram o contributo potencial das estratégias de Zoneamento turístico para a conservação e melhoria da experiência turística, através da conciliação entre o perfil do ecoturista e a oferta de atrativos naturais das ANP's. Assim, este estudo revelou a existência de infraestruturas e facilidades, a exemplo do acesso principal ao PARNASI; da trilha para a cachoeira do Poço das Moças e do Centro Administrativo, os quais atendem às necessidades do perfil "Eco-generalista" e configuraram o Zoneamento "Recreativo Intensivo" do modelo ROS. De modo semelhante, o PARNASI apresenta um conjunto de trilhas de longo curso ou de difícil acesso que atendem às motivações do perfil "Eco-Especialista", destacando-se a zona da trilha do Caldeirão, que conduz o turista às cachoeiras do Caldeirão, da Árvore e do Cipó e prossegue até o "Topo da Serra". Neste percurso, o turista conhece a flora diversificada do PARNASI, sua avifauna e formações geológicas singulares, ou seja, zonas com ecossistemas de valores inestimáveis próprias do Zoneamento Natural Intensivo do ROS. As Trilhas da Via Sacra e do Véu de Noivas, por sua vez, atendem ao perfil "Eco-intermediário" em função do baixo grau de dificuldade para percorrê-las, representando uma zona do tipo Natural Intensivo. Conclui-se que a gestão do ecoturismo, apoiado em estratégias de Zoneamento turístico, representa um caminho para o alcance dos objetivos da sustentabilidade do turismo em ANP's, mediante a segmentação e aproximação do potencial da oferta turística destes territórios com as motivações dos diferentes perfis de demanda ecoturística, devendo, portanto, ser estabelecida uma gestão dos fluxos turísticos de modo a direcionar cada perfil da demanda para as Zonas turísticas da ANP que mais se adéquam a cada perfil.

**Palavras-chave:** Áreas Naturais Protegidas; Zoneamento Turístico; Demanda Ecoturística.



## **PLANEJAMENTO E PROJETO DE INSTALAÇÕES ECOTURÍSTICAS EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL: O CASO DE GUARAQUEÇABA (PR)**

***Paula Helena Garcia***

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

E-mail: phgarcia@terra.com.br

A proposição de intervenções arquitetônicas ecoturísticas em uma área de preservação ambiental para o município de Guaraqueçaba com aproximadamente 8.000 habitantes, situado no litoral do Paraná, a 174km da capital Curitiba é o tema do trabalho. O município está localizado em uma Área de Preservação Ambiental, a APA Guaraqueçaba, próxima ao importante eixo econômico Curitiba-São Paulo e reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Natural da Humanidade e Reserva da Biosfera, sendo também um dos ecossistemas mais conservados do mundo. Inserida em uma região com excelentes atrativos naturais, culturais e históricos, Guaraqueçaba carece de instalações adequadas que viabilizem a melhor estruturação do ecoturismo, importante alternativa econômica para as comunidades locais e instrumento de preservação ambiental nesta área sob a atuação de legislações restritivas. O objetivo do trabalho é contribuir para o correto delineamento das propostas para instalações ecoturísticas, oferecendo alternativas embasadas em critérios diversos: legislativos, ambientais e culturais. A metodologia seguida pela pesquisa seguiu técnicas que pudessem propiciar a melhor observação, descrição, comparação e classificação dos fundamentos observados para chegar, por indução, ao conhecimento das condições determinantes para elaboração de uma proposta: o projeto. Visando proporcionar maior familiaridade com o problema, a pesquisa de ordem exploratória foi de fundamental importância e consistiu na coleta de dados de fontes primárias resultantes do contato direto com o campo de desenvolvimento da pesquisa e secundárias na consulta aos documentos diversos a respeito da região de Guaraqueçaba, da conceituação do termo ecoturismo e da arquitetura à ele relacionada. Todo o processo da pesquisa resultou na indicação de diretrizes e na proposição de atuações arquitetônicas pontuais e criteriosas em concordância com os princípios do tema em estudo, configurando-se como instrumento auxiliar para o planejamento e projeto de estruturas ecoturísticas em Áreas de Proteção Ambiental.

**Palavras-chave:** Arquitetura, Ecologia, Guaraqueçaba (PR); Arquitetura Sustentável; Ecoturismo.



## **O (DES) USO PÚBLICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: AVALIAÇÃO EM ALGUMAS ÁREAS PROTEGIDAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

***Nadja Maria Castilho da Costa\**, *Marcio Luiz Gonçalves D'Arrochella\**,  
*Maria Aparecida de Souza\**, *Sheila Silva da Costa\**, *Thiago Moreira Safadi\****

\*Universidade do Estado do Rio de Janeiro

E-mails: [nadjacastilho@oi.com.br](mailto:nadjacastilho@oi.com.br), [marciogeouerj@yahoo.com.br](mailto:marciogeouerj@yahoo.com.br), [mariaaparecida-de.souza@gmail.com](mailto:mariaaparecida-de.souza@gmail.com), [sheilasc21@hotmail.com](mailto:sheilasc21@hotmail.com), [thiagosafadi@gmail.com](mailto:thiagosafadi@gmail.com)

Uma das funções de algumas unidades de conservação de proteção integral é permitir e monitorar a visitação e o lazer nas áreas destinadas ao uso público. Alguns parques fluminenses vêm promovendo práticas variadas utilizando, indiretamente, os recursos físico-bióticos neles existentes. Entretanto, poucos o fazem de maneira correta, acarretando impactos ao meio ambiente e, ao mesmo tempo, a insatisfação do visitante/turista. Neste contexto, o objetivo do presente trabalho é avaliar, comparativamente, o processo de planejamento e implementação do uso público em quatro unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro sendo três, localizadas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Parque Nacional da Tijuca, Parque Estadual da Pedra Branca e Parque Natural Municipal da Taquara) e uma localizada no município de Rio das Ostras (Parque Natural Municipal dos Pássaros). A análise geral dos resultados obtidos mostra que, embora pertençam a mesma categoria de manejo (parque), existem diferenças significativas entre as quatro áreas protegidas, no que diz respeito ao tema analisado. As unidades que possuem plano de manejo, com programa de uso público definido, possuem estratégias de ação para a correta condução da visitação, embora em alguns casos não a efetue de maneira plenamente satisfatória, ao contrário das unidades desprovidas daquele documento básico, norteador do manejo e gestão de toda a área legalmente protegida. Nas unidades sem plano, as práticas ditas ecoturísticas são realizadas aleatoriamente, promovidas por agentes externos à administração da unidade, sem o devido acompanhamento do que está sendo efetivamente realizado.

**Palavras-chave:** Unidade de Conservação; Uso Público; Manejo.

## **GESTÃO INTEGRADA DO ECOTURISMO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO CEARÁ: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A SUA IMPLEMENTAÇÃO NA APA DA SERRA DE BATURITÉ**

***Hermógenes Henrique Oliveira Nascimento\**, *Valéria de Andrade Maia\*\****

\*Gestor Ambiental da SEMACE, \*\*Engenheira do IFRN-Campus Santa Cruz

E-mails: henrique.sampa@gmail.com,

No contexto por uma nova dinâmica de gestão territorial de forma integrada com as peculiaridades e vocações locais de cada região, o presente estudo busca implementar e, posteriormente, consolidar atividades de ecoturismo nas Unidades de Conservação (UC) do Ceará. Com esse cenário configurado, recortam-se na proposta em tela cinco municípios (Redenção, Pacoti, Guaramiranga, Mulungu e Aratuba) compreendidos na APA da Serra de Baturité, com intuito inicial de amostragem para embasar a viabilidade deste Programa. Dessa forma, além de planejar, estruturar, organizar e monitorar a visitação pública e atividades de ecoturismo nas UC, o projeto trazido à baila visa também associar o turismo à valorização e proteção do patrimônio natural das áreas envolvidas. Para tanto, justifica-se a execução deste Projeto haja vista a sua importância com essa abordagem metodológica no Estado do Ceará e pela fragilidade dos ecossistemas abrangidos, principalmente, os que são remanescentes de Mata Atlântica exigirem precaução no planejamento e gerenciamento das atividades no território. Assim sendo, é importante destacar que a base da metodologia principal adotada para a construção deste Programa foi a de ZOPP (do alemão Ziel Orientierte Projekt Planung - Planejamento de Projetos Orientados por Objetivos), que pauta em melhorar a comunicação e a cooperação entre os envolvidos através do planejamento participativo, de claras definições e de foco nas diretrizes do projeto, além de criar um sistema de indicadores para o acompanhamento, avaliação e controle do programa e de sua efetividade, complementando-o com aporte da matriz de SWOT e da Análise de Conteúdo proposta por Bardin. Espera-se que o modelo dos produtos gerados possam subsidiar políticas públicas que desencadeiem o engajamento da comunidade e planos de ação locais, a fim de fortalecer o programa de gestão integrada do ecoturismo e de visitação pública para a sua real efetivação no Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Logo, esse trabalho visa o desenvolvimento do ecoturismo utilizando os recursos naturais e culturais da região contemplada pelos projetos, como diferencial competitivo e estratégico, estimulando o crescimento econômico duradouro e a preservação permanente da biodiversidade regional.

**Palavras-chave:** Gestão Integrada; Ecoturismo; Unidades de Conservação.

## **CULTURAS ORIGINÁRIAS E TURISMO: UMA EXPERIÊNCIA DE TURISMO COMUNITÁRIO NO MUNDO MAPUCHE, TRALCAO, SUL DO CHILE**

***Christian Eduardo Henríquez Zuñiga\**, *Marisela Pilquiman\*\**,  
*Juan Carlos Skewes\*\*\**, *Carlos Alberto Cioce Sampaio\*\*\*\****

\*Universidad Austral de Chile (UACH), \*\*Universidad Autónoma de Madrid,  
\*\*\*Universidad Alberto Hurtado, \*\*\*\*Universidade Regional de Blumenau

E-mails: christianhen@gmail.com, mariselapilquiman@yahoo.com, skewes.juancarlos@gmail.com, carlos.cioce@gmail.com

A revitalização de espaços e elementos simbólicos, conjuntamente a governança de territórios habitados é uma prioridade dos povos originários da América Latina, diante de uma história de repressão cultural. Estes, por sua vez, tentam conservar elementos tangíveis e intangíveis próprios de sua cultura. Contudo, esse esforço não é tarefa fácil quando há o predomínio da cultura ocidental, pretenciosamente homogênea, com traços urbanos e materialistas. No caso do Chile, a reivindicação de povos originários, e especificamente dos Mapuches, não é diferente desse quadro apontado, pois nem sempre suas demandas têm encontrado uma boa acolhida na população chilena. Os Mapuches se encontram em uma situação de precariedade, são discursivamente descontextualizados e desterritorializados. A problemática esta dada pelas disputas e imposições sobre uso, acessos e a qualidade da água, o que altera e condiciona a cotidianidade da comunidade. Neste contexto o presente trabalho objetiva dar conta de uma experiência na qual se procurou avançar na criação de instâncias que promovem a identificação e priorização das demandas da comunidade de Tralcao, assim como também propor a possibilidade de gerar novas formas de conhecimento inter e em direção à transdisciplina para respondê-las. A experiência aqui relatada inspira-se na perspectiva do turismo de base comunitária (TBC) desenvolvida na localidade de Tralcao, situada geograficamente em parte no Santuário da Natureza Carlos Andwnter e na Bacia Hidrográfica do Rio Valdivia, região dos Rios, Sul do Chile. O relato da experiência vivenciada por um grupo intergeracional de estudantes do curso Filosofias do Desenvolvimento no âmbito do Programa de Honra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano Sustentável (graduação) e do Projeto Pré-Honra de Ecolíderes (ensino médio) vinculados a Universidade Austral do Chile. O eixo articulador do TBC se sustenta na hospitalidade e cotidianidade indígena, na qual se deseja conservar modos de vida das comunidades tradicionais e preservar a biodiversidade do entorno, construindo de maneira solidária propostas de turismo como alternativa para resgatar, difundir e conservar o mundo mapuche.

**Palavras chaves:** Turismo de Base Comunitária; Povos Originários; Hospitalidade; Cotidianidade,



## O DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO EM PARQUES NACIONAIS: A VISITAÇÃO NO PARQUE NACIONAL DA LAGOA DO PEIXE (RS) EM ANÁLISE

*Débora Garcia Kickhöfel\**

\*Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)

E-mail: deborakick@gmail.com

Ambientes naturais recebem cada vez mais visitantes. No entanto, com o aumento deste fluxo, aumenta-se a preocupação com o meio ambiente. O ecoturismo proporciona o contato com as áreas naturais que, aliado à educação ambiental, possibilita um maior conhecimento acerca do espaço através da interpretação ambiental, estimulando a conservação. O Parque Nacional da Lagoa do Peixe (Parna), no Rio Grande do Sul, apesar de não estar oficialmente aberto a visitação, recebe visitantes durante todo ano. Esta área não possui delimitação física, impossibilitando o controle do fluxo de visitantes. Teve-se como objetivo principal da pesquisa analisar a visitação praticada atualmente e as ações de sensibilização ambiental desenvolvidas com os visitantes do Parque Nacional da Lagoa do Peixe. Ainda, estabelecer o perfil do visitante, identificando e verificando se acontece a sensibilização do mesmo, colaborando para a conservação do Parque. Neste estudo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e o comtemplando dades de conservaçecoturismo e a educaçodocumental. Os dados foram obtidos através de questionários aplicados junto aos visitantes do Parque a fim de nortear o tipo de visitação, o conhecimento a respeito do Parque e das boas práticas conhecidas pelos visitantes, bem como as informações sócio-econômicas dos mesmos; entrevistas com servidor do Parque e responsável pela agência receptiva em Mostardas com intuito de analisar a visitação feita e identificar quais as orientações fornecidas aos visitantes; e, ainda, observação individual sistemática não-participante para examinar as condições físicas do Parque. A amostra adquirida com os questionários foi definida como não probabilística intencional, pois não se buscou representar o universo de visitantes do Parque em estudo, mas uma amostra deste. Foi considerado um total de 44 respondentes no período de 23 de outubro de 2010 a 23 de novembro de 2010. Com base nos dados coletados, não são realizadas atividades de sensibilização e interpretação ambiental do espaço visitado nem são fornecidas orientações sobre as boas práticas em áreas naturais. Além disso, a comunidade local não tem participação significativa no desenvolvimento do turismo, pois os dados obtidos mostraram que o artesanato e as tradições locais têm sido pouco valorizados. Contudo, a visitação desenvolvida no Parque não pode ser definida como ecoturismo, podendo ser denominada apenas turismo de natureza ou turismo em áreas naturais, não contemplando os princípios fundamentais da modalidade ecoturismo. Conclui-se que, o Parque não dispõe de um programa de educação ambiental e o ecoturismo é inexistente, pois não desenvolve a consciência ecológica através da interpretação e educação ambiental. Ainda, verifica-se que as poucas ações visando fornecer informação e sensibilização ambiental não são eficientes na conservação do Parna. A amostra obtida através dos questionários foi pouco expressiva para definir o perfil dos visitantes do Parque. Porém, esta amostra revelou tendências quanto aos tipos de visitantes e como é realizada a visitação nesta área, na visão dos mesmos. Por fim, afirmou-se que o ecoturismo é a melhor opção de atividade turística em Parques Nacionais. Se bem manejado, pode trazer benefícios para o visitante e para a comunidade local, além de beneficiar a própria Unidade a alcançar o seu principal objetivo de conservação.

**Palavras-chave:** Ecoturismo; Educação Ambiental; Sensibilização.



## PROTEÇÃO DE BIODIVERSIDADE VIA ECOTURISMO: O USO DE INCENTIVOS ECONÔMICOS COMO FERRAMENTA DE CONSERVAÇÃO

*Fernanda de Vasconcellos Pegas\**

\*Griffith University - International Centre for Ecotourism Research

E-mail: f.pegas@griffith.edu.au

A premissa central do ecoturismo é gerar benefícios diretos para o meio ambiente e para as comunidades locais, como por exemplo fornecer alternativas de renda, melhorar a infra-estrutura local e gerar oportunidades de emprego. O pressuposto é que estes benefícios tornem-se incentivos para que os moradores destas comunidades apoiem a conservação ambiental via ecoturismo. Na prática, vários são os casos em que as metas sócio-econômicas, ambientais, ou ambas, não foram alcançadas. Por quase 30 anos, o Programa Brasileiro de Conservação das Tartarugas Marinhas (TAMAR) vem oferecendo incentivos econômicos (empregos e alternativas de renda) via ecoturismo como ferramenta para proteger as tartarugas marinhas e seus ninhos na comunidade de Praia do Forte, Bahia. O presente estudo avalia a relação entre estes benefícios econômicos e a conservação das tartarugas. Dados foram coletados durante nove meses de pesquisa etnográfica, entre 2006 e 2008, usando entrevistas semi-estruturadas com 77 moradores da Praia do Forte. Entre os entrevistados, 25 trabalhavam para o TAMAR e 15 são pescadores locais. Resultados demonstram um apoio geral por parte da comunidade em relação à proteção das tartarugas. Entre os entrevistados, 74 (96%) consideram o TAMAR uma organização que oferece empregos, alternativas de renda e oportunidades de educação para a comunidade. Setenta e dois entrevistados afirmaram ter uma perspectiva diferente sobre as tartarugas, sendo a influência econômica via ecoturismo na economia local um dos fatores mais citados pelos entrevistados. Apesar do reconhecimento e valorização econômica, a média salarial dos funcionários do TAMAR foi mais baixa do que a média relatada pelos entrevistados que trabalham como autônomos ou em outros estabelecimentos na vila. Fatores não econômicos, como o estabelecimento de um relacionamento positivo e laços de confiança com os fundadores do Projeto são fatores que influenciam a maneira pela qual vários entrevistados se identificam e valorizam o TAMAR. Quarenta e oito entrevistados disseram que as ameaças às tartarugas persistem apesar da tradição de caçar tartarugas e coletar ovos tenha diminuído significativamente desde 1982. Treze entrevistados sabiam de pelo menos um caso de caça entre 2007 e 2008, sendo os pescadores de lagosta e trabalhadores de construção, ambos não locais, citados como responsáveis por tal prática. A presença destes moradores na vila é associada com o intenso desenvolvimento da indústria do turismo na região. De fato, 51(66%) entrevistados citaram o aumento do custo de vida, tráfico de drogas, violência, e prostituição na vila como problemas gerados pelo turismo. Para 72 (94%) dos entrevistados, a qualidade de suas vidas irá deteriorar nos próximos cinco anos por causa dos impactos gerados pelo turismo na região. O fato do ecoturismo ser implementado paralelo ao turismo de massa salienta a complexidade enfrentada por vários projetos de conservação. Sendo assim, apesar de ter o apoio da comunidade e ter atingido grande sucesso na diminuição da caça predatória das tartarugas na região, o desafio de criar e manter as condições que beneficiem a comunidade e o meio ambiente continuam.

**Palavras-chave:** Ecoturismo; Desenvolvimento Comunitário; Tartarugas Marinhas



## VALORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DE PRÁTICAS ECOTURÍSTICAS COMO VETORES DE APROPRIAÇÃO DAS PAISAGENS NO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO CIPÓ (MG)

**Marcio Bahia Labruna\***, **Philippe Beringuier\*\***

\*FFLCH- Universidade de São Paulo, \*\* Université Toulouse Le Mirail

E-mails: marciobahia@hotmail.com, beringuier@wanadoo.fr

O desenvolvimento de atividades voltadas para o Ecoturismo ou Turismo Cultural (UNAT, 2002) favorece a abertura dos espaços de natureza (Grenier, 2000, 2002) onde a paisagem tem uma função de mediadora entre as novas formas de valorização e os territórios. Isto faz com que as paisagens apropriadas e valorizadas pelo ecoturismo se insiram na nova economia cultural do espaço, no qual o debate contemporâneo não cansa de testemunhar (Crang, 1997; Cosgrove, 1998 ; Terkenli, 2002, 2006). O presente artigo pretende colocar em evidência os processos de apropriação das paisagens, de uma parte, institucionalizadas através das Unidades de Conservação, e de outra parte, como consequência de sua ressignificação a partir das dinâmicas de valorização interna e periférica do ecoturismo, na qual estes territórios são objeto. Nós escolhemos como estudo de caso o Parque Nacional da Serra do Cipó, localizado a sudeste do Estado de Minas Gerais, na porção meridional da Reserva da Biosfera "Serra do Espinhaço". Partimos de uma abordagem voltada para a Geografia das Representações para compreender e explicar as representações dos grupos de atores institucionais (Parque Nacional Serra do Cipó, Reserva da Biosfera Serra do Espinhaço, Governo do Estado de Minas Gerais, Projeto *Estrada Real* e Operadores de Ecoturismo) e suas formas de planejamento e gestão do ecoturismo que dinamizam as paisagens a partir de novos valores inseridos neste. A Serra do Cipó faz parte de uma estratégia de gestão para conservação e preservação de paisagens ditas « fundamentais », de grande valor estético, biológico e cultural. Seu território, marcado por uma descontinuidade nos níveis de proteção, é orientado para um objetivo comum de valorização das características naturais e culturais e como recurso patrimonial de importância local/internacional. Esta valorização se realiza a partir de diferentes níveis de exposição para e pelo ecoturismo, fator de produção de novos territórios. De que maneira o atual planejamento da atividade ecoturística não se encontra em vias de construir paisagens « espetáculos » a partir das atuais mutações nas formas, valores e usos na paisagem ? Nós assistimos, portanto, a uma construção social de novas identidades a partir de uma revalorização da natureza e cultura para fins de ecoturismo. Entramos na nova economia cultural do espaço com a emergência da renegociação cultural e da reinterpretação de novos modelos de paisagem nas Unidades de Conservação (PARNA, APA) e de suas dinâmicas socioculturais. A fronteira de proteção da noção do « wilderness » se reestabelece com a perspectiva do ecoturismo como o processo de desconstrução espaço-temporal, que redefine e reforça os particularismos locais (Trapeirismo, Estrada Real). Novas tipologias de paisagem a visitar são estabelecidas e as comunidades locais são motivadas a se ajustarem a esses novos modelos e modos de difusão dos fluxos socioeconômicos e à replicação de certas paisagens para apreciação estética exterior. Redefinem-se as práticas e usos nas paisagens da Serra do Cipó a partir do interesse regional/nacional/internacional produzido pelas representações sociais dominantes (ICMBio, Governo do Estado de Minas Gerais, *Projeto Estrada Real* e Operadores de Ecoturismo) que encontram-se em vias de construir novas sensibilidades às paisagens grandiosas e emblemáticas.

**Palavras-Chave** : Unidades de Conservação; Valorização Ecoturística; Planejamento Territorial.

## **ECOTURISMO EM PARQUES NACIONAIS DO RIO DE JANEIRO: UMA ABORDAGEM PRELIMINAR SOB A ÓTICA DA GESTÃO**

***Marta de Azevedo Irving\*, Bruna Ranção Conti\*, Frances Vivian Corrêa\****

\*Universidade Federal do Rio de Janeiro

E-mails: marta.irving@mls.com.br, bruna-conti@hotmail.com, francesvivian@uol.com.br

O planejamento do ecoturismo em parques nacionais do Rio de Janeiro constitui prioridade atual de políticas públicas, tendo em vista a aproximação dos grandes eventos internacionais, que terão o estado como importante vitrine do país, entre os quais a Rio+20 (2012), a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (2016). Mas, os parques do estado representam não apenas atrativos turísticos de grande importância para a economia do estado. Eles traduzem também o compromisso do país diante dos desafios estabelecidos pela Convenção da Diversidade Biológica. Neste contexto, o presente trabalho objetiva contribuir para a reflexão sobre os desafios para o desenvolvimento do ecoturismo nestas unidades de conservação sob a perspectiva da gestão. O trabalho foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica e documental, na análise da abordagem sobre o turismo nos Planos de Manejo e, à medida do possível, na avaliação do estágio de implementação dos conselhos consultivos destas áreas protegidas. Atualmente, no território do estado existem cinco parques nacionais (Parque Nacional do Itatiaia, Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Parque Nacional da Tijuca, Parque Nacional da Serra da Bocaina e Parque Nacional da Restinga da Jurubatiba) que englobam uma extensão de 163.340 hectares, em dezenove municípios. Desses parques, quatro possuem Plano de Manejo e todos possuem conselhos gestores. Porém, mesmo contando com tais instrumentos, todos enfrentam sérios problemas, em termos de disponibilidade de informação sistematizada, infraestrutura, recursos humanos e financeiros, o que torna o processo de gestão deficitário, e o que tende a influenciar, negativamente, o planejamento ecoturístico. E apesar do turismo estar internalizado nos Planos de Manejo e fazer parte das pautas de discussão dos conselhos, não se pode ainda afirmar ser esta uma realidade na gestão destas unidades de conservação, apesar de algumas terem, inclusive, marcante visibilidade internacional. E para que o ecoturismo nos parques do RJ se torne uma realidade, no futuro, seria essencial que os dados turísticos estivessem sistematizados e que o processo de gestão fosse capaz de internalizar e promover a avaliação das ações empreendidas, tendo como ponto de partida os Planos de Manejo (e/ou Uso Público) e os planos de ação dos conselhos, tendo em vista os princípios efetivos do ecoturismo, de proteção da natureza e geração de bem-estar social para os atores envolvidos no processo.

**Palavras-chave:** Ecoturismo; Parques Nacionais; Gestão.



## **ECOTURISMO E PROTEÇÃO DA NATUREZA NO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BOCAINA: O CASO DA VILA DE TRINDADE (PARATY, RJ)**

***Bruna Ranção Conti\*, Marta de Azevedo Irving\*, Frances Vivian Corrêa\****

\*Universidade Federal do Rio de Janeiro

E-mails: bruna-conti@hotmail.com, marta.irving@mls.com.br, francesvivian@uol.com.br

Os parques representam, atualmente, uma das principais categorias de unidades de conservação (UC) para o desenvolvimento do ecoturismo, e constituem um exemplo emblemático de cisão sociedade-natureza. E, nessas áreas, o ecoturismo tem sido discutido como uma alternativa potencial para a minimização dos impactos econômicos sobre a biodiversidade, a potencialização dos processos de conservação da natureza e, a oportunidade de melhoria de qualidade de vida das populações locais. Sendo assim, o objetivo da pesquisa é entender em que medida o ecoturismo contribui para a proteção da natureza no Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), tendo como foco a Vila de Trindade (Paraty-RJ). No plano metodológico, este estudo se baseou em revisão bibliográfica e documental e pesquisa de campo, envolvendo entrevistas semi-estruturadas dirigidas aos administradores do Parque e à população de Trindade. Segundo a pesquisa, o turismo não é ainda desenvolvido de forma a efetivamente contribuir para a proteção da natureza nessa UC. Ao contrário, constitui um real problema para a conservação da biodiversidade no PNSB. Isto porque, a abertura da rodovia Rio-Santos e o asfaltamento do Morro do Deus me Livre permitiram um maior acesso a esta unidade de conservação e, conseqüentemente, geraram maior pressão antrópica sobre a base de recursos naturais no interior do Parque. Além disso, a falta de infraestrutura básica e turística na Vila contribuiu para agravar o problema. Da mesma maneira, o perfil do turista relacionado à tríade “sol, praia e mar” e de baixo poder aquisitivo, colaborou para o processo de degradação ambiental. Diante deste quadro, a gestão do Parque entende que o modelo de turismo que vem se desenvolvendo na Trindade é prejudicial à proteção da natureza. E para que se torne compatível aos objetivos de um Parque Nacional, e aos princípios do ecoturismo, diversas ações de ordenamento do turismo no interior e entorno (Vila) precisam ser implementadas, como a realização de um estudo de capacidade de suporte, a retirada dos quiosques da praia, a construção de um centro de visitantes e, a cobrança de ingresso na entrada do PNSB. A população local, por sua vez, enfatiza a necessidade de se pensar em geração de renda e também na organização dos próprios moradores, por meio da Associação de Moradores, para ordenar o turismo na Trindade e controlar os seus impactos negativos sobre a natureza. Embora as ações propostas pela administração do Parque não tenham ainda sido planejadas em conjunto com a população local, a criação do Conselho Consultivo parece indicar o interesse de ambos os grupos para a articulação em trabalhos de parceria. E se o conjunto das ações propostas forem planejadas e desenvolvidas de forma integrada, podem levar, no futuro, ao desenvolvimento do turismo na Trindade por caminhos mais negociados e, portanto, sustentáveis. Desta forma, o ecoturismo no PNSB representa uma potencialidade a ser consolidada nos próximos anos, e para que se desenvolva, depende de diversas ações no âmbito local e mecanismos de integração entre as políticas de turismo e proteção da natureza.

**Palavras-chave:** Ecoturismo; Proteção da Natureza; Parque Nacional da Serra da Bocaina.



## **REDE TAPIS: UMA INICIATIVA PARA AMPLIAR A REFLEXÃO SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS, TURISMO E INCLUSÃO SOCIAL**

***Marta de Azevedo Irving\*, Bruna Ranção Conti\*, Camila Rodrigues\*, Edilaine Moraes\*, Flávia Mattos\****

\*Universidade Federal do Rio de Janeiro

E-mails: marta.irving@mls.com.br, bruna-conti@hotmail.com, camirural@gmail.com, edilainerumos@yahoo.com.br, flaviamattos40@hotmail.com

O planejamento turístico em áreas protegidas, no Brasil, tem sido, historicamente, influenciado pela lógica do mercado e, freqüentemente, ocorre dissociado de uma perspectiva estratégica, que considere também o compromisso de inclusão social. Tendo em vista esta demanda, a potencialidade dessas áreas como inspiração para novas práticas de planejamento turístico e, a necessidade de reflexão sobre o tema, intercâmbio e estabelecimento de parcerias capazes de integrar os elementos éticos e sociais ao processo, foi concebida, em 2006, a Rede de Áreas Protegidas, Turismo e Inclusão Social (Rede TAPIS), vinculada ao Grupo de Pesquisa em Governança, Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social (GAPIS/Lattes CNPq). Com esta perspectiva, o objetivo deste trabalho é descrever e discutir o processo de formação da Rede, alguns dos resultados alcançados no período de 2007 a 2011 e, os desafios a serem enfrentados para que iniciativas deste tipo possam apoiar a integração entre diferentes segmentos da sociedade, e ter rebatimentos em políticas públicas de proteção da natureza e turismo. A Rede TAPIS foi delineada a partir de diretrizes e princípios norteadores de uma nova concepção de turismo e se estruturou com base na adesão voluntária de parceiros institucionais. Neste processo, a Rede tem desenvolvido ações de difusão da informação, realização de eventos nacionais e internacionais e capacitação de recursos humanos. Mas são inúmeras as dificuldades enfrentadas para que estes esforços possam efetivamente impactar a integração de políticas públicas. E essas dificuldades dizem respeito, principalmente, aos esforços necessários para a mobilização permanente dos membros da Rede, à captação de recursos para o desenvolvimento de projetos coletivos, à demanda de balizamento conceitual com relação aos seus princípios e valores norteadores, e à sensibilização dos órgãos públicos sobre a relevância do processo.

**Palavras-chave:** Rede, Áreas Protegidas, Turismo, Inclusão Social.



## **O DIAGNÓSTICO DO SETOR PRODUTIVO DO TURISMO E O ESTUDO DOS MODELOS MULTIORGANIZACIONAIS NO PARQUE SERRA DAS ANDORINHAS: UMA PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

***Bárbara Pereira Carmona dos Santos\**, *Abel Pojo Oliveira\*\**,  
*Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues de Almeida\*\****

\*Instituto Federal do Pará, \*\*Secretaria Estadual de Meio Ambiente-SEMA / Pará  
E-mails: barbara.turismo@gmail.com, abelpojo@yahoo.com.br, caxiuana@gmail.com

O presente trabalho apresenta uma discussão conceitual realizada acerca dos modelos multiorganizacionais aplicados ao setor produtivo do turismo, com o objetivo de identificar o que melhor poderia contribuir na organização e no desenvolvimento do turismo de base comunitária no setor 03 do Parque Serra das Andorinhas. Para que possa ser entendido com mais clareza, em seguida é apresentado um apanhado de conceitos que esclarecem o que é o turismo de base comunitária, a que situação e quais são os seus elementos formadores (valores que se baseia), bem como, a quem se aplica. De posse do apanhado conceitual apresentado, foi realizado, o diagnóstico *in loco* dos agentes produtivos do turismo existentes e potenciais que fazem parte da comunidade de Santa Cruz dos Martírios, situada no entorno do referido parque. Como resultados preliminares e demonstrados neste trabalho, estão os argumentos que apontam o modelo de desenvolvimento de “rede” como mais indicado para a realidade local e a possível superação de problemas históricos nas tentativas de implantação de visitação a esta localidade. O desenvolvimento do turismo baseado no conceito de “comunitário” é outro agente que vem com o intuito de reconhecer a comunidade como parte ativa no processo de desenvolvimento do setor turístico e, por fim, o diagnóstico apresentado demonstra que as indicações aqui defendidas estão em consonância com as expectativas das comunidades envolvidas e com isso têm em sua essência grande potencial de êxito.

**Palavras-chave:** Turismo de Base Comunitária; Multiorganizacionais; Diagnóstico no Ecoturismo.



## SEGURANÇA E PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE ATIVIDADES ECOTURÍSTICAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

*Lucas Siqueira Silva\**, *Suellen Alice Lamas\*\**

\*Universidade Federal Fluminense, \*\*Universidade Federal de Juiz de Fora

E-mails: lucas.siqueira@gmail.com, suellen\_lamas@yahoo.com.br

A natureza sempre foi um atrativo aos visitantes, seja para descansar, praticar esportes ou com o objetivo de contemplação. Hoje, porém, mais que uma opção de lazer, o contato com o ambientes naturais tornou-se uma necessidade. As unidades de conservação, são destinos muito procurados por serem locais que permitem um contato mais próximo com amostras significativas de ecossistemas conservados. Verifica-se, entretanto, que em meio ao prazer e satisfação proporcionados por essa experiência, está o desprazer dos acidentes físicos que podem ocorrer, o que traz à tona uma grande problemática: a falta de planejamento adequado das unidades de conservação para receber um número cada vez maior de visitantes. A partir desse contexto, o presente trabalho buscou conhecer e discutir a realidade da segurança e prevenção de acidentes das atividades de ecoturismo desenvolvidas em unidades de conservação, a partir de exemplos reais retirados do quadro de acidentes da Associação Férias Vivas – instituição sem fins lucrativos – que dá assistência jurídica à pessoas que sofreram acidentes em atividades turísticas. Os primeiros resultados demonstram que os acidentes são ocasionados geralmente pela falta de equipamentos adequados de segurança e guias capacitados, falta de sinalização dos espaços internos, ausência de equipe preparada para situações emergenciais e de informações sobre as características dos locais visitados. Vale notar também, que não existem levantamentos estatísticos oficiais de acidentes nessas áreas, em virtude do receio da propaganda negativa, o que leva ao ocultamento dessas ocorrências. Por outro lado, os acidentes podem se originar da negligência dos visitantes ao não cumprirem as regras impostas pelas áreas visitadas ou por outras ações que fogem do controle, de certo modo, dos gestores. Nas atividades de ecoturismo os acidentes mais comuns foram evidenciados nas práticas de trilhas/caminhadas. A abordagem desses aspectos, não objetivou evidenciar culpados pelos acidentes, prejudicando a imagem das instituições e seus gestores, mas trazer à tona um tema ainda pouco discutido, mas de grande importância para o planejamento e gestão dessas unidades, visto que quanto maior a conscientização e o conhecimento dessa realidade de acidentes por parte dos envolvidos na atividade turística provavelmente mais rápida e eficaz serão as mudanças desses comportamentos errôneos que afetam os mesmos, pois, informação é a base para a segurança de todos.

**Palavras-chave:** Acidentes Físicos; Ecoturismo; Unidades de Conservação.



## **CAPACIDADE DE CARGA TURÍSTICA: ONDE ESTAMOS E PARA ONDE VAMOS?**

***Heros Augusto Santos Lobo\**, *Ricardo Eustáquio Fonseca Filho\*\**,  
*Valdecir Galvão\****

\*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-Câmpus Rio Claro,

\*\*Universidade Federal de Ouro Preto

E-mails: heroslobo@hotmail.com, ricardofonseca@gmail.com, branco\_geo@yahoo.com.br

A capacidade de carga é uma ferramenta de planejamento e gestão de atrativos turísticos originada no manejo de pastagens agrícolas, com aplicações atuais em trilhas, praias, arrecifes de corais, ilhas, cavernas e rios, entre outros recursos naturais. Também é usada em atrativos históricos, culturais e mesmo em destinos turísticos. Partindo deste cenário, foi executada uma primeira fase de uma pesquisa exploratória sobre o tema, baseada em dados secundários em fontes bibliográficas e documentais. Os resultados preliminares demonstram que grande parte dos métodos de capacidade de carga se fundamenta no controle espaço-temporal da visitação, buscando identificar no ambiente variáveis que sirvam de parâmetro para a adoção de limites de uso, baseando-se, por exemplo, na variação de um parâmetro em função da presença humana. Todavia, poucos são os casos onde se consegue estabelecer uma perfeita relação denexo causal entre a variação e a presença humana. Além disso, a sazonalidade natural do ambiente raramente é considerada, face à restrição temporal da maioria das pesquisas aplicadas à capacidade de carga. O resultado é a adoção da capacidade de carga como uma mera ferramenta de controle do número de visitas diárias, desvirtuando a maioria dos métodos (e.g. USFS, 1982; STANKEY *et al.*, 1985; DRIVER, 1990; GRAEFE *et al.*, 1990; GRAHAM, 1990; MANNING *et al.*, 1995; MCCARTHUR, 1997; ROBERTS, 1997) e atendendo, quase que exclusivamente, a uma obrigatoriedade legal imposta por órgãos fiscalizadores. Por outro lado, as propostas mais atuais de capacidade de carga remetem a um modelo amplo de procedimentos de planejamento e gestão, o que pode ser observado nos trabalhos de Washburne (1982), McCool; Lime (2001) e Lobo *et al.* (2010). Nesta nova abordagem, dois aspectos têm sido valorizados e aplicados: 1) a capacidade de carga como geradora de oportunidades de visitação, e não somente como método de limitação; e 2) o monitoramento ambiental a longo prazo, contínuo, atrelado à variação sazonal (diária, mensal, anual) do volume de visitação em função de respostas em tempo presente de parâmetros-chave para cada tipo de ambiente estudado. Por fim, as pesquisas realizadas até o presente demonstraram que os métodos de capacidade de carga apresentam problemas quanto à sua aplicação e manejo, necessitando de novas abordagens, seja por meio da identificação de novos indicadores (também chamados de Fatores de Correção), seja pela correlação com outros aspectos e metodologias de manejo da visitação para além do messianismo da mera limitação numérica da visitação.

**Palavras-chave:** Capacidade de Carga; Fatores de Correção; Planejamento Turístico.



## **QUALIDADE DO SOLO COMO UM ATRIBUTO PARA UMA METODOLOGIA DE MANEJO DE TRILHAS DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO CIPÓ (MG)**

***Ricardo Eustáquio Fonseca Filho\**, *Angélica Fortes Drummond Chicarino Varajão\**, *Múcio do Amaral Figueiredo\*\****

\*Universidade Federal de Ouro Preto, \*\*Universidade Federal de São João del-Rei

E-mails: ricardoefonseca@gmail.com, angelica@degeo.ufop.br, muciofigueiredo@ufsj.edu.br

As Unidades de Conservação, em especial as que permitem o uso público como Parques, são áreas naturais protegidas e propícias ao ecoturismo, segmento turístico muito procurado na atualidade o que acarreta impactos ambientais não somente à biodiversidade, mas também à geodiversidade. Os geoindicadores, ferramentas para identificar mudanças rápidas no ambiente natural, podem auxiliar no manejo destas áreas, especificamente nas trilhas. A Capacidade de Carga Turística (CCT) utiliza-se dos chamados Fatores de Correção como erodibilidade e acessibilidade para ajudar na determinação da capacidade máxima de visitas em um local. Contudo, a compactação do solo, também estreitamente associada a condições e características específicas de cada local não é considerada na metodologia. O Parque Nacional da Serra do Cipó (PNSC), localizado na porção central de MG recebe grande número de visitantes havendo pouco controle da visitação e monitoramento das condições das vias que levam aos atrativos naturais locais, as trilhas. Este trabalho tem como objetivo verificar a compactação do solo – geoindicador qualidade do solo – como fator de correção para auxílio no manejo da visitação e uso das trilhas. Utilizando-se um penetrômetro de solo com anel dinamométrico obteve-se a medida de resistência do solo em diversos pontos ao longo da trilha da Cachoeira da Farofa e entorno. Os resultados mostraram que o solo do leito da referida trilha se encontra mais compactada do que o entorno, assim como as áreas em que há tráfego de veículos automotores. Observou-se ainda que nos pontos mais compactados, havendo declividade mais acentuada (medida através de clinômetro), áreas mais sujeitas à retenção hídrica, ausência de serapilheira e bioma cerrado, há maior erosão do solo. Os resultados, associados a outras análises de impactos bióticos e abióticos, podem auxiliar na gestão do PNSC para redução das alterações ambientais, em que as trilhas costumam ser tratadas somente como um meio de deslocamento a atrativos turísticos naturais. Neste sentido, a sua apropriada conservação agregaria valor à experiência do visitante. Outra contribuição se dá através de outro olhar para a metodologia CCT, além do foco somente no número de turistas.

**Palavras-chave:** Geoindicadores; Capacidade de Carga Turística; Compactação.

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA VISITANTES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MARINHAS

*Clébia Bezerra da Silva\**

\*Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mail: clebiabsilva@yahoo.com.br

Um dos meios mais indicados para se resgatar valores que incluem o respeito pela diversidade cultural e biológica, fundamentais para a conservação e para um convívio harmônico entre diferentes culturas e entre essas e a natureza é a educação ambiental. As práticas educativas devem apontar para propostas pedagógicas que contribuam para a mudança de hábitos, atitudes e práticas sociais, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos visitantes de UCM. Nesse contexto, a educação ambiental desponta caminhos para propostas pedagógicas centradas na mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos. O objetivo do presente estudo é mostrar o nível de interesse dos turistas por práticas de educação ambiental na Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais/RN. Para esta pesquisa foi feita por amostragem probabilística. Foi utilizado de um erro de estimativa de 5% e proporções com o grau de confiança de 95%. O cálculo da amostragem foi feito definindo-se, com base no pré-teste, a proporção amostral de 0,3. A amostra foi calculada com base no mês de maior fluxo turístico, janeiro, com os dados referentes ao ano de 2007, que foi de 12.190 turistas pagantes (acima de sete anos de idade), sendo desconsiderados os não pagantes. Foram aplicados 236 questionários aos turistas. Os resultados mostram que os visitantes da APARC que têm maior nível de escolaridade são os homens (63,6% têm ensino superior completo). Praticamente não há diferença entre a quantidade de turistas do gênero feminino (51,7%) e do masculino (48,3%). O principal motivo para os homens e para as mulheres foi o mergulho (38,5% e 29,9%, respectivamente). Tanto os homens quanto as mulheres apresentam, em sua grande maioria, nenhum ou baixo conhecimento sobre ambientes recifais. Apenas 5,2% e 5,7% de mulheres e homens, respectivamente, têm alto conhecimento sobre ambientes recifais. Mais de três quartos das mulheres disseram que era muito importante que os recifes de corais fossem utilizados para a educação ambiental, ao passo que 67,6% também tiveram a mesma opinião. Os turistas vêem a importância da educação ambiental e mais, veem os recifes de corais como um local para a prática destas atividades, o que pode vir a ser um indicativo de que eles possam vir a participar delas, quando de sua existência. Este entendimento por parte dos turistas é ótimo e deve ser aproveitado para o desenvolvimento do lazer que propicia a criticidade e a criatividade. Assim, torna-se urgente a necessidade do desenvolvimento de um programa de educação ambiental que proporcione a preservação/conservação dos recifes de corais, como também, o desenvolvimento da reflexão sobre as questões local/geral, relacionadas ao local visitado.

**Palavras-chave:** Visitante; Unidades de Conservação Marinhas; Atividades Educativas.



## VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA: O RITUAL DO CANDOMBE COMO ATRATIVO TURÍSTICO DA SERRA DO CIPÓ (MG)

**Renata Ferreira Campos\***

\*Centro Universitário UNA

E-mail: renata001@gmail.com

*“Ói nós são lá do Açude, somo dum buraco fundo  
Ó Senhora do Rosário, abençoa todo mundo”.*

Com o crescente interesse do homem pela natureza devido à maior conscientização e à consequente mudança dos valores culturais, uma das atividades mais procuradas no ramo do lazer tem sido o ecoturismo. Muito mais do que o turismo realizado em áreas naturais, o ecoturismo deve atender às necessidades básicas da população local, assegurar a manutenção da diversidade cultural e das tradições da comunidade, além de garantir a participação da mesma nas tomadas de decisão. Nesse sentido, acredita-se que o ecoturismo seja um forte encorajador da consciência em relação ao ambiente e do senso de identidade cultural dos residentes. Assim, este trabalho objetiva tratar da valoração dos bens culturais de um destino ecoturístico, mais especificamente a comunidade quilombola do Açude, localizada no distrito de Serra do Cipó, município de Santana do Riacho, Minas Gerais. Para tanto, como instrumentos de metodologia, lançou-se mão, além de extensa revisão de bibliografia sobre o tema, do método de observação de campo, realizada no dia 11 de setembro, data de ocorrência do Candombe no ano de 2010. A palavra candombe significa dança sagrada. A manifestação, considerada a principal das oito guardas de congado, é tida como uma das mais primitivas de Minas Gerais. Vindo da África para reverenciar, com danças e batuques, Nossa Senhora do Rosário, o Candombe é realizado na Serra do Cipó, sempre no segundo sábado de setembro. Pessoas de todo o país vão à comunidade do Açude prestigiar a vibração da festa que ganha o terreiro ao som do batuque dos tambores. O ritual se inicia com uma reza feita por Dona Mercês, a matriarca da comunidade. A dança consiste em movimentos da pessoa que está conduzindo o canto e os gestos ocorrem de acordo com a criatividade do dançante e das evocações do canto. Os versos são curtos e disparados em tom de desafio. Muitas vezes, o candombeiro improvisa seu canto e a roda de participantes responde, em coro. Qualquer pessoa, mesmo quem não pertence à comunidade do Açude, pode entrar na roda e participar. A festa segue até a madrugada, e é servido bolo de fubá para os convidados. Mas o combustível dos candombeiros é mesmo a tradicional cachaça mineira. Com a popularização de suas manifestações, a Comunidade do Açude passou a receber cerca de 5.000 turistas por ano. Em 2004, o povo do Açude ganhou o prêmio de Ordem do Mérito Cultural, entregue pelo então ministro, Gilberto Gil. Assim, partindo-se do pressuposto de que a atividade turística pode ser bastante positiva para uma localidade, por desenvolvê-la no aspecto social e econômico, faz-se necessário realizar um planejamento focado, principalmente, na realidade da comunidade receptora. Pois a despeito dos benefícios que o ecoturismo apresenta, há que se considerar o risco da desestruturação cultural da comunidade. Portanto, acredita-se que a participação comunitária no planejamento da atividade turística seja essencial para o fortalecimento da identidade local e para a conservação ambiental e cultural da região.

**Palavras-chave:** Ecoturismo; Bens Culturais; Planejamento turístico.



**PROJETO DE INVESTIGAÇÃO: INTEGRAÇÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DO TURISMO NO TERRITÓRIO – MODELO DE APOIO À DECISÃO PARA A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS EM EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS**

**João Miguel Mendes Silveira\*, Lúcio Cunha\***

\*CEGOT - Universidade de Coimbra

E-mails: m.mendes.silveira@gmail.com, luciogeo@fl.uc.pt

Dentro do sistema turístico, o sector do alojamento é responsável pelas ações com maiores repercussões no território e suas populações. Os seus impactes, positivos e negativos, diretos ou indiretos, são transversais a todos sectores da atividade humana e do património construído e natural. Em Portugal e no Brasil, apesar da adesão crescente a estratégias de Turismo Sustentável, o aumento sazonal da procura mantém uma pressão demográfica sobre a conservação dos recursos naturais. A sustentabilidade nos alojamentos turísticos é hoje apoiada por inúmeros sistemas de certificação e rótulos de qualidade. Estes mecanismos são muito variados em âmbito e objetivos e os seus critérios diferem grandemente entre si. A comunidade científica e técnica apontam a falta de objetivos mínimos mais ambiciosos, de priorização dos critérios e de quantificação dos impactes em função do contexto. Para se considerar o impacte final de determinado processo de gestão ambiental é, pois, fundamental a sua contextualização nas dinâmicas territoriais e na disponibilidade de recursos naturais locais. Faltam ferramentas para empreendedores que agrupem soluções práticas e orientem nas decisões de planeamento e gestão. Existem várias soluções inovadoras e tradicionais de gestão sustentável de recursos naturais. Muitas delas permitem a coleta dos recursos o mais próximo possível do destino na cadeia de consumo e possibilitam o armazenamento e reutilização dos mesmos. Implementando várias destas soluções em empreendimentos turísticos, conseguir-se-ia ajudar a preservar os recursos naturais locais em quantidade e qualidade. O presente projeto de investigação propõe-se estudar as diferentes escolhas de soluções de gestão de recursos naturais, a empregar por empreendimentos turísticos, com vista a incrementar ao máximo a sustentabilidade na gestão desses recursos. Para tal será construído um modelo computacional, que simule esta realidade, tendo por base a recolha de dados acerca das soluções técnicas e tecnologias de gestão diária dos recursos (correntemente denominadas de tecnologias limpas) e das características médias de utilização de recursos pelos alojamentos turísticos (em função das suas características). Esta análise será enquadrada com o meio envolvente aos empreendimentos, de forma a possibilitar a aferição da sustentabilidade ambiental, através de indicadores de abundância de recursos locais. O cerne metodológico do presente projeto, a modelação computacional, usará cálculos numéricos com vista a efetivar simulações através de projeções temporais e espaciais de fluxos de elementos. A metodologia de recolha de dados a fornecer ao modelo será mista, em que os aspectos qualitativos incidem sobre a categorização de elementos, através de observação estruturada e pesquisa documental, existindo ainda o recurso a indicadores, e os quantitativos sobre valores numéricos de desempenho, recorrendo à observação estruturada com medição e inquéritos por questionário. A abordagem de investigação será não experimental, reservando o papel de interpretação de significados das variáveis para o software de modelação. Pretende-se, como objetivo final, que o modelo seja funcional a partir das realidades estudadas e que, incorporando a capacidade das soluções existentes mais eficientes, faça a integração para novos casos em análise. Pretende-se ainda que esta capacidade preditiva do modelo seja o suporte para uma análise comparativa de estudos de caso entre Portugal e Brasil.

**Palavras-chave:** Gestão de Recursos Naturais; Empreendimentos Turísticos; Modelo de Apoio à Decisão.



## O ECOTURISMO NA VISÃO DOS VISITANTES DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO CIPÓ (MG)

*Renata Ferreira Campos\**, *Ferdinando Filetto\*\**

\*Centro Universitário UMA, \*\*Universidade Federal de Lavras

E-mails: renata001@gmail.com, ffiletto@hotmail.com

O termo Ecoturismo, frequentemente, vem sendo utilizado de maneira equivocada para qualquer tipo de turismo no qual o bem natural é o atrativo principal. Embora muito ainda se discuta sobre sua real definição e correta terminologia, o termo somente deveria ser usado quando a atividade, além de ocorrer em ambiente natural, tivesse a finalidade de promover a conservação e o desenvolvimento sustentável, assegurar a manutenção da diversidade cultural e garantir a participação da comunidade local nas tomadas de decisão. O público turista, geralmente, faz o seu conceito particular e circunstancial de ecoturismo. Este tende a ser um conceito mais simplista, subjetivo e influenciado por suas motivações e expectativas, grau de envolvimento e interesse, assim como pela experiência acumulada. Dessa forma, o presente trabalho objetiva identificar o conceito de ecoturismo sob a óptica dos visitantes do Parque Nacional da Serra do Cipó/MG. A pesquisa foi realizada, na sede do Parque Nacional, onde 134 questionários foram aplicados entre os meses de março e maio de 2009. Após a identificação de um breve perfil dos visitantes, foi perguntado aos mesmos, o que eles entendiam ser Ecoturismo. Entre as diversas respostas dadas, destaca-se: "Turismo ecologicamente correto"; "Conhecimento e envolvimento com o meio ambiente"; "Forma de passeio curtindo a natureza e preservando"; "Utilizar as atrações da natureza como lazer"; "É a atividade que explora as áreas naturais"; "Turismo no mato"; "Ter contato e vivenciar ambientes biológicos que não temos costume de freqüentar"; "Uma oportunidade de desenvolvimento regional gerando serviços/empregos para o local"; "Turismo de integração à natureza de forma responsável, valorizando o local e sua cultura preservada"; "Turismo que explora a natureza de forma sustentável". Como atividade que tem a sustentabilidade como pilar central, o ecoturismo precisa ser sustentável ambientalmente, mas social e economicamente também. No entanto, quase a totalidade dos visitantes se limitou apenas à visão ambiental em suas respostas. O que implica em um entendimento equivocado, ou até em desconhecimento, do real significado de ecoturismo. Depois de responderem o que entendiam ser ecoturismo, foi perguntado aos visitantes se eles consideravam, então, que tinha praticado ecoturismo em sua visita. 81% dos respondentes acreditam que sim, enquanto 11% consideram que não fizeram ecoturismo. No entanto, 8% não souberam responder. Embora a maioria das repostas tenha sido positiva, nota-se, pelos conceitos dados pelos mesmos, que essa afirmação, na maioria dos casos, não é pertinente. Um erro comum cometido pelos visitantes é pensar que, por procurarem um contato mais próximo com a natureza, estão sendo ecológicos, o suficiente, para rotularem-se como ecoturistas. Ou seja, a atividade que a grande maioria dos visitantes pratica é o que poderia ser chamado de passeio na natureza, turismo ecológico ou qualquer outra atividade, e não ecoturismo propriamente dito, uma vez que são negligenciados os princípios fundamentais desta atividade. Portanto, o ecoturismo deve compreender uma visão e uma vivência da atividade como um todo, onde o turista incorpore o respeito à natureza. Não basta falar que é ecoturista, o turista precisa vivenciar os significados de um turismo sustentável e respeitá-lo.

**Palavras-chave:** Ecoturistas; Atividade sustentável; Definição de Ecoturismo.



## **A POSSIBILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DO ECOTURISMO NA COMUNIDADE RIBEIRINHA DE SANTA MARIA I DO MUNICÍPIO DE ACARÁ (PA)**

**Anaryê Ybotira Gonçalves Rocha\***

\* Universidade Federal do Pará

E-mail: anarye\_rocha@yahoo.com.br

A divulgação de previsões preocupantes sobre o futuro de nosso planeta ganha intensa força, principalmente no debates científicos que buscam soluções assertivas quanto ao uso dos recursos naturais e as cobranças se tornam cada vez mais comuns como forma de monitoria no cotidiano humano. Este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de analisar a possibilidade de implantação do ecoturismo na comunidade de Santa Maria I, localizada no município de Acará. Para se elaborar uma pesquisa com peso de informações pertinentes, houve a necessidade de elaborar um planejamento que contemplasse o englobamento dessas informações de forma sistematizada. A pesquisa de campo foi elaborada nos dias 09 e 10 de janeiro de 2010, onde se levou um questionário de pesquisa de campo para coleta de dados voltados para o entendimento sobre os termos e conceitos turísticos além da necessidade de desenvolvimento do perfil socioeconômico. Também foi realizada entrevista com um dos representantes da comunidade durante o período de permanência no local, onde se percebe ausência de dados documentados sobre a história da região assim como informações básicas como perfil físico-ambiental. A pesquisa foi elaborada englobando discussões voltadas para o ecoturismo abordando suas características, contextualização, evolução histórica e conceituação, contraposição de idéias entre as possibilidades teóricas e reais da atividade, além de descrever a situação da localidade estudada de acordo com os dados encontrados até a apresentação do mesmo e os relacionando ao contexto objetivado. Temos como resultados a apresentação do perfil da comunidade com base nos dados obtidos por meio da entrevista onde se identifica uma comunidade ribeirinha que percebe o potencial turístico local de acordo com interesses surgidos em relação à localidade. Nota-se que com a participação de uma ONG (*Amazon Organic*) que já trabalha com temas voltados para o meio ambiente facilitam o processo, que pode ser colocado como já iniciado. Também se revela a importância de estudos mais profundos sobre característica ambientais locais e elaboração de projetos e planos de manejos específicos da área como zoneamento e capacidade de carga. Ainda voltando-se para questões de planejamento, se deve atentar para trabalhos que possibilitem a percepção de valorização do patrimônio cultural como outro elemento atrativo, mas que não busque a encenação dos mesmos com sua supervalorização e prática. Enquanto que os fatores sociais são constituídos pela formulação e adequação de estruturas próprias para turistas e principalmente para os moradores. É necessário que esteja explícito que a atividade será apenas mais uma alternativa econômica para os interessados e que as demais atividades econômicas devam permanecer na rotina local. Embora se perceba uma vocação contraditória entre conceitos abordados pela atividade de ecoturismo e muitos autores a considerem utopia pela sua tentativa de conciliação, objetivando a implantação da atividade para uso de forma sustentável, valorizando os aspectos ambientais, socioeconômicos e culturais locais com seriedade, objetividade e ética. Acredita-se que o mesmo possa contribuir com estudos sobre o tema em questão, focando o interesse em localidades interioranas da Amazônia como um todo, contribuindo como elemento de orientação para demais trabalhos e comunidades interessadas no desenvolvimento e compreensão da atividade.

**Palavras-chave:** Ecoturismo; Ribeirinhos; Patrimônio Cultural.



## MINERAÇÃO NA CAPITAL MINEIRA DO ECOTURISMO: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO PROJETO MINAS-RIO

*Luzia Costa Becker\**, *Denise Castro Pereira\*\**, *Josianne Cláudia Rosa\*\*\**

\*IUPERJ, \*\*PUC Minas, \*\*\*Graduada em Ciências Biológicas

E-mails: luzccosta@yahoo.com.br, dpereira@pucminas.br, josianeclaudia@hotmail.com

A capital mineira do ecoturismo, Conceição do Mato Dentro (CMD), apresenta parte do seu território destinado à proteção do meio ambiente, por meio de categorias como reservas biológicas, áreas proteção ambiental e parques e se localiza em região de alta prioridade para conservação ambiental, conforme do ZEE de Minas Gerais informa. Esse território, entretanto, vem sendo submetido à atividade extrativista minerária, o que coloca em risco a biodiversidade e a sua vocação turística. Esse município apresentava-se como cenário ideal para o desenvolvimento do ecoturismo, entendido como aquele que concilia a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza. O município de CMD integra a Reserva da Biosfera Serra do Espinhaço, dado o seu rico patrimônio natural e histórico-cultural e desde o ano de 2003, passou a reconhecer o ecoturismo como vetor de desenvolvimento local. Não obstante, a implantação do projeto mineral Minas-Rio, composto por mina, mineroduto e porto, desde o ano de 2006, por seus vários impactos socioambientais, tem provocado intensa discussão no que se refere ao processo de mudança do eixo de desenvolvimento do município, devido a transformação da sociobiodiversidade do território. Considerando tal problemática, o objetivo deste trabalho é refletir sobre os problemas resultantes da troca do eixo de desenvolvimento do município, a partir da contradição entre a conservação dos recursos naturais do território e a atividade extrativista que se instala no mesmo. Para tanto, após traçar a trajetória da política de turismo em CMD e da política minerária do estado mineiro, com destaque para a normativa do licenciamento ambiental como mecanismo de negociação e minimização dos impactos de projetos de alto impacto socioambiental, analisam-se as decisões tomadas pelo órgão ambiental do estado que entram em choque com as políticas conservacionistas locais, destacando as interpretações de membros da comunidade em seu processo de resistência à imposição do empreendimento. Este trabalho resulta da pesquisa realizada no âmbito do Laboratório de Cenários Socioambientais em municípios com mineração vinculado a Pró-reitoria de Extensão da PUC Minas, integrado ao Projeto Grandes Minas APLs e Comunidades, coordenado pelo Centro de Tecnologia Mineral. Como recursos metodológicos realizaram-se entrevistas com os atingidos pelo empreendimento, com representantes da sociedade civil organizada; a análise documental oriunda do licenciamento ambiental; a observação das reuniões do órgão ambiental; e um questionário aplicado 1,7% da população urbana de CMD. A análise dos conflitos gerados no processo de licenciamento ambiental da mina Sapo-Ferrugem em CMD evidencia os desafios que a mineração está impondo ao território para garantir a preservação da biodiversidade e dos recursos hídricos sem os quais os municípios não poderão garantir e preservar o modo de vida tradicional e sem os quais o ecoturismo não poderá se efetivar como principal eixo de desenvolvimento do território. Ao fim da pesquisa percebe-se que o crescimento econômico pretendido com a mineração tende a promover a desigualdade social, a queda da qualidade de vida da população local, bem como a degradação dos recursos naturais essenciais a vida, como a água e a diversidade de fauna e flora.

**Palavras-chave:** Conceição do Mato Dentro; Licenciamento Ambiental; Reserva da Biosfera Serra do Espinhaço.

## **PATRIMÔNIO NATURAL E GEOCONSERVAÇÃO: A GEODIVERSIDADE DO MUNICÍPIO GAÚCHO DE CAÇAPAVA DO SUL**

**Simone Marafiga Degrandi\*, Adriano Severo Figueiró\***

\*Universidade Federal de Santa Maria

E-mails: simone5z@yahoo.com.br, adri.geo.ufsm@gmail.com

Atualmente tem se intensificado a procura/visita a ambientes naturais onde os aspectos geológico-geomorfológicos se destacam como os principais atrativos turísticos. Entre as principais alternativas, ligadas ao desenvolvimento do turismo sobre bases sustentáveis, destaca-se o papel desempenhado pelo Ecoturismo e pelo Geoturismo no processo de interpretação da paisagem e da Educação Ambiental, além do aproveitamento do patrimônio natural e cultural das comunidades receptoras, como uma das principais ferramentas de desenvolvimento territorial endógeno. A partir dessa perspectiva, o enfoque central do presente trabalho foi identificar as principais geoformas (patrimônio geológico-geomorfológico) existentes no Município de Caçapava do Sul/RS, com o intuito de discutir o processo de geoconservação através da valorização da geodiversidade e do potencial natural da paisagem em estudo, para o desenvolvimento de atividades de Geoturismo e Ecoturismo. A abordagem dessa temática deve-se a necessidade de uma ampla divulgação e reflexão sobre a importância da conservação dos elementos abióticos que compõem paisagens de excepcional beleza cênica e/ou importância geocientífica no RS e, em especial, no Município de Caçapava do Sul. A metodologia adotada envolveu o levantamento de dados sobre a configuração da paisagem da área em estudo, através de pesquisa bibliográfica, análise do mapeamento geológico, geomorfológico e de cartas topográficas nas escalas 1:250.000 e 1:50.000. A partir da análise das cartas topográficas, foi possível identificar a distribuição espacial das principais elevações topográficas e afloramentos rochosos do município. Esta etapa, também foi complementada através da observação destas formas de relevo através do *software Google Earth*. Por fim, foram realizados trabalhos de campo, com intuito de identificar *in loco*, as geoformas inventariadas através da pesquisa, formando um banco de dados referente a cada uma das estruturas. A etapa final compreendeu a interpretação dos dados obtidos e a identificação das principais geoformas de Caçapava do Sul, que possam vir a ser aproveitadas para o desenvolvimento de atividades de Geoturismo e Ecoturismo. As principais geoformas inventariadas foram: Guaritas (várias geoformas), Minas do Camaquã, Gruta da Varzinha, Toca das Carretas, Pedra do Segredo (várias geoformas), Pedra Furada, Passo do Pessegueiro, Morro da Angélica, Camping Galpão de Pedra (várias geoformas), entre outras. Caçapava do Sul se destaca no cenário eco-geo-turístico por apresentar um singular patrimônio geológico-geomorfológico, acrescido de belezas naturais bióticas e abióticas e elevado potencial cultural. Em meio à vegetação típica do Bioma Pampa gaúcho, as geoformas esculpidas pela ação das intempéries ao longo de milhares de anos, ajudam a compor uma das paisagens mais belas e intrigantes do Rio Grande do Sul.

**Palavras-chave:** Geoconservação; Paisagem; Caçapava do Sul.

## **DIAGNÓSTICO E GEORREFERENCIAMENTO DA ÁREA DO LAJEIRO DO CADENA (PA): REQUISITOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA REGIÃO**

***Bárbara Pereira Carmona dos Santos\**, *Cibele Funck Donato\**,  
*Ricardo Alexandre Moraes da Silva\****

\*Instituto Federal do Pará

E-mails: barbara.turismo@gmail.com, cibeledonato@terra.com.br, ricardo.silva@ifpa.edu.br

O trabalho apresenta os resultados da primeira etapa do projeto de pesquisa e extensão que esta sendo desenvolvido, por uma equipe multidisciplinar composta por professores e alunos bolsistas do Instituto Federal do Pará – IFPA, no Lajeiro do Cadena situado a cerca de 31,8 km em linha reta a noroeste da cidade de Conceição do Araguaia, Pará (67 km pela estrada). Uma região com riquezas naturais e arqueológicas, possuindo cachoeiras, trilhas, córregos, gruta, flora diversificada e principalmente uma área com inscrições rupestres. A realização desse trabalho tem a pretensão de realizar levantamento de dados georreferenciados da atual situação geoambiental (físico-biótica e socioeconômica) necessárias a identificação espacial de dados e problemas específicos, com a verificação de possibilidade ou restrições ao uso para atividades turísticas, bem como, realizar um levantamento preliminar dos demais elementos sócio-culturais existentes e/ou praticados pela população da localidade e sua aceitação pela possível implantação da atividade turística na área. Para alcançar este objetivo, os trabalhos iniciaram com a realização de um curso de capacitação sobre “Noções de cartografia e GPS” e “Geoprocessamento com o ArcGIS 9.0” - para produção de mapas temáticos da região. As demais metodologias empregadas foram a pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e a de geoprocessamento através do Sistema de Informação Geográfica (SIG), pois utilizando o receptor GPS tornou-se possível georeferenciar todos esses dados básicos coletados pelos formulários físico-bióticos e socioeconômicos, gerando como principais resultados a confirmação do interesse de implantar a visitação turística na área, pelos proprietários, pelas pessoas que trabalham nessas propriedades e pelos moradores ao seu entorno. Foi possível também identificar várias maneiras de inserir todos esses agentes ao processo, já que muitos costumes e a fabricação de produtos artesanais foram identificados no cotidiano dos entrevistados. Quanto as coordenadas geográficas, já estão sendo processadas para que possam gerar os mapas temáticos necessários nas próximas etapas do projeto. Ao final, serão realizadas análises e integração dos dados, avaliações diretas de registros das áreas de potencial turístico e avaliação dos riscos ambientais, tonando-se dados pré-requisitos para a elaboração de um Plano de Gestão em Ecoturismo.

**Palavras-chave:** Georeferenciamento; Ecoturismo; Lajeiro do Cadena.

Souza, M.A. Geoturismo e Ecoturismo no Monumento Natural dos Costões Rochosos, Rio das Ostras (RJ): patrimônio natural, geológico e cultural a ser preservado e interpretado. **Anais do VIII Congresso Nacional de Ecoturismo e do IV Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação. Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.4, n.4, 2011, p. 517.



## **GEOTURISMO E ECOTURISMO NO MONUMENTO NATURAL DOS COSTÕES ROCHOSOS, RIO DAS OSTRAS (RJ): PATRIMÔNIO NATURAL, GEOLÓGICO E CULTURAL A SER PRESERVADO E INTERPRETADO**

***Maria Aparecida de Souza\****

\*Universidade do Estado do Rio de Janeiro

E-mail: [ariaaparecidade.souza@gmail.com](mailto:ariaaparecidade.souza@gmail.com)

Na Região dos Lagos, no Estado do Rio de Janeiro, há um importante ponto de interesse geológico que está relacionado à história geológica da Terra. Um patrimônio natural e cultural raro, de grande beleza cênica, onde encontramos uma geodiversidade e uma biodiversidade complexa, nos domínios insular, costeiro e terrestre. Trata-se da Unidade de Conservação Municipal Monumento Natural dos Costões Rochosos, Localizada no município de Rio das Ostras, no Estado do Rio de Janeiro. Esta vem sofrendo impactos antrópicos significativos, comuns às regiões de urbanização consolidada, relacionados às formas de uso e ocupação do solo. Este trabalho tem como objetivo a análise e diagnóstico na concepção de projeto eco-geoturístico, com ênfase na implantação de trilhas interpretativas e na educação ambiental. A metodologia utilizada foi revisão de bibliografia pertinente ao tema, trabalho de campo, e a observação e análise de possíveis intervenções na mitigação de impactos antrópicos utilizando trilhas interpretativas, tendo como base a educação ambiental. Busca-se como resultado a melhor aplicação e uso público, eco-geoturístico na área, e a aplicação e monitoramento do projeto.

**Palavras-chave:** Geoturismo, Ecoturismo; Unidade de Conservação, Trilhas Interpretativas; Educação Ambiental.



## **BOTO-VERMELHO (*Inia geoffrensis*): ESPÉCIE BANDEIRA PARA PROMOÇÃO DO ECOTURISMO NA AMAZÔNIA CENTRAL, BRASIL**

**Fernanda Carneiro Romagnoli\*, Andressa Scabin, Fernanda de Vasconcellos Pegas\*\*\***

\*Ministério da Educação, \*\*Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia,

\*\*\*Griffith University - International Centre for Ecotourism Research

E-mails: fcarneiroromagnoli@gmail.com, dedascabin@gmail.com, f.pegas@griffith.edu.au

O ecoturismo é uma estratégia que integra conservação da natureza e desenvolvimento econômico, gerando benefícios para o ambiente e para comunidades locais. As principais formas de promover a conservação via ecoturismo são por meio da educação ambiental de turistas e da sensibilização de moradores locais quanto a importância dos recursos naturais com os quais convivem. Uma maneira de promover o ecoturismo é utilizando espécies bandeira como atrativos. Espécies bandeira são aquelas carismáticas, que criam uma relação afetiva com o público. Uma espécie bandeira que pode contribuir com a conservação da Amazônia via ecoturismo é o boto-vermelho (*Inia geoffrensis*). Bastante carismático, já tem sido muito procurado por turistas. Sua principal ameaça atual é a utilização como isca na pesca do peixe conhecido como piracatinga, além de ser morto por pescadores que o consideram competidor na pesca e que o mata em retaliação, por danificarem as redes. Os botos-vermelhos são tradicionalmente conhecidos pelas lendas a seu respeito, que os colocam como seres encantados, capazes de trazer azar e fazer mal a quem os perturbe, além de serem grandes sedutores de mulheres. Assim, o presente estudo analisa aspectos sócio-culturais na relação entre os moradores do município de Novo Airão, Amazonas, Brasil e os boto-vermelhos que possam influenciar a utilização dessa espécie como espécie bandeira para a promoção de ecoturismo no Parque Nacional (PARNA) de Anavilhanas, no Baixo Rio Negro. As análises foram feitas a partir das informações de uma dissertação de mestrado, que realizou 111 entrevistas semi-estruturadas com moradores do município de Novo Airão em novembro 2008. Os resultados indicam que os moradores locais consideram o turismo de interação com botos-vermelhos uma atividade muito importante para Novo Airão, pois atrai um grande número de turistas. Também acreditam que esta atividade faz com que muito dinheiro entre na economia local, apesar da maioria deles não estar envolvida. As lendas a respeito dos botos-vermelhos vêm perdendo força, principalmente devido à miscigenação na região e ao aumento do contato com os botos, muito proporcionado pelo turismo que os envolve. Apesar disso, ainda há resistência de aproximação dos moradores mais velhos e de mulheres. Assim, por um lado, o turismo aproxima as pessoas dos botos e quebra mitos. Por outro, esta aproximação também pode ter um lado negativo, uma vez que as pessoas deixam de temer estes animais e podem afrontá-los. Contudo, a aproximação das comunidades locais aos botos-vermelhos gerada pelas atividades de turismo pode gerar muito mais benefícios a conservação desta espécie, a seu habitat e a Amazônia do que malefícios. O sucesso dos projetos de ecoturismo está fortemente ligado a relação entre as comunidades receptoras com espécies bandeiras, assim como ao suporte e a participação local no processo de implementação dos projetos turísticos. Assim, o envolvimento dos moradores é imprescindível para que o ecoturismo fomente uma relação positiva e gere benefícios para a conservação ambiental, assim como para a própria manutenção da atividade turística local, via geração de renda para as comunidades envolvidas.

**Palavras-chave:** Espécie Bandeira; Conservação; Botos; Valores culturais.



## AS CONTRIBUIÇÕES AMBIENTAIS DAS RPPN's E DAS PROPRIEDADES RURAIS PRIVADAS PARTICIPANTES NO TURISMO DE NATUREZA NOS MUNICÍPIOS DE PIRENÓPOLIS E CORUMBÁ DE GOIÁS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

*Ismar Borges de Lima\**

\*Instituto de Estudos Socioambientais-Universidade Federal de Goiás

E-mail: ismarlima@yahoo.com.br

Desde o século XIX já existe o conceito de reservas naturais privadas em que os proprietários, por iniciativa própria, buscam salvaguardar uma parte considerável de suas terras cobertas por áreas de relevância ambiental e cênica. A primeira iniciativa do gênero foi na Inglaterra, em 1899, com a fundação da Reserva Natural Nacional de *Wicken Fen*, em Cambridgeshire, sob o status de um *National Trust*. No Brasil, projetos semelhantes foram institucionalmente estabelecidos a partir de 1990 quando o governo brasileiro apresentou novas propostas de Unidades de Conservação, o que, na verdade, só veio acontecer em 2000, com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, SNUC, e com ele surgiu a categoria RPPN, Reserva Particular do Patrimônio Natural. No início, o *Nature Conservancy* teve um papel importante no encorajamento e ajuda aos proprietários que quisessem transformar suas fazendas em 'patrimônio natural legal', reconhecido por lei e, de alguma forma, amparado pelo Estado. Em Goiás, o Santuário Vagafogo foi a primeira RPPN a ser criada. Com apenas 17 hectares, a fazenda se transformou em uma das opções da região para o turismo de natureza com uma mata ciliar bem preservada e com trilhas e equipamentos necessários para uma visita com contornos ambientais. Posteriormente, outra fazenda de Pirenópolis também foi parcialmente transformada em RPPN, a Reserva Ecológica Vargem Grande, com trilhas em meio ao Cerrado que levam a duas cachoeiras, a principal a do Lázaro. A Fazenda Bom-Sucesso é outro local onde se tem uma impressionante coleção de cachoeiras e porções de matas ciliares, além do evidente ruralismo com as rotinas da vida na fazenda, atraindo turistas o ano inteiro. No entanto, o empreendimento não é uma RPPN. O município de Pirenópolis, por causa do Cerrado ainda prístino e dos vários atrativos naturais, tal como o Parque Estadual da Serra dos Pireneus, tornou-se um roteiro para o turismo de viés ambiental, bem como para o turismo aventura, turismo rural, ou agro-rural; além do turismo histórico-cultural urbano, pois, Pirenópolis é patrimônio reconhecido pela UNESCO. É um destino com uma diversidade de apelos e de opções para o visitante que vem em grande número do Distrito Federal e de Goiânia, os principais mercados emissores. No município vizinho a Pirenópolis, encontra-se o Salto de Corumbá, um eco-Resort que tem promovido turismo de natureza de massa e de aventura, além de oferecer pacotes com educação ambiental a grupos escolares de todos os níveis e a grupos corporativos. Apesar de todos esses imperativos, o papel e as contribuições das RPPNs e das propriedades privadas envolvidas com a atividade turística precisam ainda de ser mais amplamente averiguadas em termos comparativos. É importante saber as diferentes dinâmicas e formas de gerenciamento, bem como a estrutura e os equipamentos existentes desses estabelecimentos em Pirenópolis e em Corumbá de Goiás. Para esta pesquisa, existem três elementos principais a serem observados: como o componente educacional tem sido oferecido no turismo de natureza; como essas propriedades têm contribuído de fato para a preservação ambiental do Cerrado; e se essas atividades turísticas podem ou não ser classificadas como 'ecoturismo'.

**Palavras-chave:** Estruturas e Equipamentos das RPPN's; Educação Ambiental; Preservação Ambiental.



## EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A VISITAÇÃO EM PARQUES: UM ESTUDO SOBRE O PARQUE ESTADUAL DO MORRO DO DIABO

**Fernando Protti Bueno\***

\*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Câmpus Rosana

E-mail: fernando@rosana.unesp.br

Tratar de educação ambiental no contexto da visitação em unidades de conservação, especificamente na categoria parques, requer a consideração da existência no plano de manejo de um programa de uso público que atenda a visitação pública, tanto voltada ao lazer, ao turismo ou às atividades educativas não-formais. Considerando a importância de conservação da natureza, prioritariamente no extremo oeste do Estado de São Paulo, aonde se localiza o Parque Estadual do Morro do Diabo, um dos últimos remanescentes de floresta de Mata Atlântica da região, tem-se a possibilidade de reflexão acerca dos diferentes meios para prover o uso público e a conservação deste espaço. Em geral, a visitação em parques compreende o contato/contemplação livre e/ou mediada do visitante com a natureza, oferecendo oportunidades para vislumbrar o potencial educativo e transformador de atividades de educação não-formal e ao ar livre nesse processo de visitação - escolar ou turística. O objetivo desta pesquisa foi analisar junto aos colaboradores do Parque Estadual Morro do Diabo (PEMD) o processo de planejamento e a realização de atividades de educação ambiental no contexto da visitação recreativa ou educativa. Para tanto, adotaram-se como procedimentos metodológicos os métodos dedutivo e monográfico/estudo de caso, primando pela abordagem qualitativa de pesquisa. Para a coleta e tabulação de dados foram utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica, documental, de observação assistemática e de entrevista, realizada a partir da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), por meio da qual foram identificadas as expressões-chaves (ECHs) e selecionadas as idéias centras (ICs) dos discursos provenientes dos colaboradores envolvidos com o programa de uso público do parque. Como resultados de pesquisa indicam-se a existência de subprogramas de educação ambiental e de interpretação da natureza inseridos no programa de uso público do parque. Os discursos provenientes da gestão do parque revelam timidamente o processo pelo qual ocorre o planejamento e a realização da educação ambiental junto aos diferentes públicos visitantes. Os colaboradores que executam e conduzem os grupos de visitantes - turistas ou escolares - revelam que o planejamento da educação ambiental a ser desenvolvida em caminhadas guiadas pelas trilhas existentes, ocorre, principalmente com os grupos escolares, de acordo com o interesse do visitante, sendo que este precisa evidenciar o tema o qual prefere ou necessita que seja abordado, já com o público esporádico - recreação ou turismo - não foi possível constatar um processo de planejamento, muito menos de execução de educação ambiental, apenas a condução dos mesmos pelas trilhas ou ainda com algumas exceções há uma abordagem tradicional ao público, ou seja, a mesma realizada com o público escolar ou ainda o uso habitual de tratar oralmente sobre a importância de se cuidar do meio ambiente. Desse modo, concluiu-se que, assim como em boa parte das unidades de conservação que permitem a visitação, inclusive os parques, as atividades de educação ambiental, mesmo previstas no plano de manejo não decorrem de um processo de educação não-formal sistematicamente definido, o que sugere a dificuldade de alcançar o real potencial educativo e transformador que possui as atividades de educação ambiental.

**Palavras-chave:** Educação ambiental; Uso público; Unidades de conservação.



## **A COMERCIALIZAÇÃO DO QUEIJO CANASTRA AOS VISITANTES DO PARNA SERRA DA CANASTRA: ESTIMATIVAS DE GASTO, PERCENTUAIS DE COMPRA E BENEFÍCIOS ÀS PROPRIEDADES RURAIS DA ZONA DE AMORTECIMENTO DO PARQUE**

***Bruno Pereira Bedim\**, *Maria Aparecida dos Santos Tubaldini\*\**,  
*Luana Soares Nogueira\****

\*Universidade Federal de Ouro Preto, \*\*Universidade Federal de Minas Gerais

E-mails: brunobedim@yahoo.com.br, ubaldini1@uol.com.br, lusoares56@yahoo.com.br

Esta pesquisa tem por objetivo mensurar o impacto econômico decorrente da compra do Queijo Canastra por turistas que visitam o Parque Nacional da Serra da Canastra. Para alcançar os resultados esperados, foi elaborado um formulário com questões relativas à aquisição do queijo canastra pelos visitantes do Parque. Primeiramente, perguntou-se se o entrevistado comprou o queijo Canastra e por quê. Na seqüência, informações complementares foram coletadas, tais como: i) Quantidade de queijos comprados; ii) Preço por unidade; iii) Local de compra (anota-se o nome do estabelecimento e a localização); iv) Fonte da indicação (quem indicou) o estabelecimento de compra do queijo. Foram entrevistados 490 visitantes do PARNA Serra da Canastra entre os meses de junho e outubro de 2010. O modelo de amostragem adotado consiste na amostra probabilística por tráfego ou acidental, onde cada elemento da população (turista) teve a mesma probabilidade de ser entrevistado e, portanto, de estar incluído na amostra. A pesquisa possui uma margem de erro de 5 pontos percentuais, para mais ou para menos portanto alcança uma confiabilidade de 95%. Os dados apontam que 71,5% dos visitantes do Parque compram o queijo canastra diretamente dos produtores locais, sendo que cada turista adquiriu, em média, 2,8 Kg do produto. O preço médio pago pelo Kg de queijo é R\$ 11,68. A partir dos dados empíricos coletados, estima-se que 24.202 visitantes do Parque compraram o queijo Canastra em 2010, resultando na venda de 69.564 Kg de queijo. A projeção da receita bruta anual gerada pela venda do queijo aos visitantes do parque é de R\$ 812.507,52. Desde a abertura do Parque da Canastra à visitação pública, o turismo tem possibilitado a diversificação das atividades produtivas nas propriedades rurais do entorno do parque, haja vista as possibilidades de inserção econômica dos produtores rurais no setor de hotelaria, alimentação, guias, entre outros potenciais serviços prestados diretamente aos turistas. Entre os principais resultados, a pesquisa aponta que a venda de queijo Canastra diretamente aos turistas permite a eliminação da figura do atravessador (ou queijeiro), aumentando assim os ganhos dos produtores. O Queijo da Serra da Canastra é produzido a partir do leite cru, totalmente artesanal, o qual se tornou um marco na cultura mineira. O Queijo possui um valor indelével na cultura das Minas e é considerado patrimônio nacional reconhecido pelo IPHAN. Alguns dos camponeses que tem uma vantagem locacional de suas fazendas e sítios fizeram pequenas mudanças em suas propriedades para que possam receber os turistas, em camping, ou até mesmo em um quarto da residência. Essas melhorias não se limitam à estrutura da casa e do entorno, mas também, no caso dos produtores de queijo, em novas para que os turistas tenham uma boa imagem de seu produto.

**Palavras-chave:** Parque Nacional; Serra da Canastra; Queijo.



## **A CONCESSÃO DE SERVIÇOS TURÍSTICOS EM PARQUES NACIONAIS SOB A PERSPECTIVA JURÍDICA DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

***Bruno Pereira Bedim\**, *Adriano Pereira da Silva\*\****

\* Universidade Federal de Ouro Preto, \*\*Faculdade Milton Campos e PUC Minas

E-mails: [brunobedim@yahoo.com.br](mailto:brunobedim@yahoo.com.br), [adriano.silva@sga.pucminas.br](mailto:adriano.silva@sga.pucminas.br)

Este trabalho tem como objetivo analisar a concessão de serviços turísticos em Parques Nacionais sob a forma de parcerias público-privadas, discutindo o crescimento paulatino desse tipo de parceria como consequência da atual conjuntura política, social, econômica e até mesmo jurídica da sociedade brasileira. Para tanto, procedeu-se à delimitação conceitual e legal do que seja Parceria Público-Privada (PPP), evidenciando essa nova forma de gerir a coisa pública como consequência dos imperativos de mercado e, também, como corolário da ineficiência do Estado no sentido de manter o monopólio da gestão dos bens e dos serviços públicos nos dias atuais. Empreendida esta primeira análise, procedeu-se então à abordagem das parcerias público-privadas especificamente no âmbito dos Parques Nacionais, apresentando exemplos brasileiros de implantação de tais parcerias. Por fim, realizou-se uma apreciação crítica sobre o atual contexto dos Parques Nacionais, apresentando sugestões de medidas que possam contribuir para melhorar as suas condições de infraestrutura e serviços disponíveis aos visitantes, de modo que os Parques alcancem, o máximo possível, os fins que lhes foram conferidos pela legislação pertinente.

**Palavras-chave:** Parceria Público-Privada; Parques Nacionais; Turismo.



## **ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ESTUDO DE CASO DO PARQUE ESTADUAL DO JARAGUÁ (SP)**

***Erica Mayumi Moriwaki\*, Zysman Neiman\****

\*Universidade Federal de São Carlos - Câmpus Sorocaba

E-mails: erica.naamah@gmail.com, zysman@ufscar.br

O presente trabalho aponta a importância de boa infraestrutura de uso público em Unidades de Conservação, de modo que todos tenham acesso aos seus atrativos, equipamentos e à educação ambiental. O objetivo do trabalho é analisar a qualidade da infraestrutura do Parque Estadual do Jaraguá, Unidade de Conservação do estado de São Paulo que possui espaço adaptado para receber pessoas com deficiência visual. A necessidade de adaptação de lugares públicos ainda é pouco reconhecida, fato que pôde ser comprovado após contato com Unidades de Conservação que se dizem preparadas para receber pessoas com deficiência e que, na realidade, possuem pouca ou nenhuma estrutura de apoio, como é o caso da Trilha do Silêncio, no Parque Estadual do Jaraguá. Possui uma estrutura especial para receber pessoas com deficiências diversas, no entanto, o restante do espaço não oferece autonomia e segurança para que as mesmas possam circular e conhecer toda a área protegida. Os resultados desta pesquisa de análise de base qualitativa do Parque Estadual do Jaraguá, bem como da Trilha do Silêncio, sugerem propostas de adaptações que facilitarão a visita do público com deficiência visual, de modo que possam ter autonomia, conforto e segurança para conhecer o Parque e terem suas próprias vivências, sem que haja necessidade de uma pessoa para guiar e descrever o espaço durante a visita.

**Palavras-chave:** Unidades de Conservação; Pessoas com Deficiência Visual. Parque Estadual do Jaraguá.



## VILAS CAIÇARAS DE ILHA COMPRIDA (SP): NÚCLEOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO

*José Ricardo de Almeida\**, *Kenitiro Suguio\*\**, *Valdecir Galvão\*\*\**

\*Universidade de Guarulhos, \*\*Universidade de São Paulo,

\*\*\*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Câmpus Rio Claro

E-mails: [ricaecotur@ig.com.br](mailto:ricaecotur@ig.com.br), [ricaterror@ig.com.br](mailto:ricaterror@ig.com.br), [braco\\_geo@yahoo.com.br](mailto:braco_geo@yahoo.com.br)

O município de Ilha Comprida, no Estado de São Paulo, transformou-se em um importante pólo de turismo de sol e praia. Atualmente, o número de habitantes do município não atinge 10 mil, contudo a população flutuante é mais que decuplicada durante as férias escolares e feriados prolongados. Esses turistas, cujo interesse maior está voltado ao turismo de balneário, têm promovido freqüentes incursões ao interior da ilha, onde se situam ambientes naturais, tais como os manguezais, os sambaquis e as dunas eólicas. Esses atrativos quase sempre estão localizados nas proximidades das "Vilas Caiçaras", ou seja, vilas de pescadores de cultura tradicional, simples e rudimentar que ainda sobrevivem ao tempo, tendo como principal fonte de renda a pesca de subsistência e a retirada de crustáceos dos manguezais. O turismo tornou-se uma segunda opção de atividade econômica para essas comunidades, que prestam serviços como condutores turísticos, levando pessoas para passeios de barco, atravessando os canais de mangues ou guiando-os em visitas aos sambaquis e campos de dunas eólicas. Contudo falta apoio e planejamento para que essas comunidades possam padronizar sua forma de trabalho, criando um processo de conscientização ambiental para todos moradores locais, bem como para os turistas, transformando as vilas em núcleos de proteção ambiental, ou seja, base de apoio para as visitas turísticas aos ambientes e ecossistemas sensíveis. O objetivo do trabalho em questão é a criação de propostas para implementação do ecoturismo nas Vilas Caiçaras, desta forma, incrementando a atividade turística, criando também propostas de planejamento, no intuito de diminuir a degradação dos ecossistemas locais, fortalecendo uma alternativa socioeconômica viável, além disso, instituindo um trabalho conjunto integrando a comunidade, o poder público e os visitantes. Para alcançar o objetivo proposto foram necessários estudos bibliográficos sobre os ecossistemas locais, visando a caracterização, bem como a localização de tais ambientes. Posteriormente, realizaram-se as pesquisas em campo, ou seja, nas próprias Vilas Caiçaras, no intuito de verificar na prática as probabilidades de aplicação do turismo sustentável, além disso, foram consultados os órgãos responsáveis pela política local, tais como; prefeitura municipal, através dos departamentos de turismo, ecologia e pesca. As consultas bibliográficas contribuíram para uma melhor compreensão dos atrativos naturais caracterizados e nos trabalhos de campo verificou-se a localização privilegiada das vilas com relação a esses atrativos, constatou-se também a existência informal da atividade turística de base comunitária desenvolvida por pessoas das comunidades, confirmando o potencial desses locais para implantação de atividades de conscientização, voltadas principalmente ao valor cultural, educacional e paisagístico do município de Ilha Comprida

**Palavras-chave:** Vilas Caiçaras; Ilha Comprida; Ecoturismo.



## **TURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS: UM ESTUDO DE CASO DA COOPERATIVA DE ECOTURISMO DE GUARAQUEÇABA (PR)**

***Wanderley Jorge Silveira-Junior\**, *Eloise Silveira Botelho\*\****

\*ONG Grupo Brasil Verde, \*\*Universidade Federal de Juiz de Fora

E-mails: [jjjuniorjf@hotmail.com](mailto:jjjuniorjf@hotmail.com), [eloisebotelho@hotmail.com](mailto:eloisebotelho@hotmail.com)

As populações tradicionais estabelecidas no entorno ou no interior de áreas protegidas têm buscado alternativas que compatibilizem a subsistência com a conservação ambiental e valorização cultural. Nesse processo, o turismo tem sido elencado como a alternativa capaz de compatibilizar esses interesses. O tema central desse artigo perpassa o debate sobre o turismo em áreas protegidas, e as possibilidades e limites de inclusão social das populações tradicionais. Nesse contexto, a iniciativa da Cooperativa de Turismo de Guaraqueçaba (Cooperguará-ecotur), Paraná, é um interessante estudo de caso que traz uma série de questões que precisam ser conhecidas e debatidas no âmbito acadêmico. Assim, esse artigo tem por objetivo analisar a iniciativa de turismo adotada pelos caiçaras membros da Cooperguará-ecotur e refletir sobre as possibilidades e limites do turismo de base comunitária em áreas protegidas. Como resultado da pesquisa qualitativa, que envolveu entrevistas e observação direta in loco, identificou-se que o turismo de base comunitária, protagonizado pelos caiçaras a partir da criação de uma cooperativa, tem possibilitado a perspectiva de inclusão social. Tal iniciativa tem contribuído para a organização social local, bem como para a capacitação e fomento do turismo. A iniciativa colaborou para que a economia local se diversificasse, valorizando cultura local e permitindo que os caiçaras permaneçam em seus territórios. O estudo de caso aponta também algumas fragilidades que podem dificultar o desenvolvimento do turismo local, incitando o debate acadêmico sobre o tema.

**Palavras-chave:** Turismo; Populações Tradicionais; Áreas Protegidas; Inclusão Social.



## **O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS AMBIENTALISTAS NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL EM DESTINOS INSULARES: ESTUDO DE CASO BRASIL – PORTUGAL**

***Deborah da Cunha Estima\**, *Filomena Maria Cardoso Pedrosa Ferreira Martins\**, *Andréa Rabinovici\*\****

\*Universidade de Aveiro, \*\* Universidade Federal de São Paulo

E-mails: deborahestima@hotmail.com, filomena@ua.pt, arabinovici@unifesp.br

Cada vez mais o turismo vem-se configurando como fenômeno global fomentando impactos positivos e negativos a nível social, ambiental e econômico. Devido ao seu grande impacto nas sociedades contemporâneas, estudos e pesquisas vêm sendo desenvolvidos no intuito de conhecer e gerir melhor essa atividade de forma sustentável, destacando-se assim a necessidade do envolvimento dos setores público, privado e sociedade civil. Como parte integrante da sociedade civil, as Organizações Não Governamentais ambientalistas (ONGs) têm como principal objetivo a conservação do ambiente. Muitas destas organizações executam ações ligadas à atividade turística. Isso acontece porque o turismo desenvolve-se fundamentalmente em ambientes naturais, onde estas atuam diretamente podendo contribuir de forma significativa para a sustentabilidade da atividade. Esta contribuição é realizada através de várias formas: formulação de diretrizes e estratégias, monitoramento, implementação de programas e projetos de desenvolvimento sustentável alicerçados no turismo, entre outros. Assim, é neste cenário que o interesse desta investigação de doutoramento emerge, com o intuito de identificar a atuação das ONGs relacionadas com a sustentabilidade ambiental associada à atividade turística em contextos territoriais insulares. Para isso, será realizada uma análise comparativa entre ONGs atuantes em Açores (Portugal) e Fernando de Noronha (Brasil). Tendo em vista a forma de atuação diferente, principalmente tratando-se de países distintos, e que afeta diretamente nas competências e nas contribuições à sustentabilidade do turismo, esta análise buscará compreender as práticas atuais e identificar as potencialidades e limitações vivenciadas por estas organizações. A população investigada será composta pelos atores sociais membros ou que são afetados pelos trabalhos das ONGs que desenvolvam alguma ação ligada ao turismo nestes dois ambientes insulares. A metodologia utilizada será a aplicação de entrevistas semi-estruturadas aos responsáveis destas ONGs, culminando numa coleta de dados que possibilitará um novo olhar sobre a atuação destas organizações que são influenciadas diretamente pelo contexto social, político e ambiental no qual atuam. Dessa forma, permitirá, para além de compreender a real contribuição destas organizações para o planeamento e o desenvolvimento do turismo, delinear novas estratégias de cooperação que conduzem para a sustentabilidade do turismo nestes destinos turísticos insulares.

**Palavras-chave:** Turismo; Organização Não Governamental; Destinos Insulares.



## SUSTENTABILIDADE EM DESTINOS TURÍSTICOS INSULARES: O PROJETO AZORES GREEN ISLANDS TOURISM

**Deborah da Cunha Estima\*, Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz\*,  
Maria Anunciação Mateus Ventura\***

\*Universidade dos Açores

E-mails: deborahestima@hotmail.com, amoniz@uac.pt, mateus@uac.pt

A presente investigação se enquadra no Projeto "Azores Green Islands Tourism", que é uma parceria da Universidade dos Açores (UAc) e da Agência Regional de Energia e Ambiente (ARENA), com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT-Portugal). O objetivo é identificar e avaliar como os operadores turísticos dos Açores, vêem o ecoturismo e a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis como forma de agregar valor ao destino. O projeto está sendo realizado no Arquipélago dos Açores e a população é constituída pelas empresas turísticas cadastradas na Direção Regional de Turismo da Região Autónoma dos Açores (667 empresas). A amostra investigada é composta por cotas constituídas pelas nove ilhas e divididas pelas cinco categorias das empresas turísticas, sendo estas: alojamentos, turismo náutico, animação turística, agências de viagens e *rent-a-car*. A metodologia utilizada para o levantamento dos dados, caracterização e identificação das posturas sustentáveis adotadas pelas empresas turísticas açorianas, está sendo realizado através da implementação de inquérito (online e via correios). Para o envolvimento e colaboração dos inquiridos no preenchimento do inquérito, para além de informações veiculadas nos jornais da Região, também foi criada uma página na rede social (facebook). Como o projeto ainda encontra-se em implementação, espera-se atingir os seguintes resultados e contributos: elaborar um banco de dados atualizado das empresas turísticas açorianas com informações complementares sobre a adoção de boas práticas; identificar a percepção dos operadores turísticos açorianos sobre o ecoturismo no Arquipélago; identificar e avaliar como os operadores turísticos dos Açores, vêem a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis como forma de agregar valor ao destino; elaborar um diagnóstico da atividade turística na região; contribuir para uma reflexão sobre a importância das práticas sustentáveis, por parte dos gestores responsáveis pelas empresas turísticas açorinas. Contudo, existem algumas limitações na investigação, como a falta de envolvimento dos responsáveis pelas empresas turísticas em colaborar no preenchimento do inquérito. Isto pode acontecer devido à falta de interesse destes, como também a metodologia de aplicar o inquérito online não ser muito persuasiva, embora seja a mais adequada tendo em conta as limitações financeiras. Outra limitação é que esta investigação aborda apenas o lado da oferta turística devido o prazo de execução do projeto. Contudo, prevê-se uma segunda etapa, onde a procura turística também será investigada, o que possibilitará uma análise completa da realidade local. Dessa forma, a presente investigação deverá identificar quais as estratégias necessárias para estimular a adoção de práticas sustentáveis pelas empresas turísticas açorianas, quando, de partida, grande parte dos responsáveis por estas empresas não possuem interesse. Assim, estes dados irão culminar na elaboração de um plano de ação direcionando um planeamento futuro a ser tomado para o turismo sustentável no Arquipélago.

**Palavras-chave:** Turismo; Sustentabilidade; Certificação.



## **A BACIA CATARINENSE DO RIO URUGUAI E O TURISMO DE CONSERVAÇÃO COMO FERRAMENTA AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL REGIONAL**

***Oldemar Carvalho-Junior\*, Rafael Sperb\*\****

\*Instituto Ekko Brasil, \*\*Universidade do Vale do Itajaí

E-mails: ocjunior@ekko.org.br, rmsperb@gmail.com,

O conceito de turismo de conservação ainda não é bem definido, sendo pouco conhecido no Brasil. A preocupação com a definição do conceito procede a partir do momento que o turismo de conservação pode representar uma alternativa econômica importante na gestão de projetos de biodiversidade em unidades de conservação, em especial Áreas de Proteção Ambiental (APA). Este tipo de turismo estimula a participação de diferentes setores da sociedade, facilitando a resolução de situações conflitivas, além de contribuir para modificar realidades adversas e melhorar a qualidade de vida das comunidades. O Rio Uruguai constitui um exemplo de interesses conflitivos, dentre os quais, projetos de usinas hidrelétricas para geração de energia têm levado vantagem frente a outras iniciativas. Modificações da paisagem natural resultam em provocações sociais que acabam por afetar o sistema econômico regional. O presente trabalho tem como característica produzir um banco de dados organizado e produtos como mapas temáticos de forma a subsidiar ações voltadas ao desenvolvimento sustentável regional. Para tanto, expedições ao campo e análises de imagens orbitais do satélite LANDSAT ETM7+, nas bandas do infravermelho 4 e 7, e bandas do visível 3, 2 e 1, foram realizadas. O Banco de Dados em SIG incluiu (Associações de Municípios, Colonização, Cultura, Densidade Populacional, IDH, PIB, Turismo de Aventura, Festas, Lazer, Hospedagem, Instituições de Ensino, Enem, Produção Agrícola, Erva-Mate, Maçã, Pinhão, Pinho, Uva, Ferrovias, Veículos, Hospitais, Número de Habitantes e Unidades de Conservação. A porção catarinense abordada nesse trabalho abrange 8 Bacias Hidrográficas: Peperi-Guaçu, Antas, Chapecó, Irani, Jacutinga, Peixe, Canoas e Pelotas. O trabalho é desenvolvido para o período de um ano, de Agosto de 2009 a Agosto de 2010. Um total de 210 mapas temáticos foram produzidos em diferentes escalas. Os resultados revelam áreas com baixos níveis de intervenção urbana ao longo das margens do Rio Uruguai. Os dados de IDH (média de 0,78) dão uma amostra do potencial que a Bacia do Rio Uruguai possui para o desenvolvimento de um turismo sustentável, responsável e/ou de conservação. Educação, por exemplo, é um fator primordial para o estabelecimento de práticas sustentáveis. Um aspecto importante a ser considerado nesse projeto é o status de conservação dos ecossistemas. Dentro da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai existem apenas 21 Unidades de Conservação de diferentes categorias, 2 RPPNs, 10 Unidades de Conservação Municipais, 3 Unidades de Conservação Estaduais e 6 Unidades de Conservação Federais. A soma das áreas dessas UCs totaliza cerca de 585 km<sup>2</sup>, o que representa algo em torno de 1.17% da área da Bacia (50.200km<sup>2</sup>). A utilização do SIG, como instrumento de gestão se mostrou bastante útil devido à possibilidade de gerenciamento de grande volume de dados, análise do mundo real e simulações de situações diversas. Soma-se a isso o fato de que novos dados podem ser incorporados ao sistema a qualquer momento, tornando mais segura qualquer tomada de decisão ou solução de uso conflitivo.

**Palavras-chave:** Ecoturismo; Conservação; Turismo Sustentável; Planejamento Ambiental.



## **TIPOLOGIA DOS ATRATIVOS NATURAIS NOS DESTINOS DE TURISMO NA NATUREZA NO BRASIL E IDENTIFICAÇÃO DOS SEUS COMPONENTES BIOFÍSICOS, ATRAVÉS DO MODELO DE COMPOSIÇÃO VISUAL DA PAISAGEM**

***Paulo dos Santos Pires\*, Beatriz Moscheta Welter\*\****

\*Universidade do Vale do Itajaí, \*\*Hotel Emiliano

E-mails: pires@univali.br, beatrizwelter@yahoo.com

O turismo na natureza e no seu bojo o ecoturismo, enquanto paradigma de sustentabilidade, desde meados da década de 1990 tornaram-se pujantes segmentos do turismo tanto em nível mundial como no Brasil, país que com sua notável biodiversidade e profusão de ecossistemas, desponha neste cenário com uma amplitude de recursos e paisagens naturais de reconhecido potencial para suprir a crescente demanda doméstica e internacional voltada para estes segmentos. A constatação deste potencial se assenta em uma base ecológica constituída por sete grandes ecossistemas, os Biomas, além das áreas de transição entre eles. Já em escala regional, os Biomas podem ser reconhecidos em 49 Ecorregiões, cuja escala de mapeamento favorece o planejamento regional do turismo. Por outro lado, percebe-se que em escala mais localizada, ao nível dos destinos, ainda não há uma referência de sistematização das informações sobre os atrativos naturais e suas respectivas paisagens, plenamente aceita e utilizada especialmente na operacionalização do turismo em áreas naturais. É neste contexto o artigo trata da tipologia dos recursos naturais e atrativos relacionados nos destinos de turismo na natureza no Brasil, com ênfase na identificação dos seus componentes biofísicos. Para tanto, realizou-se uma abordagem, sobretudo, qualitativa, complementada por tratamento quantitativo, utilizando-se dados de natureza primária que foram coletados junto a diversas fontes de informação disponíveis, referentes a uma amostra não probabilística de 56 operadoras atuantes no segmento do turismo na natureza e do ecoturismo, com sede na Grande São Paulo, Brasília e capitais dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia. Para o processamento e sistematização destes dados, adotaram-se dois modelos, sendo um de composição visual das paisagens e outro de classificação dos atrativos turísticos. A análise de conteúdo dos dados compilados e sistematizados resultou, primeiramente, em uma proposta de identificação e descrição dos componentes naturais dos destinos de turismo na natureza com base na composição visual de suas paisagens, exemplificada em três destinos preferenciais deste segmento. Em seguida, apresenta-se um quadro síntese da tipologia dos recursos naturais e atrativos correspondentes, associados aos respectivos Biomas, com maior ocorrência nos 45 destinos identificados como os de maior oferta nestes segmentos de mercado e, portanto, com representatividade nacional. Com isso, acredita-se que além de uma possível contribuição metodológica para a pesquisa acadêmica em turismo, a forma de ordenamento das informações relativas aos destinos e seus atrativos naturais, quando orientada por critérios de composição visual da paisagem e relacionada à uma base ecológica, poderá proporcionar uma melhor padronização e correta descrição da “matéria prima” do produto turístico ofertado pelas agências e operadoras, com reflexos positivos na qualidade e competitividade de seus produtos.

**Palavras-chave:** Atrativos naturais; Turismo na natureza; Paisagem.



## PARQUE ESTADUAL DOS TRÊS PICOS: UM LUGAR ESPECIAL PARA AS ATIVIDADES DE GEOTURISMO E ECOTURISMO NA SERRA DO MAR FLUMINENSE

*Maria Aparecida de Souza\**, *Jorge Medina\*\**

\*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, \*\*Guia de turismo

E-mails: mariaaparecidade.souza@gmail.com, medinaecoturismo@hotmail.com

Na Região Serrana, no Estado do Rio de Janeiro, foi criada a Unidade de Conservação de Proteção Integral Parque Estadual dos Três Picos. Sua formação física apresenta-se de forma significativa na composição de paisagens e ambientes de exótica e espetacular beleza cênica. Esta também contribuiu na formação de uma rica biodiversidade no domínio de Mata Atlântica. O uso público desta unidade de conservação destina-se essencialmente às atividades de ecoturismo nas diversas trilhas, cachoeiras, observação de pássaros e no montanhismo. Este trabalho tem como objetivo identificar, analisar e promover atividades de geoturismo e ecoturismo na área, buscando-se junto ao visitante a sensibilização e a interpretação dos diversos cenários existentes. A metodologia utilizada foi revisão de bibliografia pertinente ao tema, trabalho de campo, e a observação e análise de locais e trilhas onde há possibilidade de desenvolvimento dessas atividades. tendo como base a educação ambiental. Busca-se como resultado o melhor uso público combinando atividades relacionadas ao geoturismo e ao ecoturismo.

**Palavras-chave:** Geoturismo; Ecoturismo; Unidade de Conservação; Educação Ambiental



## POTENCIALIDADES DO ECOTURISMO NO LITORAL MÉDIO E SUL DO RIO GRANDE DO SUL

*Laura Rudzewicz\**, *Rosane Maria Lanzer\*\**, *Alois Eduard Schäfer\*\**

\*Universidade Federal de Pelotas, \*\*Universidade de Caxias do Sul

E-mails: laurar.turismo@gmail.com, rlanzer@ucs.br

As áreas de interesse ao ecoturismo geralmente estão distantes dos centros urbanos e historicamente “ilhadas” nos aspectos geográfico, político ou social, mantendo ecossistemas preservados ao longo dos tempos. O objetivo deste trabalho é apresentar alguns resultados do Projeto Lagoas Costeiras referentes às potencialidades do turismo em municípios do litoral médio e sul do Rio Grande do Sul, destacando o ecoturismo. O estudo foi desenvolvido entre 2007 e 2009, nos municípios de Mostardas, Tavares, São José do Norte e Santa Vitória do Palmar. O projeto, realizado pela Universidade de Caxias do Sul em parceria com a Embrapa Clima Temperado, teve patrocínio do Programa Petrobras Ambiental. O estudo das potencialidades turísticas teve por objetivo avaliar as condições atuais do turismo na região e suas possibilidades e limitações frente ao desenvolvimento sustentável da atividade. A pesquisa apresentou caráter exploratório-descritivo, de abordagem quantitativa e qualitativa, utilizando-se de entrevista, formulário e observação. As etapas do levantamento compreenderam: 1) Identificação dos potenciais atrativos turísticos mediante participação comunitária; 2) Classificação das potencialidades turísticas; 3) Identificação de segmentos turísticos em potencial. As comunidades estudadas apontaram uma grande diversidade de recursos naturais e culturais que foram identificados como potenciais atrativos, sendo estes principalmente relacionados ao recurso hídrico e as áreas de entorno, ambientes naturais preservados, espécies nativas, diversidade de paisagem, características geográficas peculiares, patrimônio histórico, arqueológico e paleontológico. Foi verificado um importante patrimônio natural representado pela Planície Costeira e seu sistema lagunar único, o qual compreende uma grande quantidade de corpos de água doce (Laguna dos Patos, Lagoa Mirim e Mangueira e diversas lagoas permanentes). Esse ambiente apresenta valor morfológico e paisagístico singular relacionado aos ecossistemas de seu entorno e a riqueza da biodiversidade. A região abriga, ainda, duas Unidades de Conservação: a Estação Ecológica do Taim e o Parque Nacional da Lagoa do Peixe, este reconhecido como zona núcleo da Reserva da Biosfera pela UNESCO (1992) e Sítio Ramsar pela Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional (2003). Portanto, essa variedade encontrada no litoral médio e sul mostra-se propícia ao desenvolvimento do ecoturismo e suas práticas como: contemplação da paisagem, observação de fauna e flora (especialmente de aves), expedições científicas, fotografia e filmagem, passeios em embarcações; e, ainda, possibilidades de integração com outros segmentos turísticos. Além disso, a economia da região tem gerado preocupações frente ao avanço e a dependência de atividades de grande impacto ambiental (silvicultura, agropecuária e pesca), associadas ao sobreuso do recurso hídrico. Diante deste contexto, e da elevada fragilidade dos ecossistemas existentes, o ecoturismo surge como o segmento turístico mais adequado às características da costa sul-brasileira, demonstrando grande potencial e podendo servir como ferramenta para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades. Porém, o turismo é hoje ainda incipiente nesta região, expressando falta de planejamento e gestão, tornando-se este um desafio à preservação dessa riqueza ambiental única no mundo. Os resultados obtidos possibilitaram a continuidade dos estudos entre 2011 e 2013, proporcionando a expansão da análise do potencial ecoturístico em outros três municípios do litoral médio e norte do Estado.

**Palavras-chave:** Ecoturismo; Lagoas Costeiras; Rio Grande do Sul.



## ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL JENIPABU E RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ESTADUAL PONTA DO TUBARÃO (RN): UMA ANÁLISE DO PROCESSO HISTÓRICO SOB A ÉGIDE DA SOCIEDADE DE CONSUMO

*Artemísia dos Santos Soares\**, *Francisco Fransualdo de Azevedo\*\**

\*Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, \*\*Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mails: artemisiasoares@yahoo.com.br, ffazevedo@gmail.com

O ecoturismo, face às demandas e discussões ambientais, tem alcançado proeminência no mercado turístico e amplo crescimento mundial, ensejando uma preocupação quanto à necessidade de um aprofundamento científico através de uma abordagem crítica das dinâmicas de consumo e conservação que permeiam essa prática. Este estudo tem o objetivo de analisar o processo histórico de criação das Unidades de Conservação (UCs) de uso sustentável Área de Proteção Ambiental Jenipabu (APAJ) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RDSEPT) sob a égide da sociedade de consumo, nas quais ocorre a prática do ecoturismo. A pesquisa buscou averiguar as relações entre conservação e consumo e suas influências para a criação das UCs de uso sustentável selecionadas para este estudo. Para tanto se teve como percurso metodológico uma abordagem qualitativa sob uma perspectiva crítica, baseada em pesquisa bibliográfica e documental e realização de entrevistas semi-estruturadas com três grupos de atores, a saber: gestores/técnicos, comunidade e ecoturistas envolvidos com o ecoturismo nas UCs selecionadas. O estudo foi realizado a partir de duas unidades de análise basilares (consumo e conservação) e doze categorias. Para a definição das unidades de análise e categorias foram tomados como referência os autores Santos (1987; 1988; 1994; 2001; 2006), Guerreiro Ramos (1989) e A. B. Rodrigues (1996; 2003), que realizam crítica à sociedade do consumo e descrevem as principais características do meio técnico-científico-informacional predominante; e Diegues (1998; 2000), A. B. Rodrigues (2001), Pires (2002) e Neiman e Rabinovici (2010), que discorrem histórica e cientificamente acerca da ênfase na conservação constante nas origens e no discurso do ecoturismo, descrevendo também suas características fundantes. Os principais resultados revelam que a criação da APAJ foi movida por uma intencionalidade mercantil gerada por uma atividade turística massificada presente na área e no seu entorno, gerada como um consumo de moda e vastamente midiaticizado. Unido a este processo se constata uma preocupação com o desenvolvimento e observância aos instrumentos de organização territorial norteadores do seu uso e suas limitações em subordinação a uma intencionalidade simbólica de conservação e sustentabilidade das atividades socioeconômicas da população. Todavia, não há o devido envolvimento da população autóctone neste processo, inviabilizando o desenvolvimento de uma consciência ambiental verazmente conservacionista. Já a criação da RDSEPT, apesar de ter também como pressuposto para criação uma pressão mercadológica de atividades econômicas que visavam ali se instalar, tais pressões geraram reações distintas das encontradas na história da APAJ. Pode-se indicar como um dos fatores principais a atuação direta da população autóctone para a efetivação de uma educação ambiental através dos encontros ecológicos e outras práticas, gerando com isso uma conscientização ambiental e de pertencimento ao lugar, subordinando o desejo da criação do RDSEPT a uma intencionalidade simbólica de conservação e continuidade e, para isto, buscando o desenvolvimento e a observância aos instrumentos de organização territorial norteadores do seu uso e suas limitações como regra geral de convivência.

**Palavras-chave:** Consumo; Conservação; Unidades de Conservação.

Soares, A.S.; Azevedo, F.F. Consumo e conservação no Ecoturismo das UCs Área de Proteção Ambiental Jenipabu e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RN): a percepção dos atores que nelas atuam. **Anais** do VIII Congresso Nacional de Ecoturismo e do IV Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.4, n.4, 2011, p. 533.



**CONSUMO E CONSERVAÇÃO NO ECOTURISMO DAS UCs ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL JENIPABU E RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ESTADUAL PONTA DO TUBARÃO (RN): A PERCEPÇÃO DOS ATORES QUE NELAS ATUAM**

***Artemísia dos Santos Soares\**, *Francisco Fransualdo de Azevedo\*\****

\*Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, \*\*Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mails: artemisiasoares@yahoo.com.br, ffazevedo@gmail.com

Na contemporaneidade o ecoturismo tem apresentado forte crescimento no mercado turístico mundial, acompanhando e fomentando um contexto de discussões globais sobre os problemas e as demandas ambientais, bem como evidenciando a necessidade de um aprofundamento científico através de um debate crítico sobre o imperativo do consumo vivido atualmente, questionando-se as dinâmicas de consumo e conservação que permeiam a prática ecoturística. Este estudo se dedica a analisar a percepção dos agentes que atuam no ecoturismo das Unidades de Conservação (UCs) de uso sustentável Área de Proteção Ambiental Jenipabu (APAJ) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RDSEPT). A pesquisa buscou averiguar as relações entre conservação e consumo e suas influências no ecoturismo realizado nas UCs de uso sustentável selecionadas para este estudo. Para tanto se teve como percurso metodológico uma abordagem qualitativa sob uma perspectiva crítica, baseada em pesquisa bibliográfica e documental e realização de entrevistas semi-estruturadas com três grupos de agentes, a saber: gestores/técnicos, comunidade e ecoturistas envolvidos com o ecoturismo nas UCs selecionadas. O estudo foi realizado utilizando-se duas unidades de análise principais (consumo e conservação) subdivididas em doze categorias. Para a fixação das unidades de análise e categorias, tomou-se como referência autores que realizam crítica à sociedade do consumo e apresentam as principais características do meio técnico-científico-informacional predominante, tais como Santos (1987; 1988; 1994; 2001; 2006), Guerreiro Ramos (1989) e A. B. Rodrigues (1996; 2003); e autores que tratam histórica e cientificamente acerca da relevância do conceito de conservação existente na gênese e no discurso do ecoturismo, descrevendo também suas características essenciais, como Diegues (1998; 2000), A. B. Rodrigues (2001), Pires (2002) e Neiman e Rabinovici (2010) Os principais resultados revelam que o uso mercadológico do prefixo “eco” tem atuado como uma nova roupagem para o que na realidade ainda se revela antigo, ou seja, usa-se a conservação como justificativa para mais um novo tipo de consumo. Os resultados também evidenciam que apesar da coexistência de intencionalidades mercantis e simbólicas em ambas UCs, é possível observar a predominância de características fundantes da sociedade do consumo em massa no processo de criação e nas atividades produtivas da APAJ, enquanto na RDSEPT nota-se em certa medida a predominância das características conservacionistas apregoadas pelo ecoturismo. Isso se constata também na percepção dos atores entrevistados, os quais estão envolvidos com o ecoturismo nas UCs pesquisadas. Ou seja, as diferenças presentes no processo de criação também estão presentes no cotidiano e discurso dos envolvidos. Pode-se inferir, portanto, que o turismo realizado na APAJ não pode ser denominado de ecoturismo, enquanto as práticas observadas na RDSEPT evidenciam um alinhamento com as diretrizes do ecoturismo.

**Palavras-chave:** Ecoturismo; Consumo; Conservação.



## **ATUAÇÃO DOS MONITORES AMBIENTAIS NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR, NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA**

***Renato Bacchi\**, *Zysman Neiman*, *Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz\****

\*Escola Superior de Agricultura 'Luiz de Queiroz'-USP,

\*\*Universidade Federal de São Carlos – Câmpus Sorocaba

E-mails: renato\_bacchi@yahoo.com.br, zysman@ufscar.br, odaleiaq@terra.com.br

O ecoturismo surgiu no Brasil como uma proposta de contemplação e conservação da natureza, sendo atualmente uma atividade econômica em grande expansão. Este segmento turístico pode ser visto com uma alternativa de geração de renda frente a outras possibilidades mais impactantes, trazendo benefícios para todos os envolvidos. Entretanto, no país, o ecoturismo ainda é uma atividade desordenada que pode gerar mais impactos negativos do que positivos. Para que o ecoturismo traga os benefícios esperados é necessário que sejam observadas suas premissas, entre elas a educação ambiental. Esta tem como objetivo a sensibilização do indivíduo para adquirir conhecimentos e habilidades que permitam mudanças de hábitos, posturas e condutas, as quais são essenciais para o desenvolvimento do ecoturismo que visa a conservação ambiental, cultural e o crescimento sócio-econômico da comunidade local. No entanto, o avanço do ecoturismo não vem sendo acompanhado pelo desenvolvimento da prática educativa, sendo necessários mais estudos que analisem situações locais da educação ambiental no ecoturismo. Assim, o presente trabalho será realizado no Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Santa Virgínia - SP, local de grandes atrativos ecoturísticos, como rios, cachoeiras, montanhas e a natureza preservada. Além disso, é importante dizer que a política de gestão do núcleo definiu somente aceitar visitas pré-agendadas, sempre acompanhadas dos monitores locais, havendo um controle significativo, configurando-se assim como um espaço propício para a realização de um estudo de caso que busca analisar qualitativamente a educação ambiental no ecoturismo. O objetivo deste trabalho é realizar um inventário das atividades de ecoturismo realizadas pelos monitores do núcleo Santa Virgínia considerando o embasamento, concepções e práticas de educação ambiental adotadas pelos mesmos. Os dados serão coletados por meio de entrevistas semi estruturadas realizadas com os monitores do núcleo. Com as entrevistas busca-se entender qual a visão dos monitores em relação ao ecoturismo e à educação ambiental dentro das práticas realizadas, ocorrendo gravação das falas e posterior transcrição das mesmas com a devida autorização do envolvido. A importância das entrevistas será explicada aos participantes das ações, respeitando-se o envolvimento voluntário de cada indivíduo. Os resultados esperados desse trabalho serão informações sobre o entendimento de educação ambiental e ecoturismo e o embasamento que os monitores ambientais têm sobre o tema, os quais influenciam diretamente na prática de seu trabalho. Os dados das entrevistas serão avaliados com o propósito de detectar possíveis relações com princípios e diretrizes de educação ambiental de documentos como o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), o Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar, entre outros. A partir dos resultados dessa análise será possível oferecer informações importantes que poderão subsidiar o desenvolvimento cada vez mais eficiente da prática educativa na atividade ecoturística.

**Palavras-chave:** Ecoturismo; Educação Ambiental; Núcleo Santa Virgínia.



## DESTINOS ECOTURÍSTICOS(?) E A NECESSIDADE DE UM PLANEJAMENTO: “CASO” PEDRA DA BOCA

**Paloma de Sousa Regala\***

\*Universidade Federal da Paraíba

E-mail: paloma.tur@hotmail.com

O Ecoturismo cresceu muito nos últimos anos, segundo dizem livros, revistas, jornais, órgãos governamentais e a academia, isso devido à maior preocupação com o ambiente, e maior utilização dos recursos naturais pelo turismo, mas será que tudo que se diz ecoturismo, o é? O nome ecoturismo é novo, tendo surgido por volta dos anos 80 quando criada a Comissão Técnica Nacional constituída pelo Ibama e a Embratur, afim de disciplinar as atividades nesse campo. O ecoturismo é norteado por conceitos, de órgãos governamentais, e autores especializados em ecoturismo. Sendo uma atividade recente, pode haver falta de consenso sobre o que é ecoturismo, mas todos direcionam para uma prática sustentável. Unindo alguns dos conceitos, tem-se que o ecoturismo é um segmento do turismo que busca integrar visitante com a natureza (em especial com o ambiente visitado), preservando a identidade local e cultural, proporcionando o mínimo impacto e promovendo o desenvolvimento econômico com participação da comunidade. Alguns autores discordam, mas analisando o que é dito do ecoturismo por órgãos que estabelecem parâmetros, definições e princípios dos segmentos turísticos, e autores de alguns livros de referência na academia, a prática insustentável deste segmento não existe, pois tornar-se-ia um outro segmento turístico, mas para que aconteça realmente o bom desenvolvimento do ecoturismo é necessário planejamento e manejo. Devido aos diversos problemas ambientais, o termo sustentabilidade vem sendo extremamente usado pelas empresas, turísticas ou não. Muitas empresas e cidades utilizam-se do marketing verde para atrair turistas, usando a denominação de destinos ecoturísticos, ou levando turistas a acreditarem que estão praticando ecoturismo, só porque estão em espaços naturais. Muitos dos destinos que ditos ecoturísticos, estão unidades de conservação, mas o que se nota é que, em sua maioria, não existe um planejamento para minimizar impactos causados pelo uso da área com o turismo, incluindo o estudo de capacidade de carga (e não se respeitando os limites, a prática de ecoturismo poderá tornar-se inviável, pois poderá causar impactos negativos). Seria importante que todo espaço dito ecoturístico, ou os que possuem potencial para este segmento do turismo, tivesse um planejamento ecoturístico, principalmente os em áreas de conservação. Analisando *in loco* a prática do ecoturismo no parque estadual da Pedra da Boca, em Araruna, Paraíba, percebe-se que já é considerado um dos principais pontos ecoturísticos da Paraíba, apesar de não possuir planejamento ecoturístico. Apesar disso, as visitas não parecem, visualmente, afetar o espaço. Com potencial e grande beleza cênica, já sendo “palco” de diversas práticas turísticas envolvendo trilhas, *campings etc*, torna-se ainda mais necessário o planejamento ecoturístico, principalmente por trata-se de uma área de proteção ambiental, podendo agregar o conhecimento de alguns moradores, como o morador e apaixonado pelo parque, apoiador da boa prática do ecoturismo, o guia “seu Tico”, um representante no auxílio da educação ambiental, assim fazendo acontecer o verdadeiro ecoturismo. Apesar de ser uma Unidade de Conservação Estadual, o estado não realiza nenhuma atividade lá, nem apóia o ecoturismo que vem sendo realizado.

**Palavras-chave:** Ecoturismo; Planejamento: Pedra da Boca.

## **ANÁLISE PRELIMINAR DA INFRA-ESTRUTURA E DO USO PÚBLICO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE MOGI-GUAÇU (SP)**

***Ulisses Nascimento Mazzucato Leal, Fagner Antunes, Flávio Augusto Nogueira, Márcio Marques Schafer, Marcelo Teixeira Cesar de Oliveira***

Centro Universitário São Camilo,

E-mails: leal.ulisses@gmail.com, fagnerantunes@terra.com.br, fan\_nogueira@hotmail.com, marcioschafer@msn.com, marcelotco@ipatiua.com.br

A Estação Ecológica (E.E.) de Mogi-Guaçu, situada entre as coordenadas 22°30' S e 47°15' O, fica dentro do município de Conchal, São Paulo. Foi inicialmente uma Estação Experimental e se tornou uma Unidade de Conservação pelo Decreto Estadual 22.336 de 1984. Tem o objetivo de proteger as formações vegetais de Cerrado e Mata Atlântica que ocorrem na região. Possui uma biodiversidade representativa destes ecossistemas, com espécies da fauna e flora endêmicas, além de ameaçadas de extinção como o Lobo Guará (*Chrysocyon brachyurus*). A área total de 980,71 ha, apresenta relevo composto de colinas amplas e planícies aluviais, com altitudes entre 560 e 700 metros. Está inserida na bacia hidrográfica do rio Mogi-Guaçu, tendo o rio Pardo como seu principal afluente. O objetivo deste trabalho foi realizar o levantamento preliminar da infra-estrutura para uso público, com a finalidade de analisar este aspecto e verificar suas condições e adequação. Foi realizada pesquisa bibliográfica e webgráfica. O levantamento local foi feito durante o segundo semestre de 2009 através de registros fotográficos, observação, anotações de campo além de colher o relato do técnico em pesquisa responsável pelo local. A E. E. apresenta fácil acesso ao visitante com entrada gratuita mas controlada por guarita na entrada, apesar de contar com apenas seis seguranças para cobrir a área total. A presença de um pesqueiro na margem oposta do rio Mogi-Guaçu permite a entrada na área sem controle da vigilância. Constatou-se que a equipe administrativa é insuficiente, composta por apenas um funcionário, devido a falta de recursos do Estado. Numa pequena instalação funcionam o centro de visitantes -com o mapa da E. E. e alguns cartazes para identificação de aves-, a área administrativa e o alojamento para pesquisadores. Notou-se a ausência de equipamentos de lazer como playground. Os sanitários são encontrados somente nesta área bem como as lixeiras que são ausentes ao longo das trilhas abertas à visitação. Em apenas uma das trilhas foram observadas placas indicativas, com informações como nome da trilha, trajeto e fauna e flora que podem ser observadas, porém, estavam muito degradadas necessitando de substituição. Existem equipamentos tais como TV e Home Theater, mas sem uso devido a falta de local para abrigar atividades de educação ambiental com escolas e visitantes. No geral, a Estação atende somente alunos de escolas da região, contando com um projeto de educação ambiental da SMA-SP. Porém, durante a visita, não houve oportunidade de acompanhar o trabalho de monitores pois ainda estavam em processo de contratação. Além disso, há um viveiro com mudas de espécies nativas para replantio, que pode ser visitado e ser utilizado com os estudantes nos programas de E.A. O Plano de Manejo, tinha previsão de ser implantado no fim de 2009 mas seu lançamento foi adiado. A E.E. portanto não apresenta infra-estrutura adequada para receber uma grande quantidade de visitantes e mesmo recebendo pequenos grupos ainda carece de pessoal, instalações e equipamentos adequados, bem como materiais informativos que destaquem a grande importância ecológica da área, informação importante de ser disseminada pelos programas de visitação.

**Palavras-Chave:** Us Público; Estação Ecológica e Mogi-Guaçu; Infraestrutura.

## **ECOTURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA PROPOSTA PARA A RECUPERAÇÃO E PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E NATURAL DA BARRAGEM DO RIO VACACAÍ MIRIM, SANTA MARIA (RS)**

***Eliane Carine Portela\**, *Elsbeth Léia Spode Becker\*\**,  
*Roselena Pereira dos Santos\*\*\**, *Joelmir Christian Kuntz Pereira\*\*\*\****

\*Turismóloga-Agente de viagens, \*\*UNIFRA, \*\*\*Turismóloga, \*\*\*\*Turismólogo

E-mails: elianeventur@hotmail.com, elsbeth.geo@gmail.com, fofapr@hotmail.com, chris-turismo@hotmail.com

Este trabalho tem como principal objetivo propor a recuperação e proteção do patrimônio histórico e natural no entorno da Barragem do Rio Vacacaí Mirim, na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. A barragem tem grande relevância por ser responsável em abastecer cerca de 40% da população da cidade. Sua construção, na década de 1980, decorreu das estiagens prolongadas nos meses de verão e também, do aumento da população em função da cidade tornar-se aporte de um crescente número de estudantes do ensino superior e de militares do exército e da aeronáutica. A construção do reservatório, no entanto, motivou a extinção do famoso Parque da Montanha Russa, que submergiu sob as águas da represa. O Parque da Montanha Russa era um importante atrativo turístico e de lazer para os habitantes de Santa Maria e da região. No período de 1907 e 1932, foi considerada, uma área nobre da cidade e ponto de encontro da sociedade Santa-mariense. Nas décadas posteriores, com a construção de clubes na cidade, o local sofreu um gradual desinteresse da população e descaso da administração municipal. Muitos habitantes de Santa Maria sequer lembram que, sob as águas da Barragem que abastece a cidade, existiu um grande atrativo turístico, que movimentava o fluxo de pessoas e trazia visitantes de outras localidades. Assim por meio desta proposta e da prática do ecoturismo voltado para educação ambiental e preservação do ambiente, pretende-se: despertar a consciência ambiental do visitante e do morador, além de resgatar a história de um passado glorioso e um novo cenário no entorno da Barragem. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram consultadas obras que abordam os seguintes temas: ecoturismo; sustentabilidade ambiental; educação ambiental; sustentabilidade sociocultural e resgate da memória local. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo, com base nas pesquisas bibliográficas e nas entrevistas semi-estruturadas com moradores do entorno da Barragem. Constatou-se que o ambiente no entorno da Barragem encontra-se degradado e a maioria dos moradores habita em condições mínimas de saneamento básico. Além disso, o local é reconhecido como uma área para a prática de vandalismos como saques, pequenos assaltos e outros delitos. Diante desta realidade, percebe-se a necessidade de projetos que promovam a conservação e valorização do entorno do reservatório, bem como resgate do passado histórico-social. Acredita-se, desta maneira na possibilidade de desenvolver o ecoturismo aliado a educação ambiental, através de roteiro turístico guiado, tendo como base alguns dos pontos citados nas entrevistas com os moradores. Cabendo ao final do passeio a cada um, individualmente ou em grupo, o entendimento que todos são responsáveis pela construção do espaço público voltado as práticas turísticas onde a cidadania e a democracia deve estar presentes. Da coletividade e da solidariedade, será possível pensar em um futuro melhor, num mundo sustentável e em uma nova ética pautada no respeito ao outro e ao mundo onde se vive.

**Palavras-chave:** Ecoturismo; Patrimônio ambiental; Patrimônio sociocultural.



## **ANÁLISE DA POTENCIALIDADE TURÍSTICA DO TABULEIRO DO EMBAUBAL (SENADOR JOSÉ PORFÍRIO, PA)**

**Luiz Fernando Roscoche\***, **Hermes Fonseca de Medeiros\***, **Janaina Melo Oliveira\***,  
**Eder Mileno Silva de Paula\***, **Leonardo Moura Costa\***, **Saloma Mendes Oliveira\*\***

\*Universidade Federal do Pará, \*\* Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de Senador José Porfírio

E-mails: luizfernando@ufpa.br, hermes@ufpa.br, janauece@gmail.com, edermileno@ufpa.br, bioleon7@hotmail.com, saloma\_oliveira@hotmail.com

O Tabuleiro do Embaubal é um arquipélago localizado no baixo Rio Xingu (Senador José Porfírio, PA), a 906 km da capital por via terrestre. É considerado área prioritária para conservação pelo Ministério de Meio Ambiente, pela diversidade biológica que abriga e por sua importância socioeconômica, incluindo seu potencial turístico. É composto por dezenas de ilhas cobertas com vegetação nativa, com poucas casas de ribeirinhos, em um trecho em que o Rio Xingu se alarga, apresentado águas calmas e limpas. Espécies atraentes para o turismo, como as duas espécies de boto, peixes-boi, jacarés e aves aquáticas são abundantes. O que mais tem chamado a atenção é a concentração da desova da tartaruga da Amazônia (*Podocnemis expansa*). Cardumes desta espécie, que chega a atingir 60Kg, convergem de uma vasta região para poucas praias, onde 20.000 fêmeas depositam cerca de 1.800.000 ovos, a maior concentração de ovos de que tartarugas de água doce das Américas. No inventário turístico do estado do Pará, o pólo Xingu, que inclui este arquipélago, foi considerado de grande potencial para turistas provenientes de outras regiões do Brasil e do Exterior. Apesar disto, praticamente inexistente exploração do turismo no local. A região está sofrendo mudanças aceleradas devido à implantação da Hidrelétrica de Belo Monte, uma das maiores hidrelétricas do mundo. Disto resultam aumento nas pressões para degradação da área, assim como a ampliação da infraestrutura necessária ao turismo. O objetivo desta pesquisa é reunir subsídios para o planejamento e gestão do turismo na região, com ênfase no ecoturismo e turismo técnico-científico, considerando que a área destina-se a conservação ambiental e, portanto, requer turismo de baixo impacto socioambiental e alto valor agregado. Num primeiro momento foram coletadas informações de caráter técnico e científico em um Workshop destinado a discussão de alternativas para o manejo e conservação da área, reunindo cientistas, órgãos públicos, ONGs e representantes da comunidade. Neste evento o ecoturismo foi reconhecido como uma alternativa de uso sustentável e geração de renda para a comunidade local, sendo identificados atrativos e áreas de maior potencial. Também foi realizada uma pesquisa exploratória não estruturada, baseada em expedições curtas, para o detalhamento e atualização de informações sobre a área, incluindo mapeamento, registro fotográfico e análise da área, identificando os possíveis pontos turísticos. Foram visitadas ilhas, cursos de água, lagoas, comunidades locais e um sítio arqueológico. Uma vantagem constatada deste arquipélago em relação a outras localidades amazônicas é a facilidade de acesso a partir de centros urbanos. Os atrativos do arquipélago estão a menos de meia hora de barco da sede de Senador José Porfírio, e a menos de uma hora e meia da sede de Altamira, onde existe uma maior oferta de serviços, incluindo um aeroporto com vôos regulares. A etapa subsequente da pesquisa incluirá a aplicação de questionários estruturados sobre equipamentos, serviços e infraestrutura turística do município de Senador José Porfírio, visando identificar a viabilidade da permanência de turistas no local.

**Palavras-Chave:** Potencial Turístico; Tabuleiro do Embaubal; Amazônia.

Apoio financeiro: WWF – Brasil.



## O TRABALHO DE CAMPO PARA O PROFISSIONAL DO TURISMO

*Giseli Dalla Nora\**

\*Faculdade Anhanguera de Cuiabá

gisanora@hotmail.com

O turismo tem como ferramenta de trabalho os deslocamentos e, por conseguinte a logística que esta atividade envolve. Neste sentido o turismo para se realizar e trazer a tona a maior das atividades de lazer. Este artigo tem por objetivo divulgar a metodologia dos trabalhos de campo da faculdade Anhanguera de Cuiabá no intuito de profissionalizar seus egressos. Neste sentido, os cursos de bacharelado em turismo necessitam de estrutura física e intelectual para se desenvolverem. O curso de turismo da Faculdade Anhanguera de Cuiabá, entende que para que o profissional turismo saia capacitado para o mercado de trabalho, o mesmo deve ter tido durante seu curso, experiências que contribuam para sua proximidade com as atividades que irá desenvolver ao longo de sua carreira. Com esta proposta o curso de turismo da Faculdade Anhanguera de Cuiabá trabalha com o Programa de Regionalização do Turismo criado pelo Ministério do Turismo do Governo brasileiro. Este programa criou 4 regiões turísticas para o estado de Mato Grosso que são: Pólo Cerrado, Pólo Pantanal, Pólo Amazônia e Pólo Araguaia. Todo semestre os alunos são convidados a conhecer cada um destes pólos bem como os produtos turísticos que os mesmos trabalham. Nestes trabalhos de campo e visitas técnicas os alunos entram em contato com as operadoras de turismo locais e regionais, com os meios de hospedagem, logística, formatação de roteiros, guias, bares e restaurantes, bem como com os biomas do estado (Amazônia, Cerrado e Pantanal). Estas áreas são importantes, pois elas fazem parte da matriz curricular do curso bem como de seu projeto político pedagógico, mas só puderam ser escolhidas depois de uma pesquisa significativa sobre estas áreas.

**Palavras-chaves:** Ensino; Ecoturismo; Trabalhos de Campo.



## PLANEJAMENTO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO ECOTURISMO NO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA DA BOCA, ARARUNA (PB)

**Márcio Balbino Cavalcante\***, **Edna Maria Furtado\***

\*Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mails: cavalcantegeo@bol.com.br, ed@ufrnet.com

A ciência geográfica tem buscado novas formas de interpretar o espaço e as relações entre sociedade e natureza que nele ocorre. Nessa perspectiva, o interesse da Geografia pelo fenômeno turístico em Unidades de Conservação desenvolveu-se de modo bastante especial e vêm alcançando um papel diferenciado no planejamento e gestão dessas unidades territoriais. No Brasil, as Unidades de Conservação foram criadas com o objetivo de preservar parcelas remanescentes de ecossistemas dos biomas brasileiros. A conservação das unidades de conservação depende grandemente da eficácia das estratégias adotadas. Daí a grande importância de se planejar, testar e implementar programas de planejamento e educação ambiental nas atividades ecoturísticas. A presente pesquisa teve objetivo desenvolver práticas participativas em planejamento e educação ambiental no Parque Estadual da Pedra da Boca, município de Araruna – PB; o lugar configura-se como importante área para a prática do ecoturismo no Estado da Paraíba. Para a realização deste trabalho foram desenvolvidas as seguintes etapas: seleção de material bibliográfico; coleta de dados sobre os aspectos físicos, turísticos e socioambientais do local; acervo fotográfico; realização de entrevistas. As informações e os dados obtidos permitiram observar que tais práticas ecoturísticas precisam ser pautadas no planejamento integral do espaço, levando em consideração a diversidade de componentes, sejam eles físicos ou humanos, que configuram o território. Ao término do presente trabalho, verificou-se mudanças de atitudes e de comportamentos dos turistas e moradores do entorno do Parque Estadual da Pedra da Boca, no que se refere a sua co-participação na gestão e no planejamento do ecoturismo local, bem como na preservação dos recursos naturais e sociais do lugar.

**Palavras-chave:** Planejamento Ambiental; Educação Ambiental; Unidades de Conservação.

## PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR: INFRA-ESTRUTURA E ATENDIMENTO A VISITANTES NO NÚCLEO PICINGUABA

**Marcos Cabrerisso Hilario\***, **Marcelo Teixeira César de Oliveira\*\***

\*Centro Universitário São Camilo, \*\*Instituto Ipá Ti-uá.

E-mails: marcos.cabrerisso@gmail.com, marcelotco@ipatiua.com.br

O Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) foi criado pelo Decreto nº 10.251, de 30/08/77, ampliado pelos decretos nº 13.313, de 06/03/79 e nº 19.448, de 30/08/82 e tombado pelo CONDEPHAAT pela resolução de nº 40 de 06/06/1985. Possui uma área de 315.390,69 ha com terras em diversos municípios do estado de São Paulo e com diversos Núcleos Administrativos (Caraguatatuba, Cunha, Curucutu, Itutinga-Pilões, Itarirú, Picinguaba, Santa Virgínia e São Sebastião). Integra o grande corredor de biodiversidade de Mata Atlântica, sendo constituído também por biomas como os manguezais. O presente estudo foi realizado no Núcleo Picinguaba, no município de Ubatuba e com uma área 47.500,00 ha, próximo a divisa com o estado do Rio de Janeiro sendo o único núcleo ao nível do mar. Tem sobreposição de parte de sua área com o Parque Nacional da Serra da Bocaina. Dentro do parque encontram-se cinco vilas de caiçaras que mantêm a tradição da cultura praticando a pesca artesanal e cultivo de subsistência. O objetivo deste trabalho foi o de realizar a avaliação preliminar da infra-estrutura de uso público e de pessoal, verificando suas condições, adequação e atividades. O trabalho foi iniciado com pesquisa bibliográfica, webgráfica e complementada com o levantamento de campo através de observação, anotações, fotografias, relatos dos administradores e de monitores executado durante o primeiro semestre de 2009. Possui hospedagem para receber grupos compostos por 30 a 40 pessoas com pré-agendamento com marcação bastante concorrida. Possui centro de visitantes com sala para 120 lugares equipado com telão, data show, mapa de todo o PESM, sanitários, bebedouros, sala de exposições com painéis explicativos dos biomas existentes no núcleo, animais empalhados, conchas, rochas e outros materiais, biblioteca, mapoteca e videoteca abertas aos visitantes. A Praia da Fazenda, próxima a sede do núcleo é a única aberta à visita livre. São dez as trilhas abertas ao público e são feitas em grupos de no máximo 20 visitantes orientados por monitores moradores da região com capacitação oferecida pela Secretaria do Meio Ambiente. Os percursos são todos sinalizados indicando locais de paradas para observação de espécies de flora, fauna e particularidades de cada ambiente, além dos avisos de proibição de acessos. Os monitores foram acompanhados em três trilhas e demonstraram conhecimento da região fornecendo informações das características naturais dos biomas, a fauna e a flora durante o trajeto. A área estudada apresenta infra-estrutura boa para visita e hospedagem, bem como fornece informações adequadas sobre o local no centro de visitantes, completadas com as palestras e acompanhamento nas trilhas, no entanto, falta material informativo que possa ser entregue aos visitantes com fins de difusão do conhecimento apresentado sobre a área conservada e que poderia servir para aprofundá-lo e colaborar na multiplicação do mesmo para completar o trabalho de interpretação ambiental.

**Palavras Chaves:** Picinguaba; Parque Estadual da Serra do Mar; Ecoturismo.



## ECOTURISMO, UMA ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL PARA O MUNICÍPIO DE ITAARA (RS)

**Joelmir Christian Kuntz Pereira\***, **Eliane Carine Portela\*\***, **Elsbeth Léia Spode Becker\*\*\***,  
**Roselena Pereira\*\*\*\***

\*Turismólogo, \*\*Turismóloga-agente de viagens, \*\*\* UNIFRA, \*\*\*\*Turismóloga

E-mails: chris-turismo@hotmail.com, elianeventur@hotmail.com, elsbeth.geo@gmail.com,  
roseepr@hotmail.com

Ecoturismo é uma atividade turística sustentável que incentiva a conservação do patrimônio natural e cultural atraindo turistas com consciência ambientalista. Este trabalho buscou analisar a potencialidade turística do município de Itaara, Rio Grande do Sul, com finalidade de propor o ecoturismo como alternativa para o desenvolvimento municipal sustentável. O potencial ambiental do município é o resultado de suaves contrastes de diversas paisagens que integram uma faixa de transição entre o início do Planalto Meridional e a Depressão Central. Assim, nessas paragens não são descortinados os imponentes abismos andinos, nem a imensidão dos grandes ecossistemas, mas sim a quietude de morros, planícies e terraços cobertos por uma vegetação peculiar, a Mata Atlântica. Aproximadamente, metade do município, ainda é coberto por vegetação nativa, campo e remanescentes de araucária, o que possibilita a prática do ecoturismo, enquanto ferramenta para preservação dos recursos naturais. Esse cenário, ganha ainda maior expressividade para o ecoturismo, quando consideradas as cascatas, trilhas e matas existentes no município. Itaara é reconhecida por possuir belezas naturais e uma grande rede hídrica, um clima diferenciado tornando muito agradável o convívio durante as altas temperaturas do verão. Até a década de 1990, o município possuía em torno de sete balneários sendo contemplada com o apelido de “cidade dos balneários”. Hoje possui apenas quatro destes em funcionamento, os quais possuem em comum, recursos hídricos naturais e mata preservada, associados à infraestrutura dos locais, ou seja, o ambiente natural em sintonia com as ações antrópicas, característico das ACPs (Áreas de Conservação Permanente), atraindo o interesse como atividade de lazer ou de residências de finais de semanas. O contato com a natureza, e o clima agradável da serra, além do lazer e descanso são as principais motivações dos visitantes. O município é ocupado por pequenas propriedades rurais dedicadas a criação de gado leiteiro e da pequena lavoura de policultura. Essas atividades agrícolas são desenvolvidas em consonância com a preservação da mata nativa, dos campos e dos lagos e açudes. Assim, a paisagem contempla aspectos de biodiversidade de flora e a fauna local e proporciona o contato com animais típicos de propriedades rurais, como vacas, cavalos, ovelhas, bem como a vida na ruralidade. Realizou-se uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo evidenciando e descrevendo o potencial turístico do município. O método utilizado foi à pesquisa bibliográfica e documental. A partir das informações coletadas foi possível identificar a potencialidade do município para o desenvolvimento do ecoturismo, tendo como exemplo os balneários em meio a natureza utilizados para o lazer. É relevante também destacar o plano ambiental do município, que divide o município em quatro áreas: Áreas de Preservação Permanente, Áreas de Conservação Permanente, Áreas de Uso e Ocupação e Áreas de Restauração. Essa divisão foi determinante para enfatizar a potencialidade do local de estudo sem comprometer ou limitar as atividades agropastoris da população rural e das atividades atreladas ao lazer e ao desenvolvimento turístico.

**Palavras-Chave:** Ecoturismo; Desenvolvimento sustentável; Área de Conservação Permanente.



## PERSPECTIVAS PARA CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DO ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA RESEX CASSURUBÁ

***Carlos Alfredo Ferraz de Oliveira\****

\*Universidade Estadual de Santa Cruz

E-mail: cferrazgp99@yahoo.com.br

Nos municípios de Caravelas e Nova Viçosa, extremo sul da Bahia, existe o complexo estuarino Cassurubá que, por sua importância social, cultural e ambiental, está inserido na área da recém criada Reserva Extrativista Cassurubá. Nesta unidade de conservação de uso sustentável está sendo proposto um projeto de ecoturismo de base comunitária que envolve 15 famílias ribeirinhas e 13 instituições atuantes na localidade. A finalidade do projeto é iniciar a implantação deste tipo de turismo proporcionando uma ferramenta para o protagonismo comunitário. Com objetivo de analisar os limites e oportunidades para construção participativa do ecoturismo de base comunitária nesta área, foi realizada uma pesquisa descritiva com abordagem interpretativa utilizando métodos qualitativos para coleta e análise dos dados. A coleta dos dados ocorreu através de estudos bibliográficos e documentais, observação participante e entrevistas semi-estruturadas e estruturadas. A análise qualitativa dos dados coletados resultou na identificação da organização social das famílias ribeirinhas e suas opiniões sobre esta unidade de conservação e o projeto. Com a melhor compreensão dos modos de vida e das opiniões das famílias, foi possível contextualizar as percepções das famílias ribeirinhas envolvidas durante a execução da proposta e identificar os níveis de participação que estes tiveram nas ações do projeto. Estas identificações possibilitaram indicar e explanar sobre os limites e oportunidades para construção participativa do ecoturismo de base comunitária na Unidade de Conservação (UC). Foram sugeridas ações em prol da sustentabilidade da UC e diretrizes para recriação, renovação e diferenciação das atividades socioeconômicas na área protegida.

**Palavras-chave:** RESEX Cassurubá; Ecoturismo; Ribeirinhos.



## **NÁLISE DA POTENCIALIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DE ROTEIRO DE “*BIRDWATCHING*” NA POUSADA UACARI, RDSM (AM)**

**Fernanda Sá Vieira\*, Rodrigo Zomkovski Ozorio\*, Rosa Maria Farias Asmus\*\***

\*Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, \*\*Universidade Estadual de Mato Grosso

E-mails: fernandasa88@hotmail.com, rodrigo@mamiraua.org.br, rosa\_asmus@yahoo.com.br

O turismo de observação de aves é uma atividade do ecoturismo que vem se expandindo nas últimas décadas. Ambos possuem o potencial de fomentar a conservação do meio ambiente e de contribuir para a geração de renda à população local. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM) possui 1.1240.00 de hectares e está localizada na confluência dos rios Solimões e Japurá, Amazonas, Brasil. É uma das maiores Unidades de Conservação de florestas alagáveis do mundo e a única que protege o ecossistema de várzea amazônica. O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, co-gestor da RDSM, desenvolve programas de manejo de recursos naturais para promover o uso sustentado dos recursos visando à conservação da biodiversidade e a melhoria da qualidade de vida da população autóctone. Dentre os programas de manejo desenvolvidos está o Turismo de Base Comunitária que atua na Pousada Uacari. A RDSM possui 360 espécies de aves catalogadas e a cada ano apresenta um crescimento para o público de *birdwatchers*. Diante desta demanda, surgiu o interesse em pesquisar o potencial para a implantação de um roteiro específico para este segmento, sendo este o principal objetivo desta pesquisa. Este estudo é realizado através de três etapas, sendo composta pelo levantamento bibliográfico abordando o turismo de observação de aves, o histórico do *birdwatching*, as primeiras viagens para observação de aves, os indutores para a observação e o Brasil como mercado promissor. A segunda etapa diagnosticou a atividade de *birdwatching* na Pousada Uacari, através de visitas de campo à Reserva Mamirauá, entrevistas e análise de informações contidas em bancos de dados da Pousada, pontuando os seguintes itens: avaliação da oferta e nível de qualificação dos guias, qualidade da infra-estrutura oferecida, análise do perfil do *birdwatcher* X turista da Pousada Uacari, potencialidade das espécies e análise da demanda. Através dos diagnósticos e análises realizadas, identificaram-se as lacunas e as oportunidades existentes no produto atual ofertado, bem como as exigências do segmento de *birdwatchers* de acordo com o perfil específico deste público estudado, completando assim a terceira etapa do trabalho. Concluiu-se que a RDS Mamirauá possui potencial para o fortalecimento da atividade de observação de aves, constatada pela capacidade instalada da iniciativa (infra-estrutura de visitação, operação turística, qualificação profissional da equipe, envolvimento comunitário) e também pela abundância de aves existentes na Reserva. A implementação do roteiro específico para *birdwatchers* contribuirá para o alcance de níveis mais elevados de qualidade de serviço para a demanda existente, além de que possibilitará uma maior captação de potenciais visitantes com interesse na atividade. Para isso, ações específicas de comercialização e marketing deverão ser realizadas, tais como parcerias com operadoras especializadas, a construção de *website* de qualidade e participação em eventos específicos. Desta forma, foi elaborado um roteiro de três noites para *birdwatchers*, com o propósito de fortalecer este público na Pousada Uacari, sendo o produto final desta pesquisa.

**Palavras-chave:** Ecoturismo; Birdwatching; Pousada Uacari.

## O INTERESSE DOS ECOTURISTAS DA POUSADA UACARI EM VISITAR A RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL AMANÃ

**Fernanda Sá Vieira\***, **Rodrigo Zomkovski Ozorio\***, **Eduardo de Ávila Coelho\***

\*Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá,

E-mails: fernandasa88@hotmail.com, rodrigo@mamiraua.org.br, eduardo@mamiraua.org.br

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mamirauá, no Estado do Amazonas, é um reconhecido destino de ecoturismo do Brasil, recebendo turistas de diversos países desde 1998, quando se deu início a implementação da Pousada Uacari. O Instituto Mamirauá assessora os trabalhos das comunidades na RDS Mamirauá e desenvolve, desde 2007, na vizinha RDS Amanã, uma pesquisa sobre a viabilidade do turismo de base comunitária. A fim de subsidiar a pesquisa em Amanã, foi aplicado um questionário aos visitantes de Mamirauá. O principal objetivo desta pesquisa foi analisar o interesse dos ecoturistas que visitam a Pousada Uacari em conhecer a RDS Amanã, identificando as principais atividades potenciais, assim como as questões relacionadas à estrutura e logística. Foram aplicados 809 questionários aos turistas que visitaram Mamirauá entre 2008 e 2009. Os respondentes são em sua maioria pessoas com idade entre 21 a 40 anos, seguido de pessoas com 41 a 60 anos. Quanto à nacionalidade, 21% são brasileiros e 79% estrangeiros, destes destacam-se os americanos, britânicos, alemães e franceses. 80% disseram ter interesse em conhecer Amanã e, entre os 20% que não apontaram o interesse, os fatores limitantes mencionados foram: tempo (59%), repetição de viagem à Amazônia (21%) e recursos financeiros (8%). As principais motivações são a observação de animais (58%) e poder conhecer a floresta de terra firme (27%), já que Mamirauá trata-se de ecossistema de várzea. Estes ecoturistas estariam dispostos a ficar três (37%), quatro (24%) e duas noites (22%), e a pagar por noite (valores não corrigidos) R\$ 190,00 (30%), R\$ 161,50 (25%) e R\$ 285,00 (16%). O tipo de acomodação predominante nas respostas, com 61%, foi a Pousada em terra firme seguido de alojamento em casa comunitária com 14%. As principais atividades de interesse foram a observação de animais (79%), caminhada na mata (59%), passeio de canoa (36%) e observação de aves (35%). A partir destes dados, pode-se concluir que este público entrevistado tem o interesse em visitar a RDS Amanã em um roteiro de três a quatro pernoites em pousada, englobando atividades de observação de fauna através de trilhas e passeios de canoa. Ainda está sendo investigada a viabilidade econômica para a implementação de uma estrutura que atenda as demandas deste público, assim como também estão sendo investigados outros perfis de turistas, já que estes dados são relativos ao público da Pousada Uacari. Estes dados, junto a outros estudos realizados por Coelho e Ozório irão apontar algumas tendências, que serão discutidas com as comunidades de Amanã, com vistas à elaboração de um produto de turismo de base comunitária que traga os benefícios esperados pelos moradores e atenda à demanda dos visitantes.

**Palavras-chave:** Demanda; Ecoturismo; RDS Amanã.

## ECOTURISMO E ETNOTURISMO NA ALDEIA POTIGUARA DE TRAMATÁIA, ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BARRA DO RIO MAMANGUAPE (PB)

*Izolda Kelly Pereira Barbosa\**, *Maria Cristina Basílio Crispim da Silva\**

\*Universidade Federal da Paraíba

E-mails: [izoldakelly.tour@gmail.com](mailto:izoldakelly.tour@gmail.com), [ccrispim@hotmail.com](mailto:ccrispim@hotmail.com)

O turismo caracteriza-se como atividade econômica que se utiliza da comercialização de paisagens, muitas vezes reconhecidas como bens difusos, gerando assim certos impactos sociais, econômicos e ambientais, através da utilização dessas paisagens como um produto intangível, sejam elas naturais ou modificadas por ações antrópicas. Sua comercialização inclui também um conjunto de diversas outras atividades que servem para subsidiar seu desenvolvimento caracterizando sua interdisciplinaridade, sendo assim, cada tipo de paisagem acaba configurando um determinado tipo de turismo, que por sua vez se configura e se desdobra em vários outros segmentos. O ecoturismo e o etnoturismo são dois segmentos da atividade turística, que podem configurar-se em tipos de atividades econômicas sustentáveis quando bem planejadas. Dependendo da situação, esses dois segmentos do turismo podem apresentar aspectos negativos ou positivos em comunidades tradicionais e áreas naturais. Tendo em vista o incipiente, mas crescente desenvolvimento da atividade turística na área de estudo, discute-se nesse trabalho a possibilidade do desenvolvimento dessa atividade na aldeia Potiguara de Tramatáia. De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a APA situa-se na mesorregião da zona da mata, litoral norte do estado da Paraíba, com uma distância de 70 km da cidade de João Pessoa, e limita-se ao norte com o município de Marcação onde se localiza a Aldeia, ao sul com o município de Lucena, a oeste com o município de Rio Tinto, e a leste com o Oceano Atlântico. Na APA situa-se o Projeto Peixe-Boi, um dos motivos pelo qual a localidade tem recebido turistas. Embora existam aspectos ambientais que propiciaram a criação da APA como a existência de um ecossistema estuarino e espécies endêmicas ameaçadas, nela os impactos ambientais decorrem de um processo histórico, advindos desde a época da colonização e que ainda hoje perduram através da cultura da cana-de-açúcar, da criação de viveiros de camarão, do desmatamento, entre outros que podem ser observados ao longo de quase todo o percurso de acesso à APA. Para tanto, objetivou-se fazer uma análise dos aspectos sociais, econômico e ambientais visando perceber possíveis impactos ou contribuições que o desenvolvimento desta atividade econômica possa gerar para a área em estudo levando-se em consideração o real significado do termo desenvolvimento. Através da pesquisa *in locu*, utilizando-se da observação livre, da pesquisa qualitativa, de cunho fenomenológico, da análise de conteúdo, entrevista semi-estruturada, além de documentos técnicos, possibilitou-se ter uma visão ampliada do ambiente de estudo, sendo possível inferir que as pessoas da comunidade local que estão mais envolvidas com o desenvolvimento da atividade turística a considera relevante como uma atividade econômica complementar. A partir dessa perspectiva considera-se que o turismo pode ser utilizado como meio para valorizar os aspectos culturais que incluem o modo como a comunidade local se relaciona com o meio ambiente natural, através de das interpretações empíricas da própria comunidade, sendo ainda necessário uma maior preparação da comunidade local para o seu envolvimento no desenvolvimento turístico, que poderia ser possível através de políticas públicas direcionadas para esta temática.

**Palavras-chave:** Ecoturismo; Etnoturismo; Comunidade local.



## **ECOTURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA BAIXADA FLUMINENSE: UM DIAGNÓSTICO DAS ESCOLAS DO ENTORNO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU (RJ)**

***Márcia Luiza Figueiredo Machado\*, Nadja Maria Castilho Costa\****

\*Universidade do Estado do Rio de Janeiro

marcialuizafm@terra.com.br, nadjacastilho@oi.com.br

A construção de uma proposta pedagógica para as ações de Educação Ambiental (EA) tem grande fonte de contribuição na ciência geográfica. Um bom exemplo dos caminhos alternativos para a sensibilização e mudanças de atitudes é a integração das práticas de EA e de Ecoturismo, em Unidades de Conservação (UCs). Tal proposta orienta os atores sociais envolvidos a definirem as práticas político-pedagógicas que melhor atendam às necessidades da sociedade sustentável. Conhecer e compreender o campo da EA justifica-se, portanto, como uma necessidade primordial para o desenvolvimento de iniciativas e intervenções, de diagnóstico ambiental e de gerenciamento e manejo em UC. Em consonância com essa perspectiva, centra-se o objetivo desta pesquisa: produzir um diagnóstico que possibilite subsidiar estudos e proposições para cinco escolas da Rede Municipal de Educação de Nova Iguaçu - RJ, situadas na Unidade Regional de Governo Centro, área de influência do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI). A metodologia aplicada constituiu-se de: levantamento bibliográfico alicerçado nas diretrizes estabelecidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e no Plano de Manejo do Parque, acompanhamento semestral das atividades pedagógicas e avaliação das ações de EA desenvolvidas nas escolas enquanto difusoras de conhecimentos e práticas conservacionistas do ambiente local, trabalho de campo e entrevista com o gestor do Parque, aplicação de questionários para a equipe pedagógica e para os professores, visitas e participação nos cursos de formação oferecidos pela Secretaria de Educação. Os resultados obtidos revelaram que os PCNs não são referenciais em muitas escolas, o que pode representar um entrave para as práticas de EA. Além disso, identificamos a falta de suporte material adequado para a realização de atividades de campo. E ainda, as comunidades locais pertencentes às escolas do entorno do PNMNI muitas vezes não tem nesta área protegida o referencial ambiental local para as práticas de EA e ecoturismo. Já sobre o PNMNI, identificamos que o Plano de Manejo, documento basilar na gestão do Parque, é pouco conhecido, como, também, os objetivos dos subprogramas de ecoturismo e educação ambiental. Nesta perspectiva, o diagnóstico realizado através de avaliações investigativas revelou informações importantes que subsidiarão um novo referencial para o tema transversal Meio Ambiente, além de levantar o caráter emergencial da qualificação específica do gestor do Parque, da capacitação do educador e, por conseguinte, da formação do educando, habilitando-o a interagir com o seu entorno imediato, representado pelo PNMNI. Logo, inserir nas escolas o conhecimento sobre o ecoturismo, a partir das ações de Educação Ambiental, e como ele pode ser veículo da conservação ambiental, da inclusão social e da melhoria da qualidade de vida das populações locais, ainda é um desafio que os empreendedores e educadores deverão enfrentar nos próximos anos, principalmente em cidades como a de Nova Iguaçu, com forte potencial e vocação para atividade ecoturística.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental; Ecoturismo; Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu.



## AS EXPERIÊNCIAS NO CERRADO: UMA REFLEXÃO DAS POSSIBILIDADES DO ECOTURISMO

*Isabela Barbosa Frederico\**, *Heloísa Turini Bruhns\**

\*Universidade Estadual de Campinas

E-mails: isabf\_tur@yahoo.com.br, luabola@uol.com.br

Este estudo se trata de um projeto de mestrado, em curso, do Departamento de geografia da Unicamp, e tem como objetivo explorar o universo das relações que se dão em torno do homem e da natureza ao longo de práticas de ecoturismo. O espaço natural contemplado na pesquisa é o cerrado, tendo em vista a importância deste bioma no território nacional e as conseqüentes ameaças que o mesmo vem enfrentando ao ser esquecido no imaginário ocidental das grandes florestas. O cerrado é considerado a savana mais rica em biodiversidade mundial. No Brasil, em área total, se configura como o segundo maior bioma atrás apenas da Floresta Amazônica. Ao longo de sua fisionomia vegetal bastante heterogênea encontra-se um número considerável de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. Apesar desse contexto, o total de unidades de conservação que protegem essas áreas é inexpressivo, evidenciando a necessidade de atividades que busquem uma sensibilização do ser humano em relação à importância de sua preservação. O ecoturismo pode ser destacado como ferramenta de intervenção no patrimônio natural através da dimensão subjetiva e experiencial do ser humano. A busca pela natureza hoje, enquanto fenômeno social contemporâneo deve ultrapassar a dicotomia entre cultura e natureza apontando novas possibilidades de ação e conservação. É um consenso nos debates ambientais a importância da mudança de percepção que contemple não apenas o olhar racional do espaço, mas também a dimensão emotiva do ser humano. Assim, o presente estudo pretende refletir sobre a complexidade dessa experiência enfocando a relação entre o planejamento ecoturístico e a educação ambiental no cerrado. A área de estudo contemplada será a RPPN "Serra do Caraça" em Minas Gerais. A reserva, que possui uma visitação turística expressiva, possibilita a análise de três situações interessantes: a iniciativa de conservação em uma propriedade particular mantida desde 1819 pela Missão dos Lazaristas; o ecoturismo como alternativa para a conservação e a relação entre a cultura e o meio ambiente, através da presença de um patrimônio histórico local e uma tradição que se tornou ícone da reserva, qual seja, o ritual da alimentação aos lobos guarás (espécie de mamífero endêmica do cerrado) que ocorre diariamente após o jantar na escadaria da igreja localizada na área. A pesquisa se dará pela vertente qualitativa, uma vez que sua flexibilidade permite o ensejo de compreender um fenômeno social e suas significações, e se utilizará da observação participante e entrevistas semi-estruturadas com os atores envolvidos com o ecoturismo. Essa escolha está calcada na potencialidade que a observação traz ao se apreender o fenômeno tal qual ele ocorre e pela entrevista ser favorável, através da fala, da obtenção de dados que envolvam sensibilidade e experiência. A amostragem se dará segundo a necessidade que o estudo vá estabelecendo em relação à saturação dos dados relevantes para alcançar os objetivos propostos. Desta forma, o presente trabalho pretende contribuir com as reflexões sobre a experiência corporativa em ambientes de cerrado como alternativas para fomentar os projetos de educação ambiental e planejamento ecoturístico envolvendo unidades de conservação.

**Palavras chave:** Ecoturismo; Cerrado; Experiência.



## **ANÁLISE DO POTENCIAL PARA IMPLANTAÇÃO DE ATIVIDADES DE OBSERVAÇÃO DE AVES NO CERRADO PAULISTA: PARQUE ESTADUAL DO JUQUERY, CAIEIRAS E FRANCO DA ROCHA (SP)**

***Marcelo Teixeira Cesar de Oliveira\*, Patrícia Adalgisa Gobitti Alves\****

\*Instituto Ipá Ti-uá de Meio Ambiente, Cultura e Sociedade,

E-mails: marcelotco@ipatiua.com.br, birdwatcher@ipatiua.com.br

A observação de aves é um segmento do Ecoturismo dentre outros de observação de fauna existentes no mundo. O *Brasil* é o segundo país em diversidade de aves. No país, está em franco crescimento e contando com apoio da EMBRATUR e do Ministério do Turismo em algumas iniciativas. Apesar de que muitos locais tem potencial, a atividade ainda é muito pouco explorada. Assim, é importante identificar áreas para a atividade, considerando este potencial e sua viabilidade. Questões como acesso, infra-estrutura, estado de conservação e a composição da avifauna devem ser considerados. O Parque Estadual do Juquery, nos municípios de Caieiras e Franco da Rocha, SP, possui uma biodiversidade representativa de cerrado paulista com 250 espécies catalogadas de plantas e 154 de aves. Esta Unidade de Conservação é o último fragmento de cerrado da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Com diferentes fisionomias de vegetação num mosaico de formações de cerrado, predominam as formas campestres mais abertas dos tipos campo-sujo, campo-cerrado e campo-limpo. Sua criação, pelo Decreto Estadual nº 36.859/93, teve como objetivo principal proteger esta formação vegetal numa área total de 2.058,09 ha. Nos grotões, entre os morros e na parte baixa das encostas existem também fragmentos de formações florestais, além de uma região com lagos. Situada entre as coordenadas 23°21'S e 46°42'W, apresenta relevo composto por grandes morros com altitudes por volta de 900m. O objetivo deste trabalho foi analisar o potencial para implantação de atividades de ecoturismo e educação ambiental focadas na observação de aves nesta área de cerrado. Foi realizada pesquisa bibliográfica e webgráfica, levantamento local - entre março de 2009 a dezembro de 2010 - através de registros fotográficos, observação e anotações de campo compostas também de relato de técnicos do Parque. O acesso a área é bastante fácil e a infra-estrutura para visitantes está centralizada numa pequena instalação onde funciona o núcleo de Educação Ambiental com auditório para 60 pessoas, multimídia, museu com moldes de pegadas, animais taxidermizados, vitrine com cerrado reconstituído e painéis explicativos sobre a fauna, flora, história e o tráfico de animais. As trilhas possuem placas indicativas com informações como nome da trilha, grau de dificuldade, total do percurso e tempo estimado. Não apresentam regras de visitação e nem informações sobre características ambientais locais. As trilhas percorridas são trilhas curtas e circulares onde volta-se ao ponto inicial sem repetir o percurso de retorno e com sentido único para que o visitante não encontre outros no sentido contrário. Também possui torre de observação e diversos pontos elevados que facilitam a observação de aves, principalmente as rapinantes. Em todos os percursos conta-se com apoio de funcionários munidos de motos garantindo a segurança. A região apresenta bom potencial para a atividade pelo acesso fácil por estrada asfaltada, por apresentar condições favoráveis de infra-estrutura, ter um número significativo de espécies típicas de aves de cerrado, ter bons pontos de observação em ambientes diversificados, ter formações abertas e apresentar trilhas circulares curtas que favorecem o caráter educativo e o trabalho de interpretação ambiental.

**Palavras chaves:** Aves; Ecoturismo; Educação Ambiental.



## **BONITO PARA QUEM? UM ESTUDO SOBRE UM DESTINO TURÍSTICO NO MATO GROSSO DO SUL: SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS, BONITO (MS)**

***Marcelo Teixeira Cesar de Oliveira\****

\*Instituto Ipá Ti-uá de Meio Ambiente, Cultura e Sociedade

E-mail: marcelotco@ipatiua.com.br

A região de Bonito, localizada no estado do Mato Grosso do Sul, tornou-se a região mais visitada no turismo de natureza nos últimos anos no Brasil. O objetivo principal desta pesquisa foi o de analisar as atividades de turismo na região desde o seu surgimento na década de 1980, avaliando a implantação, desenvolvimento e gestão. O estudo abrange os municípios de Bonito, Jardim e Bodoquena onde a atividade turística se desenvolve. Bonito é apresentado na mídia e através da propaganda das operadoras como um destino de ecoturismo. O crescimento do turismo nos últimos 20 anos, a facilitação dos acessos, a expansão dos meios de hospedagem e a recente construção do aeroporto sinalizam para um fluxo em massa que agrava um quadro preocupante que pode ampliar conflitos já existentes entre conservacionistas e o turismo. A experiência somada de 25 anos acompanhando diretamente a atividade de ecoturismo junto a grupos em atividades dirigidas em várias áreas naturais do Brasil serviu como referencial de partida para condução deste trabalho. A pesquisa exploratória através destas viagens a Bonito foi realizada durante quatro anos - 1989, 1990, 2000, 2004 - num total de 21 dias. Através de uma abordagem multidisciplinar trabalhou-se com dados coletados em campo com registro em bloco de notas e fotografias. Esses dados coletados durante esta fase serviram para a confecção de questionário para as entrevistas semi-estruturadas. Os depoimentos foram colhidos de pessoas-chave que testemunharam o processo de implantação do turismo na região. Foram feitas entre os meses de março e abril de 2010. Os dados levantados foram sistematizados e agrupados em categorias que continham informações do histórico, dos recursos naturais, infra-estrutura e serviços, mídia, marketing e promoção, pesquisa na região, padrões de visitação, educação ambiental, conflitos e gestão ambiental. Esses dados compuseram um quadro histórico dos acontecimentos. Foram usadas posteriormente três indicadores - conservação, sustentabilidade ambiental e interpretação ambiental - com o intuito de verificar se cabe o uso do rótulo "eco" para o turismo desenvolvido na região. Concluiu-se que a conservação está garantida, principalmente ao redor dos atrativos turísticos naturais, provocando um *efeito bolha*. Os mecanismos de gestão não asseguraram a sustentabilidade ambiental da atividade, pois carecem de compromissos mais amplos com relação às responsabilidades socioambientais. A atividade de interpretação ambiental ainda é pouco presente nos programas de turismo na região. Como tal, estas atividades não devem ser promovidas como ecoturismo. Vale nota, no entanto, o fato de que foram identificadas algumas propriedades onde é aplicado o manejo sustentável e a educação ambiental.

**Palavras-chave:** Bonito (MS); Turismo: Sustentabilidade.



## **PARQUE ESTADUAL CANTAREIRA: DESTINO DE OBSERVADORES DE AVES NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (SP)**

***Diego Hernandes Rodrigues Laranja\**, *Fernando Descio\*\****

\*Universidade Federal de São Carlos - Câmpus Sorocaba/Fundação Florestal (SP)

\*\*Instituto Florestal

E-mail: diegoahl@yahoo.com.br, descio@ig.com.br

O Parque Estadual Cantareira (PEC) é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral gerenciada pela Fundação Florestal, órgão ligado a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Possui área de 7.916,52 ha, localizado entre os municípios de São Paulo, Mairiporã, Caieiras e Guarulhos. Compreende uma das maiores florestas urbanas do mundo, tendo toda sua área inserida na Região Metropolitana de São Paulo. Este trabalho tem como objetivo dar subsídios para um plano de ação que resulte na capacitação da equipe de educação ambiental e uso público no atendimento a crescente demanda de observadores de aves que procuram destinos nos biomas brasileiros. Indica um método de sistematizar dados através de questionários e entrevistas com os atores da cadeia turística que opera o segmento e com visitantes do PEC, a fim de identificar o perfil do público que deseja a atividade. Os resultados compõem dados para o planejamento de ações que contribuam para a inserção da atividade de observação de aves no Programa de Uso Público da unidade. Os dados levantados para a revisão do Plano de Manejo em 2009 registraram 233 espécies de aves, sendo destas, 73 (31%) espécies endêmicas da Mata Atlântica, o que coloca o PEC globalmente como uma área importante para a conservação de aves. Atualmente a unidade recebe aproximadamente 10 a 15 grupos de observadores de aves por ano, e tal número mostra aumento significativo com eventos de observação de aves realizados no Brasil, com o projeto Ecoturismo na Mata Atlântica, e com a importância que o governo do Estado vem dando ao tema, principalmente com o lançamento do Guia de Aves da Mata Atlântica Paulista. Com a publicação do Guia o número de visitantes que procuram informações sobre a atividade cresceu 40% em relação ao mesmo período de 2010, o que indica a grande aceitação que o tema tem no perfil do público que visita o PEC. Roteiros de observação de aves pelo Brasil, atualmente realizados por poucas operadoras e agências de turismo, tendem a contemplar a Cantareira como um dos seus destinos, principalmente pela sua riqueza em espécies, mas também pela facilidade de acesso aos serviços da metrópole, como por exemplo, a proximidade com o Aeroporto Internacional de Guarulhos.

**Palavras-chave:** Avifauna; Ecoturismo; Áreas de Conservação.



## **OBSERVAÇÃO DE AVES: UMA FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PARQUE ESTADUAL CANTAREIRA**

***Diego Hernandes Rodrigues Laranja\****

\*Universidade Federal de São Carlos - Câmpus Sorocaba/Fundação Florestal (SP)

E-mail: diegoahl@yahoo.com.br

Unidades de Conservação inseridas na região metropolitana de São Paulo vem se tornando importantes equipamentos de lazer e educação ambiental para a sociedade, pois se configuram atualmente como locais nos quais as pessoas se sentem descansadas e livres das obrigações cotidianas, estando assim abertas para uma reflexão sobre as condições ambientais que todo o desenvolvimento e o modo de vida do ser humano moderno trouxeram como marcas do século XX. O artigo trata da atividade de observação de aves e das possibilidades deste segmento do ecoturismo como forma de promover a educação ambiental para pessoas de todas as idades que visitam o Parque Estadual da Cantareira (PEC). Através de três aulas experimentais com escolas visitantes do PEC foi aplicada uma atividade antes e após a visita, com o intuito de identificar conceitos que os alunos carregam sobre meio ambiente, mata atlântica, biodiversidade de aves e tráfico de animais silvestres. Foi feito o censo da comunidade de aves e dos locais de maior possibilidade de avistamento dentro e no entorno da UC, além da comparação com dados da Avaliação Ecológica Rápida (AER) realizada para a comunidade de aves durante a revisão de Plano de Manejo. Os resultados mostram que a UC possui grande importância ecológica e potencial para a realização da atividade de observação de aves, podendo ser utilizada no desenvolvimento do ecoturismo e de atividades educativas para as escolas do entorno da unidade. Destaca a possibilidade de acréscimo qualitativo no processo de ensino aprendizagem de ciências e biologia no tratamento de temas interdisciplinares como a modificação da paisagem natural abordados durante aulas de campo, tendo a UC como ambiente não-formal de ensino.

**Palavras-chave:** Avifauna; Ecoturismo; Áreas de Conservação.

## MONITORAMENTO DA VISITAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DO BIRIBIRI E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO DO USO PÚBLICO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

*Hugo Rodrigues Araujo\**, *Gabriel Carvalho de Ávila\**, *Viviane Cristina de Paula\**,  
*Daniella Eloi de Souza\*\**

\*Instituto Biotrópicos, \*\*Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

E-mails: hugo@biotropicos.org.br, gabriel.avila@meioambiente.mg.gov.br, viviane.paula@meioambiente.mg.gov.br, daniella\_eloim@msn.com

O Parque Estadual do Biribiri - PEBI criado pelo Decreto Estadual de nº. 39.909, de 22 de setembro de 1998, está localizado no município de Diamantina - MG e é administrado pelo Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, os parques têm a finalidade de proteger a biodiversidade local, promover e auxiliar estudos e pesquisas científicas, e criar alternativas do uso sustentável dos recursos naturais, interpretação ambiental, através da prática de recreação e lazer, como o ecoturismo. A criação do PEBI se justifica pelo fato de sua área apresentar várias espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção, além de possuir inúmeros atrativos turísticos e importantes sítios arqueológicos. Apesar de não estar oficialmente aberto à visitação, o PEBI é um dos Parques Estaduais mais visitados de Minas Gerais. Em média, mais de 40.000 visitantes vão ao PEBI anualmente. O vigente trabalho visa expor os dados gerados pelo monitoramento da visitação do PEBI e detalhar suas implicações para o planejamento e gestão da unidade. A falta de estruturação do Parque e os impactos ambientais inerentes da visitação pública justificaram o início de ações de quantificação e qualificação dos seus visitantes. Este trabalho iniciou-se no ano de 2008 e é executado pela equipe do PEBI e seus colaboradores, no acesso aos principais atrativos do Parque, todos os dias do ano, das 08 às 18 horas. Os visitantes são abordados recebendo as normas do PEBI, momento este em que são colhidos os dados que são posteriormente tabulados e divulgados. Identificou-se que o mês com maior visitação é fevereiro seguido por janeiro com médias de 8908 e 4284 visitantes respectivamente. O mês com menor visitação foi junho com média de 1300 visitantes. Dos visitantes 47% são originários de Diamantina, 20% são de Belo Horizonte e 8% vêm de outros estados. Identificou-se que somente 6% dos visitantes não se utilizam de meios de transporte motorizados, sendo que 3% são ciclistas e 3% adentram ao Parque a pé. Quanto às atividades pretendidas dentro do PEBI as de balneários foram citadas por 40% dos entrevistados seguida pela busca por paisagens com 16%, e pelas caminhadas e pelos esportes de aventura ambos citados por 11% dos entrevistados. Os dados levantados têm embasado o planejamento do PEBI, subsidiando ações emergenciais que visam melhorias no uso público, antes mesmo da sua abertura oficial. Além disso, estes dados permitem a programação das ações contingenciais evitando esforços excessivos ou subestimados da equipe. A pesquisa indicou quais atividades de ecoturismo devem ser prioritariamente desenvolvidas dentro do PEBI. O contato com os visitantes possibilitou ainda a difusão de normas de conduta dentro da unidade, o que têm contribuído para minimizar impactos e multiplicar as informações referentes à unidade de conservação na comunidade.

**Palavras-chaves:** Unidade de Conservação; Monitoramento; Planejamento.



## PERFIL DOS VISITANTES NOS PARQUES ESTADUAIS DE SÃO PAULO: ESTUDO DO PROGRAMA TRILHAS DE SÃO PAULO

*Érika Sayuri Koga\**, *Anna Carolina Lobo de Oliveira\*\**, *Caroline da Silva Oliveira\**

\*Secretaria do Meio Ambiente, \*\*Fundação Florestal / SP,

E-mails: erikask@ambiente.sp.gov.br, annaoliveira@sp.gov.br, carolineso@ambiente.sp.gov.br

O Programa Trilhas de São Paulo é uma iniciativa da Fundação Florestal em parceria com o Instituto Florestal e a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Tem como objetivo oferecer a oportunidade ao visitante de vivenciar experiências em diversos cenários das Unidades de Conservação do estado, aliando a vivência com a conservação, tornando os Parques Estaduais mais visitados. O Programa foi lançado em agosto de 2008 junto com o “Passaporte Trilhas de São Paulo – Conhecer para Conservar”, que consiste em um caderno com informações das trilhas que o programa contempla. Ao total são 40 trilhas distribuídas em 18 Unidades de Conservação espalhadas pelo estado, totalizando 200 km de trilhas. O objetivo do estudo atual é caracterizar o perfil dos visitantes dos Parques Estaduais no âmbito do Programa Trilhas de São Paulo, através da análise de Pesquisa de satisfação aplicada aos visitantes na Unidade de Conservação após ter concluído a visita. Trata-se de uma pesquisa de natureza quantitativa com 2.408 questionários aplicados entre outubro de 2008 a dezembro de 2010. As respostas foram tabuladas no programa Excel e gerados gráficos e tabelas. Para o presente estudo, foram compiladas todas as questões referentes ao perfil do visitante. Os resultados obtidos trazem dados sobre origem dos visitantes, faixa etária, sexo, motivo da viagem e tipo de grupo que acompanha. Quanto à origem dos visitantes, cerca de 90% é proveniente do próprio estado, sendo 51,91% da capital e 40,49% do litoral e interior, e os 10% restantes são provenientes da região sudeste (1,16%), das outras regiões (1,0%), do exterior (0,12%) ou não informou (5,32%). Em relação à faixa etária dos respondentes, 16,07% têm entre 14 e 20 anos, 34,34% têm entre 21 e 30 anos, 23,50% têm entre 31 e 40 anos e 22,30% têm mais de 40 anos. Quanto ao sexo dos visitantes entrevistados a diferença foi mínima, sendo 50,71% do sexo masculino e 47,72% do sexo feminino. Os entrevistados também foram questionados quanto aos motivos que levaram a visita à Unidade de Conservação, e para 73,13% o principal motivo foi o lazer, 9,93% foram para eventos nos parques, 7,41% foram para fazer pesquisa, 1,80% foram a negócios e 1,14% foram para fazer uma trilha do Programa Trilhas de São Paulo. E, por fim, quando visitam os parques, normalmente vão com grupos de amigos (38,46%), em casal (19,56%), com excursões (17,19%), com a família com crianças (10,34%), com a família sem crianças (7,14%), ou sozinho (5,19%). Verificaram-se com este trabalho as principais características dos visitantes às Unidades de Conservação, ficando evidente que há uma demanda específica que visita as áreas naturais. A pesquisa deve ser aplicada e analisada continuamente como base para definições de diretrizes e políticas públicas de ecoturismo no estado, bem como aprimorar serviços de apoio e de divulgação das áreas naturais protegidas. O Programa Trilhas de São Paulo consolida-se como importante ação de fomento à visitação nas Unidades de Conservação, demonstrando demanda considerável de turistas que buscam experiências e atividades de ecoturismo em áreas naturais.

**Palavras-chave:** Parques Estaduais, Trilhas de São Paulo, Perfil do Visitante



## PERCEPÇÃO DO VISITANTE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE TURISMO E MEIO AMBIENTE NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DO JORDÃO (SP)

*Sara Ruiz Hirata\*, Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz\**

\*Escola Superior de Agricultura 'Luiz de Queiroz' – USP

E-mails: sarahirata@gmail.com, otmmquei@esalq.usp.br

Diante da emergência da temática ambiental e sua relevância e repercussão na sociedade, nota-se a importância de estudar a relação entre o homem e a natureza. Nesse sentido, observa-se que a atividade turística, geralmente, é construída por essa interação, sendo dependente dos recursos naturais dos núcleos receptores para sua existência e desenvolvimento. Apesar de ser visto como uma alternativa atraente em termos econômicos, o turismo é questionado em relação aos possíveis efeitos indesejáveis no que tange aos aspectos sociais e ambientais. Ciente disso, este artigo aborda o setor em Campos do Jordão, município do estado de São Paulo que recebe intenso fluxo turístico, principalmente nos meses de inverno devido as suas características de relevo e clima. Em uma análise preliminar, é apresentada uma visão do turismo em Campos do Jordão sob a ótica de 72 turistas entrevistados pelos alunos do curso de bacharelado em Gestão Ambiental da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, campus da Universidade de São Paulo, durante prática orientada no local. Contando com uma revisão bibliográfica sobre os assuntos abordados, o artigo objetivou, principalmente, discutir as atividades turísticas em Campos do Jordão considerando a percepção ambiental e motivação dos turistas, destacando a sua interação com o Parque Estadual de Campos do Jordão no período de 2007 a 2011, baseando em dados obtidos em prática orientada realizada por alunos do curso de Gestão Ambiental da ESALQ/USP. As informações obtidas viabilizaram uma análise prévia sobre o perfil do visitante e o segmento de turismo local. Sucintamente, constatou-se que os visitantes, na maioria, têm o ensino superior completo, se deslocam de veículo próprio, indicando que esses pertencem à uma classe social razoavelmente abastada, oriundos da capital, São Paulo. Pode-se dizer que há turistas de diferentes perfis freqüentando Campos do Jordão, muitos objetivam uma vivência relacionada aos aspectos urbanos concentrados na Vila do Capivari, ambiente sofisticado em clima semelhante ao europeu, elemento muito valorizado socialmente. Esta parcela vai raramente ao PECJ. Por outro lado, há os turistas que também são altamente motivados pela ocorrência de temperaturas mais baixas e raras no território paulista, mas sentem-se fortemente atraídos pelas belezas cênicas da região, ansiosos pelo contato com a natureza e são estes que visitam o Parque Estadual de Campos do Jordão, evidenciando-se, a priori, uma relação pouco complementar entre as áreas turística urbana e rural do município. Os resultados indicaram, entre outros fatores, que os impactos socioambientais, como um todo, são notados superficialmente, pela maioria dos visitantes, e aqueles efeitos que são percebidos relacionam-se, quase exclusivamente, à geração de lixo e esgoto. Os efeitos do turismo sobre o agravamento da desigualdade social, sobre os recursos hídricos e florestais são bem pouco observados.

**Palavras-chave:** Turismo; Campos do Jordão; Percepção.



## AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO GERENCIADAS PELO IEF REGIONAL DIAMANTINA (MG): UM ENFOQUE METODOLÓGICO ACERCA DOS INVENTÁRIOS TURÍSTICOS

*Virginia Martins Fonseca\**

\*Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

E-mail: profvirginiaufvjm@gmail.com

Sabe-se que Minas Gerais possui significativa relevância ambiental, diante das riquezas e variedades de paisagens, recursos hídricos, diversidade da fauna e flora e sítios arqueológicos. A necessidade de preservação ambiental é incentivada com a implantação das unidades de conservação (UC's). São necessárias algumas estratégias no processo de preservação e apropriação da sociedade pelo meio ambiente e UC's, como o uso público, por meio da atividade ecoturística. E, para que o turismo ocorra de forma responsável é primordial a realização de pesquisas que viabilizem o planejamento e avaliação constante acerca dos tipos e formas mais apropriados de uso. Nesse contexto, foi firmado um convênio entre a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), por meio do Núcleo de Estudos em Turismo, e o Instituto Estadual das Florestas (IEF) – Regional Alto Jequitinhonha, no intuito de desenvolver uma pesquisa-ação dos atrativos turísticos de quatro UC's: Parque Estadual de Biribiri (PEBI), Parque Estadual do Pico do Itambé (PEPI), Parque Estadual da Serra do Intendente (PESI) e Parque Estadual da Serra do Cabral (PESC). A metodologia consistiu em quatro etapas: 1) *Pesquisa Bibliográfica*: referencial teórico, considerando o conhecimento científico publicado para instruir os discentes envolvidos no desenvolvimento do projeto além do embasamento teórico do inventário; 2) *Pesquisa Documental*: levantamento de gabinete em documentos técnicos, como Plano de Manejo, características gerais, aspectos da constituição, usos sociais e históricos do território e área circunvizinha. Implicou na caracterização dos aspectos físico-naturais da UC, análise das cartas topográficas e planejamento da estratégia da pesquisa *in loco*; 3) *Pesquisa in loco*: atuação direta dos discentes nas UC's. Foi realizada, a priori, a descrição de todos os atrativos (turísticos efetivos e, ou potenciais) com identificação da: localização, acesso, distâncias, coordenadas geográficas, grau de conservação, características de vegetação, relevo e hidrografia, índices de elevação, medidas e características fisionômicas, conforme equipamentos eletrônicos disponibilizados pelos parceiros envolvidos. Estabeleceu-se, ainda, o georeferenciamento das trilhas, pontos de referências, atrativos e infra-estrutura existente, bem como registro sistemático em mídia digital das imagens e paisagens das UC's; 4) *Tabulação dos dados e elaboração do documento final*: digitalização dos dados coletados para elaboração do inventário, com todas as informações e imagens dos atrativos visitados. Após a revisão final, os inventários foram entregues para a equipe do IEF Regional Diamantina e as gerências das UC's pela equipe de pesquisadores-discentes. Acreditamos que o presente trabalho tem como objetivo principal, nesse primeiro momento de parceria, favorecer e subsidiar estudos mais elaborados para o desenvolvimento da atividade turística de forma responsável (levantamento de suporte de carga dos atrativos, estruturação harmônica dos espaços e áreas de convívio social da UC, implantação de projetos de sinalização, interpretação e educação ambiental, manutenção dos atrativos e trilhas de acesso, qualificação profissional, pesquisa de demanda, dentre outros, que são essenciais no processo organizacional da atividade). No PEPI foram inventariados 17 atrativos; no PEBI foram 40 atrativos; no PESI, 13 atrativos e; no PESC foram identificados 10 atrativos. O inventário é um instrumento para o planejamento turístico, tanto setorial como territorial; a partir dele podem-se realizar avaliações e estabelecerem-se propriedades para a aplicação dos recursos disponíveis; ele proporciona informações de suma importância para o desenvolvimento planejado e orientado do turismo, pressupõe avaliação constante e zonificação; diversifica áreas de desenvolvimento, favorecendo o estudo e o desenvolvimento do turismo; promove a integração das áreas similares, etc. Portanto, um inventário deve ser elaborado pautado na *credibilidade*, como retrato fiel da realidade dos atrativos turísticos e de sua situação, assim como dos equipamentos e serviços e da infra-estrutura de apoio turístico, e; na *flexibilidade*, deve ser claro, aberto, dinâmico, permitindo considerar, periodicamente, todas as variações que experimentam os atrativos, serviços e infra-estrutura.

**Palavras chaves:** Unidades de Conservação; Turismo; Inventário Turístico.



## ECOTURISMO E SUSTENTABILIDADE: PESQUISA SOBRE ASPECTOS SUBJETIVOS

**Juliana de Paula Figueiredo\***, **Gisele Maria Schwartz\***,  
**Leonardo Madeira Pereira\***, **Giselle Helena Tavares\***, **Viviane Kawano Dias\*\***

\*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Câmpus Rio Claro, \*\*Centro Universitário de Jales

E-mails: julianapfig@hotmail.com, schwartz171@yahoo.com.br, lelmadeira@yahoo.com.br, gi\_htavares@yahoo.com.br, vivikdias@yahoo.com.br

As atividades desenvolvidas no setor do Ecoturismo têm merecido a atenção de pesquisadores em diferentes campos do conhecimento. Entretanto, por ser este um tema bastante amplo, envolvendo diversas variáveis de difícil controle científico, muitos aspectos são ainda inexplorados na literatura, entre eles, as questões referentes às subjetividades envolvidas durante as vivências e suas ressonâncias na perspectiva da sustentabilidade e da adequação do mercado ecoturístico, no que se refere ao atendimento aos praticantes. Este aspecto foi o gerador de interesse deste estudo, de natureza qualitativa, o qual objetivou investigar as sensações presentes durante uma atividade ecoturística e as ressonâncias destas experiências realizadas em ambiente natural, no sentido do desenvolvimento de noções sobre sustentabilidade. O estudo foi referente à união de pesquisas bibliográfica e exploratória, para a qual foi utilizado como instrumento um questionário contendo perguntas abertas, aplicado a uma amostra intencional composta por 60 participantes, de ambos os sexos, com idades variando entre 18 e 22 anos, participantes de uma atividade de Ecoturismo, referente à visitação em caverna e rapel. Os dados foram analisados de forma descritiva, utilizando a Técnica de Análise de Conteúdo Temático e indicam que as sensações mais presentes envolviam a ansiedade e o prazer. O medo se torna um atrativo envolvido nestas atividades e o prazer da superação desse medo se dá com o sucesso na realização dessa atividade. Os participantes evidenciaram maior compromisso com a natureza a partir destas vivências, no sentido de que as mesmas aumentam a conscientização ambiental e a atenção com aspectos ligados à sustentabilidade. Com base nessas premissas, tornam-se necessárias outras pesquisas, no sentido de ampliar as reflexões acerca do potencial do ecoturismo na disseminação de atitudes e condutas pró-ambientais e sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Ecoturismo; Sustentabilidade; Subjetividade.



## ECOTURISMO E AMBIENTE VIRTUAL: PESQUISA SOBRE FATORES DESENCADEADORES DE ADESÃO À PRÁTICA

**Ana Paula Evaristo Guizarde Teodoro\***, **Cristiane Naomi Kawaguti\***,  
**Priscila Raquel Tedesco da Costa Trevisan\***, **Danielle Auriemo Christofolletti\***

Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – Câmpus Rio Claro

anapaulaguizarde@yahoo.com.br, (?), priscila@lancernet.com.br, daniauriemo@yahoo.com.br

O desenvolvimento tecnológico, característico da contemporaneidade, permitiu avanços em diversos campos da ação humana, tendo ressonâncias, inclusive, no aspecto de gestão, organização e disseminação do ecoturismo. Com as novas tecnologias envolvidas na criação dos equipamentos de segurança, bem como, com a melhoria na divulgação das atividades ecoturísticas, o mercado referente ao Turismo de Aventura apresenta demanda crescente. Entretanto, ainda que este crescimento seja um fato, poucos estudos, na literatura científica, focalizam o olhar sobre o impacto dessas tecnologias, bem como, das tecnologias de comunicação nesse segmento, o que motivou o interesse deste estudo em buscar compreender esse aspecto. O estudo, de natureza qualitativa, investigou o papel da mídia virtual na escolha de atividades ecoturísticas. Para tanto, utilizou-se uma pesquisa exploratória, desenvolvida por meio de um questionário aplicado *online* para uma amostra intencional composta por 20 membros de duas comunidades da rede social *ORKUT* relacionadas ao Ecoturismo e Aventura. Os dados foram analisados de forma descritiva, por meio da Técnica de Análise de Conteúdo Temático e indicam que o envolvimento com as atividades se inicia predominantemente pela busca de informações sobre diferentes atividades em *sites* de divulgação de locais e pólos de turismo de aventura. Posteriormente, a adesão se processa com a busca de *sites* de empresas especializadas que oferecem este tipo de atividade. A segurança e a atratividade do local são os aspectos primordiais levados em consideração pela maioria dos participantes, na escolha da atividade ecoturística. Este resultado aponta para a necessidade de maior valorização do ambiente virtual como veículo de divulgação sobre ecoturismo, no âmbito da gestão corporativa nesse segmento. Além disso, torna-se relevante valorizar o ambiente virtual como campo de pesquisa no Ecoturismo e Turismo de Aventura, no sentido de se compreender as nuances referentes ao processo de adesão a estas atividades.

**Palavras-chave:** Ecoturismo; Adesão; Virtual.



**ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DO BORORÉ-COLÔNIA, SÃO PAULO (SP):  
POTENCIAL PARA PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ECOTURISMO**

***Lígia Rocha, Estefani Therezia Maique, Fagner Silva Barbosa de Abreu,  
José Renato da Silva Castro, Marcelo Teixeira Cesar de Oliveira\****

\*Instituto Ipá Ti-uá de Meio Ambiente, Cultura e Sociedade

E-mails: ligia\_rochas@hotmail.com, te\_maykeh@yahoo.com.br, fagnersba@hotmail.com, heavy-castro@hotmail.com, marcelotco@ipatiua.com.br

Áreas com grande potencial biológico e hídrico têm sofrido danos com os rápidos processos de ocupação humana, muitas vezes irregular, nas grandes cidades. Uma das medidas para a conservação é a criação de Unidades de Conservação (UC) denominadas Áreas de Proteção Ambiental (APAs). As APAs, diferente da maioria da UCs, são de livre circulação e podem ser constituídas por áreas particulares, possuem certo grau de ocupação humana e são dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Em 24/05/2006 a Lei Municipal de nº 14.162, criou a APA do Bororé-Colônia no município de São Paulo com a finalidade de proteção dos remanescentes de Mata Atlântica e dos mananciais das represas Billings e Guarapiranga. O objetivo deste trabalho foi identificar as atividades e potenciais para atividades de Educação Ambiental e Ecoturismo na península do Bororé inserida na APA Bororé-Colônia situada na zona sul da cidade de São Paulo. A área escolhida é composta praticamente de área rural protegendo as margens da represa Billings com potencial para turismo e esportes aquáticos. Foram realizadas duas visitas técnicas em julho de 2010 e julho de 2011, o que possibilitou observar a presença de chácaras e sítios, áreas recobertas por vegetação nativa (mata atlântica) e reflorestamentos (*Pinus* e *Eucalyptus*). Apesar de o local apresentar relevante beleza cênica, há deposição de resíduos sólidos às margens da represa e outros locais da APA. Verificou-se a ausência de tratamento de esgotos nos córregos que deságuam na Billings. Existe um prédio onde chegou a funcionar um núcleo de Educação Ambiental, mas foi encontrado desativado. Responsáveis pelo local informaram que este não tem previsão de retorno às atividades, no entanto, visitas monitoradas podem ser agendadas na subprefeitura de Parelheiros. Os monitores, capacitados a identificar os pontos de relevância de fauna e flora da APA, estão vinculados a uma agência de turismo credenciada junto a Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA). A agência também presta serviços de ecoturismo na vizinha APA Capivari-Monos oferecendo roteiros de trilhas na mata atlântica, cachoeiras, práticas como tirolesa, boiacross, canoagem, rapel, sobrevivência na selva e roteiros históricos-culturais, na cratera de colônia e aldeias indígenas além de estudos do meio. A promoção de atividades de ecoturismo deveria colaborar e funcionar como vetor na promoção e na melhoria da qualidade de vida e da conservação do ambiente, da geração de renda e na ampliação da participação da comunidade, aliados a uma trabalho educativo. No entanto, concluiu-se que embora fosse identificada a presença de uma empresa de turismo, não foram identificadas ações para melhoria da qualidade socioambiental da região induzidas pela atividade de ecoturismo, colaborando para preservar o patrimônio natural e a biodiversidade, bem como a promoção da atividade para trazer benefícios à comunidade local e das atividades educativas com os moradores inseridos na área.

**Palavras-chave:** Área de Proteção Ambiental, Ecoturismo, Educação Ambiental.

## PARQUE ESTADUAL ITINGUÇU, PERUIBE (SP): DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DAS CONDIÇÕES DE USO PÚBLICO

*Tamiris Filipavicius Camacho, Marcelo Teixeira Cesar de Oliveira\**

\*Instituto Ipá Ti-uá de Meio Ambiente, Cultura e Sociedade

E-mails: [tfctamiris@hotmail.com](mailto:tfctamiris@hotmail.com), [marcelotco@ipatiua.com.br](mailto:marcelotco@ipatiua.com.br),

O Mosaico de Unidades de Conservação (UC) Juréia-Itatins é formado por quatro UCs de proteção integral: Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI), Parque Estadual Itinguçu (PEIT), do Prelado (PEP) e Refúgio de Vida Silvestre (RVS), além de duas UCs de uso sustentável: Reservas de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una (RDSBU) e do Despraiado (RDS). Com mais de 110 mil ha está situado na litoral sul do Estado de São Paulo, nos municípios de Iguape, Itariri, Miracatu, Pedro de Toledo e Peruíbe. Apresenta os seguintes biomas: brejos, lagunas, dunas, restingas arbóreas, arbustivas e herbáceas, manguezais e Mata Atlântica. A área escolhida para o estudo foi o Parque Estadual do Itinguçu, localizado em Peruíbe, São Paulo, possuindo aproximadamente 8.400 ha e localizada nas coordenadas 24° 18' a 24° 37' S e 47° 00' a 47° 31' W. O PEIT é dividido em dois núcleos: o Núcleo Itinguçu, que é a unidade de conservação constituinte do mosaico que mais recebe a visitação pública, e o Núcleo do Arpoador, aberto apenas para visitas com cunho educativo ou para pesquisas científicas. O trabalho objetivou avaliar, de forma preliminar, a infra-estrutura para uso público, suas condições e adequação, e a qualidade das atividades realizadas com os visitantes. O trabalho foi realizado no segundo semestre de 2008 e o registro da visita diagnóstica foi elaborado através do levantamento por imagens fotográficas e anotações de campo com os relatos de funcionários do parque e moradores locais. A pesquisa foi complementada através de leitura de livros, periódicos, documentos e da legislação, além de outras informações obtidas pela internet. Verificou-se que o acesso ao Parque Estadual do Itinguçu é fácil pela Estrada do Guaraú. Chega-se a região através da Rodovia Pedro Taques (SP-55) e pelas Rodovias Regis Bittencourt (BR-160) e Rodovia Prefeito Cassimiro Teixeira (SP-222). Nas instalações administrativas encontram-se: um pequeno auditório que com capacidade para aproximadamente 30 pessoas com equipamentos de multimídia, além de laboratório, loja de artesanato e área reservada para museu. Na área do Parque encontra-se estacionamento para visitantes, cestos de coleta seletiva, quiosques para alimentação, vários sanitários (masculino, feminino e para pessoas com deficiência) com rampas de acesso para portadoras de deficiência. Os visitantes não necessitam de autorização para circular na área, exceto grupos que excedam a capacidade de 20 pessoas (excursões organizadas) que é exigido o acompanhamento de um monitor ambiental cadastrado na PEIT. Os percursos de trilhas abertos ao público cortam áreas de Mata Atlântica. Dentre eles estão às trilhas do Vilão, das praias e das cachoeiras, como a praia da Barra do Una, as cachoeiras do Paraíso, das Antas e Perequê, sendo todos identificados com placas informativas. O Parque possui infra-estrutura suficiente para realização de programas de Educação Ambiental (E.A), mas tem uma equipe pequena de monitores para atender a grande demanda de visitantes e assim realizar programas educativos. Além disso, no parque existe um viveiro com mudas de espécies nativas, mas está desativado. Poderia ser utilizado como ferramenta de ensino nos programas de E.A.

**Palavras-Chave:** Juréia-Itatins; Núcleo Itinguçu; Uso Público.



## **ECOTURISMO E GESTÃO PARTICIPATIVA EM ÁREAS PROTEGIDAS: O CASO DA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS (PA)**

***Vivian Maitê Castro\**, *Rafaella Soares Espinola\****

\*Universidade Federal da Paraíba

E-mails: vivianmaite@hotmail.com, rafaellafr@hotmail.com

O desenvolvimento do ecoturismo em áreas protegidas tem provocado grande discussão em relação ao seu planejamento, sustentabilidade e viabilidade em aliar conservação ambiental e retorno econômico. Todavia, para que a atividade turística em ambientes naturais possa ser viável, as unidades de conservação devem planejá-la em seus planos de manejo, pois estes auxiliam na gestão ambiental da área e na minimização dos impactos negativos oriundos do ecoturismo. Neste contexto, o presente artigo objetiva analisar o ecoturismo praticado em uma das comunidades tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós, Pará, unidade de conservação de uso sustentável criada em 1974. As unidades deste grupo objetivam compatibilizar a conservação da natureza com a presença de populações tradicionais e suas atividades extrativistas e de subsistência, apresentando normas que visam o uso sustentável dos recursos naturais e permitem a implementação de atividades de uso comum do público, como a atividade turística. A comunidade de Maguari iniciou o planejamento da atividade turística no ano de 2000, e atualmente recebe um fluxo anual de 400 turistas nacionais e, principalmente, internacionais. Nosso foco é averiguar como ocorreu o planejamento e a implementação do ecoturismo com o envolvimento da comunidade local por meio da gestão participativa. Como procedimento metodológico adotou-se o método qualitativo, pautado na revisão bibliográfica, nas visitas de campo com realização de entrevistas previamente elaboradas e na observação participante. Os resultados encontrados mostram que a comunidade de Maguari constituiu-se ao redor de sua associação comunitária, que administra e organiza as atividades de ecoturismo praticadas, configurando-se em um turismo realizado de maneira satisfatória, com total participação da comunidade tradicional em todo o processo de planejamento, execução e fiscalização da atividade. Inicialmente, o desenvolvimento do turismo foi planejado em parceria com o IBAMA, porém, atualmente, a atividade é totalmente gerenciada pela associação comunitária local, sem maiores intervenções do setor público, que apenas controla o número de visitantes por meio da cobrança de uma taxa de visitação na entrada da unidade. Contudo, embora a Floresta Nacional do Tapajós possua um plano de manejo com inclusão do ecoturismo, que ocorre com sustentabilidade, a mesma ainda carece de investimentos públicos e privados, visando melhorar o acesso e a qualidade de vida das comunidades tradicionais. Concluiu-se que a promoção do ecoturismo em áreas protegidas passa pela necessidade da gestão participativa envolvendo os dois atores principais, poder público e comunidade local, de forma contínua e pautada nos interesses da comunidade receptora, que é o ator executor da atividade turística.

**Palavras-chave:** Ecoturismo; Áreas protegidas; Gestão participativa.



## POTENCIAL DE ECOTURISMO DO PARQUE NACIONAL MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE (AP)

**Marco Antonio Chagas\***

Universidade Federal do Amapá

E-mail: marco.chagas@uol.com.br

O Brasil possui 310 unidades de conservação federais públicas, das quais 67 são Parques Nacionais - PNs, categoria onde se permite a visitação e turismo, de acordo com o que estabelece a Lei 9985/00 (SNUC). Na Amazônia Legal, existem 21 PNs, com destaque para o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque – PNMT, criado em 22 de agosto de 2002, maior parque do Brasil e uma das maiores áreas de floresta tropical protegidas do mundo. Com área de 3.867.000 hectares, localiza-se na porção noroeste do Estado do Amapá, com pequena porção (1,2%) no Estado do Pará. O trabalho analisa o potencial de ecoturismo em áreas protegidas no Estado do Amapá, com ênfase no PNMT. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica, e documental baseada no Plano de Manejo do referido parque (aprovado em 10 Março de 2010, pela Portaria do ICMBio nº 28), além de entrevistas estruturadas com gestores do mesmo. Os resultados permitiram vislumbrar o grande potencial ecoturístico existente no PNMT, a partir da implementação de programas de Uso Público e visitação nas áreas zoneadas. O Parque possui três áreas prioritárias para Uso Público. A primeira (Pólo Amapari/Araguari), localizada na porção sudeste da unidade, tem acesso via terrestre até o município de Serra do Navio (sede física da UC), e em seguida, via fluvial pelos rios Amapari e Araguari até o Parque. Para esta região, planejam-se atividades de baixo impacto, como o turismo de observação (fauna e flora), caminhadas, acampamentos e trilhas interpretativas. A segunda área (Pólo Oiapoque), localizada na região norte do PNMT, tem acesso terrestre até o município de Oiapoque, em seguida, via fluvial pelos rios Oiapoque e Anotáie. A área tem potencial para o turismo internacional, devido a sua fronteira com o Parque Amazônico da Guiana Francesa, que pode viabilizar atividades conjuntas relacionadas a Uso Público, dentre as quais, a prática de esportes radicais, como montanhismo, rafting e canoagem, oportunizado por seus rios encachoeirados, as quais poderão ser incrementadas com a inauguração no segundo semestre de 2011, da ponte binacional ligando o Amapá (Brasil) à Saint-Georges (Guiana Francesa). A terceira área (Pólo Jari) localiza-se na porção oeste do Parque, tendo como referência a pista do Molocopote. O acesso somente é possível por via aérea devido a limitações de navegabilidade no médio curso do rio Jari. Poderá receber alguma estrutura para recepção de visitantes, oferecendo excursões fluviais pelo Rio Jari e seus principais afluentes, tanto a montante (até cachoeira Macaé, limite com o Parque Indígena do Tumucumaque) como a jusante (até cachoeira Macaquara). O local poderá servir como base de partida para sobrevoos panorâmicos na região das montanhas da Serra do Tumucumaque (região de fronteira com Guiana Francesa e Suriname). Conclui-se que, apesar do ecoturismo não ser ainda uma realidade no estado, o Amapá pode se transformar em um dos principais destinos ecoturísticos da Amazônia, considerando a grande riqueza de recursos naturais cênicos nas áreas protegidas. Os potenciais atrativos naturais existentes no PNMT estimulam o desenvolvimento de estudos técnicos complementares ao Plano de Manejo para avaliar a viabilidade do ecoturismo na região.

**Palavras-chave:** Amazônia; Amapá; Tumucumaque; Ecoturismo.

## **ILUMINANDO LUMINÁRIAS (MG): PRÁTICAS ESPELEOTURÍSTICAS E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL INTEGRANDO AVENTURA, NATUREZA E CULTURA**

**Luiz Afonso Vaz de Figueiredo\***, **Lincoln Daniel de Souza\*\***, **Azarias Miranda de Carvalho\*\*\***,  
**Jorge Nei Lima\***, **Felipe Domingues Miranda\***

\*Centro Universitário Fundação Santo André, \*\*Tabatinga-Ecoturismo e Aventura/ONG Jacu da Roça,  
\*\*\*Tabatinga-Ecoturismo e Aventura

E-mails: lafonso.figueiredo@gmail.com, lincolnlms@yahoo.com.br, tabatingaecoturismo@gmail.com,  
jorge.mali@yahoo.com.br, felipedm85@hotmail.com

Luminárias é uma cidade do sul de Minas Gerais, incluída no roteiro da Estrada Real e no circuito Vale Verde e Quedas D'Água do Governo do Estado. A região é propícia para a atividade ecoturística, pois apresenta diversidade de atrativos: rios, cachoeiras, cavernas, serras, área de cerrado e campos rupestres, além de importante patrimônio histórico-cultural e gastronomia peculiar. O objetivo do presente trabalho é resgatar a trajetória das ações formativas e avaliar o potencial de roteiros para práticas espeleoturísticas envolvendo aspectos naturais e culturais da região a partir da integração universidade-operadora local-organização não-governamental. Como o ecoturismo e o turismo de aventura na localidade ainda se encontram em um estágio incipiente, o desenvolvimento destas atividades de forma organizada e sustentável torna-se fundamental. Os atrativos naturais da região já vêm sofrendo consideráveis impactos decorrentes das ações antrópicas, principalmente de moradores da comunidade e de localidades vizinhas, além da dependência de atividades econômicas de grande impacto ambiental (mineração de quartzito e a agropecuária extensiva), preterindo o investimento em atividades mais sustentáveis, como o ecoturismo. A primeira etapa foi a realização do *Curso de Atualização em Espeleoturismo e Educação Ambiental em Trilhas e Cavernas: Sugestões para Luminárias (MG)*, para monitores locais, promovido pela parceria SBE-PML-GESMAR nos dias 26 e 27 dezembro 2006 (12h-teoria e prática). Participaram 11 pessoas, sendo 2 mulheres e 9 homens da faixa dos 15 aos 31 anos. Nos anos seguintes foram realizadas atividades preparatórias com o teste dos roteiros: a) julho 2008, b) novembro 2010 e c) abril 2011. Entre os dias 23 a 26 de junho de 2011 foi aplicado o roteiro por meio da parceria entre GESMAR, Tabatinga-Ecoturismo e Aventura, Centro Universitário Fundação Santo André-FSA e Laboratório de Estudos do Lazer-UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO-CÂMPUS Rio Claro, envolvendo alunos do curso de Biologia da FSA, na disciplina Educação Ambiental e Práticas Interdisciplinares (EAPI), alunos do curso de pós-graduação em Educação Ambiental e Sustentabilidade (EAS) e convidados, totalizando 23 participantes, contando com 3 monitores do GESMAR e 2 monitores da TABATINGA. O roteiro integrava trilhas, water trekking, espeleoturismo, dinâmicas de sensibilização espeleológica, manual de observação botânica, banho de cachoeira, aspectos culturais da cidade, e comida mineira com diferenciais, tais como a "jararaca na chieira" (linguicinha caseira frita na brasa sobre uma pedra mineira) e roda de fogueira no alojamento. A inter-relação entre as atividades de ecoturismo, espeleoturismo e educação ambiental, potencializaram o programa de visitação, destacando o enfoque pedagógico, obtendo-se resultados de grande relevância. Observou-se que poderiam ser agregados valores à atividade gerando novas fontes de renda para a região, ao mesmo tempo em que se promove a aproximação população para uma atividade menos impactante e que também propicia a valorização da cultura local. Durante as atividades, pode-se avaliar a importância da percepção visual da paisagem, o contato com a água, com as rochas e a diversidade florística e faunística da região, na tentativa de harmonizar e promover maior interação de homens e mulheres com o ambiente natural. E ainda destacar a importância da vida rural e do trabalho no campo.

**Palavras-chaves:** Espeleoturismo; Atividades de aventura; Educação ambiental.



## ATIVIDADE ECOTURÍSTICA E DINAMIZAÇÃO DA ECONOMIA EM CACHOEIRA GRANDE

*Bruno Ricardo Monteiro Alcântara\**, *Karla Sousa Pereira\**

\*Instituto em Defesa da Educação Sócio Ambiental  
E-mails: brunordgeo@hotmail.com, kspgeo@hotmail.com

O município de Cachoeira Grande está localizado na Mesorregião Norte Maranhense, possuindo uma população predominantemente rural. Estando assentado na Formação geológica Itapecuru, o município de Cachoeira Grande apresenta solos com limitações para o desenvolvimento de práticas agrícolas, o que implica em reflexos sociais e econômicos para a população, já que a dinâmica econômica da região ocorre em função dessas atividades. A agricultura se desenvolveu historicamente na região porque esteve associada ao cultivo de espécies altamente eficiente no aproveitamento dos nutrientes (mandioca, feijão e melancia) por meio da associação com microorganismos (fungos VAM e bactérias diazotróficas) e porque foi mantida basicamente pela matéria orgânica produzida pela própria vegetação a partir da ciclagem de nutrientes. Essas práticas que antes se mostravam eficientes do ponto de vista ambiental e de sustentação de produtividade vem se mostrando problemática diante de um aumento na densidade populacional e de uma redução das áreas cultiváveis. Neste sentido, a dinâmica econômica do município de Cachoeira Grande, evidenciando diversos problemas ambientais especialmente nas áreas de matas ciliares, demanda diversas atividades mitigadoras que vão desde a educação ambiental até a oferta de atividades que sejam mais racionais no uso dos recursos, unindo a geração de renda com a manutenção dos frágeis ecossistemas que estão assentados sobre a base física do território de Cachoeira Grande. Apesar dos solos de Cachoeira Grande serem quimicamente pobres e altamente susceptíveis aos processos erosivos e da vegetação estar imensamente degradada em função da agricultura, o município apresenta paisagens naturais exuberantes que podem ser utilizadas racionalmente pelo turismo, especialmente pelo ecoturismo. Os LATOSSOLOS formados por sedimentos oriundos de arenitos abrigam diversas paleodunas entremeadas de corpos de riachos e rios (a exemplo do Pirangi) de águas límpidas e extremamente frias. Características similares têm atraído em outros municípios vizinhos enorme fluxo de turistas, dinamizando suas economias. Apesar da proximidade, Cachoeira Grande é pouco conhecida entre os habitantes de São Luís. Tal situação pode ser exemplificada pela presença constante de visitantes no município de Morros, apesar da pequena distância entre um município e outro e de possuir lugares com uma maior qualidade ambiental. Mas a aplicação do Ecoturismo está condicionado a diversos fatores, principalmente na implantação de uma gestão voltada para o ecoturismo, que priorizasse o preparo dos moradores, principalmente dos povoados, para que os mesmos estejam qualificados o suficiente para monitorarem a aplicação dessa atividade, assim garantindo a sustentabilidade e preservação do local. Apesar de muita coisa a ser feita, esta atividade poderia dinamizar a economia local, garantindo renda à população e o aumento da arrecadação do Município, estabelecendo um ciclo de desenvolvimento econômico em Cachoeira Grande. Lembramos que esse processo deverá ser desenvolvido de forma participativa, desde sua fase de planejamento até a sua execução. Somente assim, o turismo, desenvolvido na categoria ecoturismo, levando-se em consideração as características naturais locais, proporcionará a geração de emprego e renda para a população e para os empresários e beneficiará a administração pública com recursos a serem utilizadas na melhoria do Município.

**Palavras-chaves:** Ecoturismo; Desenvolvimento; Economia.



## O ECOTURISMO COMO AÇÃO ESTRATÉGICA NAS ONGS AMBIENTALISTAS DO BRASIL: O CASO DO INSTITUTO PHYSIS - CULTURA & AMBIENTE

*Regiane Avena Faco\**, *Fernanda Sola\**

Universidade Federal de São Carlos – Câmpus Sorocaba

E-mails: regiane.avena@yahoo.com.br, fernandasola@usp.br

As organizações são de fundamental importância nos diversos setores da vida humana já que a maior parte de tudo que consumimos passou por uma ou mais organizações durante seu estágio de produção. Contudo, não é só em produtos tangíveis que se verifica a extensão da ação das organizações, estas também se fazem presentes no fornecimento de serviços de todos os tipos. São inúmeros os tipos de organizações, privadas, públicas e não governamentais (ONGs), esta última correspondendo ao terceiro setor, foco deste trabalho. Dadas as diferenças estruturais entre as instituições de cada setor, existem fatores em comum, e um deles é a necessidade de administração. É fundamental que toda e qualquer corporação que deseje sobreviver no mercado tenha em prática um bom sistema de gestão, e nesse sentido, é indiscutível a importância da administração e de todas as suas ferramentas, entre elas, o planejamento estratégico. Assim como as empresas, é essencial que as ONGs planejem suas atividades e tenham objetivos claros. No caso das ONGs ambientalistas, que se encontram em evidência em razão do momento no qual se fala muito em desenvolvimento sustentável, aquecimento global entre outros termos, não é diferente. O turismo como uma importante atividade econômica, pode inserir-se nesse processo de planejamento, pois consolidada-se com uma ferramenta aos objetivos das ONGs ambientalistas. Assim, o presente trabalho tem como objetivo relatar o processo de planejamento estratégico desenvolvido no Instituto Physis – Cultura & Ambiente (organização do terceiro setor, fundada em 15 de maio de 1991, constituída como associação sem finalidade lucrativa, e qualificada com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)), propiciando a compreensão de como o ecoturismo, pode vir a ser uma ação estratégica de uma organização não governamental de caráter ambientalista. Dessa forma, para desenvolver a análise proposta foram agendadas diversas oficinas entre os membros da diretoria e da equipe da instituição para que fosse possível, através da análise da situação presente da organização realizar um levantamento do que tem sido feito, quais são os problemas enfrentados e quais os anseios para o futuro (metodologia conhecida como análise SWOT) para então traçar estratégias para novas ações e objetivos sugeridos no decorrer do processo, resultando na confecção de um mapa estratégico. Com o intuito de orientar as ações levantou-se uma série de fragilidades da gestão do Instituto Physis – Cultura e Ambiente, que agora mediante as ações sugeridas podem ser sanadas. Por fim, constata-se então que as organizações não governamentais, não devem estar alheias a métodos administrativos anteriormente voltados para instituições voltadas ao lucro, é preciso fazer as adaptações necessárias para tornar o processo aplicável ao Terceiro Setor para que as boas intenções, que normalmente geram as ONGs, continuem sendo praticadas e mantenham as organizações vivas por meio da implantação de métodos de gestão eficazes.

**Palavras-chave:** Ecoturismo; Planejamento Estratégico; ONGs

## TURISMO X CONSERVAÇÃO: ESTUDO DE CASO DO PASSEIO DO CAVALO-MARINHO NO ESTUÁRIO DO RIO MARACAÍPE (IPOJUCA, PE): HORA DE REMEDIAR A SITUAÇÃO

**Rosana Beatriz Silveira\***, **Suzana Muniz Ramineli\***, **Maira Kegler Veja\***,  
**Rodrigo Amighini Rosa\***, **Mariana Guimarães de Azevedo\***

\*Laboratório de Aquicultura Marinha/Projeto Hippocampus

labaquac@yahoo.com, suzanaramineli@gmail.com, mairakvega@hotmail.com,  
rod\_ios@hotmail.com, -mariana.g.a@terra.com.br

Situado no município de Ipojuca, PE, o estuário do rio Maracáipe (8°32'14,9"S e 35°00'17,8"W) apresenta um extenso manguezal cujas espécies vegetais dominantes são *Rhizophora mangle* (mangue vermelho) e *Avicennia schaueriana* (mangue negro). Dentro do estuário, é praticada a pesca (peixes, crustáceos e moluscos) e há a extração de madeira para a construção de casas e barcos e uso como lenha. Aproximadamente 2 Km para o interior do estuário, existe uma grande ocupação humana, ocorrendo o lançamento de efluentes domésticos diretamente no corpo d'água. Por muitos anos, o estuário do rio Maracáipe foi conhecido como o "santuário dos cavalos-marinhos" em Pernambuco. Há mais de dez anos, nesse local, é realizado o "passeio do cavalo-marinho", desenvolvido por jangadeiros vindos da pesca ou de famílias de pescadores. Os registros do Projeto Hippocampus sobre a população de cavalos-marinhos do estuário do rio Maracáipe data de 2001. Nessa época, havia somente sete jangadeiros na atividade. Entre 2001 e 2003, a partir de pesquisas em campo e em laboratório, foram levantados dados inéditos da biologia do cavalo-marinho *Hippocampus reidi*, espécie nativa no estuário, tais como alta estação reprodutiva, fecundidade e fertilidade, entre outros. Atualmente, tais informações integram o Plano Nacional para Manejo de Cavalos-Marinhos, a ser implementado pelo IBAMA/MMA. Após esse período, o Projeto iniciou o monitoramento da população de cavalos-marinhos do estuário, tendo por ferramentas o mergulho livre e o censo visual, pesquisa que perdura até os dias atuais. O monitoramento é realizado em quatro pontos do estuário: dois deles com visitação turística e dois sem essa influência. Hoje em dia, 38 jangadeiros trabalham no passeio, realizado durante todo o ano, de terça-feira a domingo, abrangendo uma pequena área do estuário. O passeio consiste em conduzir a jangada até os locais de preferência dos cavalos-marinhos (sabidamente conhecidos pelos jangadeiros), onde os condutores do passeio mergulham e capturam o(s) animal(is) e colocam em vidros de aproximadamente três litros de capacidade. O manuseio desses animais é feito independentemente de idade, sexo, machos grávidos ou não (são os cavalos-marinhos machos que engravidam). Os turistas podem fotografar e filmar os cavalos-marinhos que, a seguir, são devolvidos à água pelo jangadeiro ou mantidos para mostrar a outra jangada com turistas que venha chegando. Tal prática é repetida pelos 38 jangadeiros diversas vezes ao dia. Entretanto, pesquisas do Projeto Hippocampus mostram que a densidade dos animais nos pontos amostrais foi diminuindo, alcançando o valor 0 nos meses de julho a setembro de 2010. Em novembro de 2010, apresentou densidade de 0,001 ind/m<sup>2</sup>. Durante o estudo, não só o número de animais capturados diminuiu grandemente, mas houve inversão da estrutura populacional identificada ao longo dos anos naquele estuário e em outros que estão fora de pressão antrópica. A análise dos dados sugere também que esteja ocorrendo a translocação de animais e que, se não houver intervenção dos órgãos ambientais, há um grave risco de extinção local.

**Palavras-chave:** Ecoturismo marinho; Espécie ameaçada de extinção; Manguezal.



## **RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL COMO VALOR AGREGADO A SERVIÇOS DE ECOTURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO TERCEIRO SETOR**

***Regiane Avena Facó\*, Fernanda Sola\****

Universidade Federal de São Carlos – Câmpus Sorocaba

E-mails: regiane.avena@yahoo.com.br, fernandasola@usp.br

A atual preocupação com a escassez dos recursos naturais num horizonte não muito distante, despertou na sociedade a busca por alternativas que consigam conciliar desenvolvimento e a conservação ambiental. Esse novo contexto tem gerado uma série de ações em vários setores da economia, sendo que no ambiente organizacional, pode-se pontuar iniciativas nessa direção através da chamada, responsabilidade social, e também, especificamente da responsabilidade socioambiental. Como uma forma de compreender o Ecoturismo, faz-se necessário entender, primeiramente, o próprio Turismo e como o seu desenvolvimento desencadeou novas formas de abordagens para que seja possível analisar e compreender as práticas de mercado liberais e as que buscam atingir um consumidor diferenciado. É possível encontrar práticas responsáveis no segmento? O ecoturismo, como segmento do turismo é dependente do oferecimento de um conjunto de serviços, e, assim, demanda para sua execução a oferta de serviços tais como: hotéis, restaurantes, guias de turismo, transporte, entre outros, quase essencialmente, advindos da iniciativa privada. O que se coloca é se esse segmento do turismo apóia a execução em preceitos bem distintos tais como: a conservação ambiental, educação ambiental e benefícios as comunidades receptoras, por que não incluir as comunidades tradicionais em processos antes dominados pelos empreendedores de fora? E ainda, por que não incluir essas comunidades numa atividade responsável e conscientizadora em relação aos aspectos da conservação do meio ambiente, garantindo a interação do ser humano com o meio ambiente, por meio da relação vivencial e construindo assim uma reflexão sobre o correto uso dos recursos naturais, através da educação ambiental, devendo ser, portanto, por si próprio uma atividade dotada de um comportamento ético e responsável? O que se observa na pratica é que poucas são as iniciativas nesse sentido, sendo que o melhor desenvolvimento da atividade, ou o mais próximo do que se espera que ela seja se dá quando realizado através do envolvimento do terceiro setor, representado aqui pelas organizações não governamentais, surgidas principalmente do despertar do movimento ambientalista. As organizações não governamentais (ONGs) podem ser vistas como grandes atores sociais desse movimento em prol da responsabilidade socioambiental, e acabam hoje, portanto, exercendo grande pressão no primeiro setor em busca de uma nova postura organizacional, bem como, atuando junto a algumas empresas nos mais diversos setores da economia, não sendo diferente com o turismo. Assim, temos que as ONGs se apresentam como entidades mais adequadas diante do planejamento e execução de atividades de Ecoturismo e que, portanto, possuem maior confiabilidade diante da contratação de serviços para tal do que empresas do setor privado, em diversas etapas da gestão da atividade, sendo na capacitação, na criação de diretrizes, no planejamento, bem como na execução.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Socioambiental; Ecoturismo; ONGs



## **ANÁLISE ECONÔMICA DO MANEJO DE RPPN'S: UM ESTUDO SOBRE O ECOTURISMO NA FAZENDA VAGAFOGO, PIRENÓPOLIS (GO)**

***Keila Sanches\*, Alvaro Nogueira de Souza\*, Ana Paula Camelo\****

\*Universidade de Brasília

E-mails: keila.sanches@gmail.com, ansouza@unb.br, paulaflorestal@gmail.com

O presente estudo teve como objetivo avaliar economicamente as atividades desenvolvidas na Fazenda Vagafofo no Município de Pirenópolis/GO. As atividades analisadas foram Trilha Ecológica e Turismo de Aventura. Obteve-se informações do número de visitantes/ano, preços ao consumidor, custos da terra, custos de manutenção/investimento e custos com mão de obra. Os critérios econômicos utilizados foram Valor Presente Líquido (VPL) e Benefício Periódico Equivalente (BPE), considerando uma taxa de desconto de 8% a.a, períodos analisados entre 1996 a 2008, e entre 2005 a 2008, além de um horizonte de planejamento de 10 anos com o ano de referência 2008. Constatou-se que, no período de 1996 a 2008, a visitação ecoturística na Fazenda Vagafofo apresentou um crescimento médio de 6% a.a e a média anual de visitantes foi de 8.889. Os resultados mostraram que o uso indireto da RPPN da Fazenda Vagafofo é viável economicamente e no período de 2005 a 2008 apresentou para a atividade Turismo de Aventura um VPL de R\$3.536,33/ha e um BPE de R\$1.067,69/ha.ano-1, para as atividades Turismo de Aventura + Trilha Ecológica obteve-se um VPL de R\$13.290,58/ha e um BPE de R\$4.012,70/ha.ano-1. Ao longo dos 10 anos, encontrou-se para as atividades Turismo de Aventura + Trilha Ecológica um VPL de R\$25.552,50/ha e um BPE de R\$3.808,08/ha.ano-1. Desta forma, concluiu-se que as atividades de uso indireto na RPPN da Fazenda Vagafofo são economicamente viáveis e apresentam rentabilidade superior a de atividades convencionais para a região do cerrado no Estado de Goiás.

**Palavras-chave:** Pirenópolis; Fazenda Vagafofo; RPPN.



## PERFIL DOS TURISTAS DE AVENTURA E ECOTURISTAS DE BROTAS (SP): INVESTIGAÇÃO DA PERCEPÇÃO DE CONDUTORES

**Juliana de Paula Figueiredo\***, **Leonardo Madeira Pereira\***, **Gisele Maria Schwartz\***

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Câmpus Rio Claro

E-mails: julianapfig@hotmail.com, lelmadeira@yahoo.com.br, schwartz@rc.unesp.br

O conhecimento sobre o perfil dos clientes é fundamental para a tomada de decisões estratégicas das empresas, no sentido de melhorar a qualidade e o direcionamento do atendimento, porém, este aspecto nem sempre é levado em consideração. Neste sentido, este estudo descritivo e comparativo teve por objetivos verificar a percepção que os condutores de turismo de aventura da cidade de Brotas/SP possuem a respeito do perfil dos turistas de aventura e ecoturistas, assim como, comparar esses resultados aos dados constantes no Perfil dos Turistas de Aventura e Ecoturistas no Brasil (ABETA, 2010). O instrumento utilizado para a coleta de dados foi referente a um questionário misto, aplicado a uma amostra intencional composta por 20 condutores de turismo de aventura da cidade de Brotas/SP. Os dados foram analisados descritivamente e expressos em porcentagens, evidenciando que 55% dos condutores desconhecem o documento da ABETA, realizado em parceria com o Ministério do Turismo, sobre o Perfil dos Ecoturistas e 45% têm conhecimento do mesmo. As modalidades em que os condutores pesquisados atuam são desenvolvidas na água (42%) e na terra (58%). Dentre as aquáticas, destaca-se, principalmente, o trabalho com o *rafting* e o *bóia-cross*, e entre as terrestres, o *trekking*, o arborismo, a escalada, a tirolesa, o *rapel* e treinamentos corporativos. Entre os condutores, 75% percebem que a maioria dos ecoturistas é do sexo masculino e 25% afirmam a predominância do sexo feminino. 68,2% dos condutores ressaltam que a faixa etária predominante é de 18 a 29 anos e 52,4% evidenciam que a situação familiar dos praticantes é principalmente a de casados com filhos, sendo a grande maioria oriunda do Estado de São Paulo, na visão de 95% dos condutores. Todos os condutores acreditam que os ecoturistas se deslocam para Brotas de carro e 52,6% percebem que estes estão geralmente acompanhados por cônjuges/namorados(as). Ainda, na visão de 81% dos condutores, esse público planeja em casa a viagem e, para 58,8%, as atividades que serão realizadas na cidade são decididas no próprio local. O envolvimento desse público com a atividade foi considerado por 95% dos condutores como de pessoas que praticaram de 01 a 10 diferentes tipos de atividades de aventura no Brasil. Os resultados deste estudo sobre a percepção dos condutores a respeito do perfil dos ecoturistas de Brotas, quando comparados com os do documento da ABETA sobre o Perfil Nacional, não apresenta muitas diferenças, ressaltando-se diferenças apenas no que tange à companhia para a viagem e à situação familiar, uma vez que os ecoturistas, no Perfil Nacional, preferem os amigos para acompanhá-los nas atividades e são predominantemente solteiros. Tendo em vista que grande parte dos condutores pesquisados não possui conhecimento sobre o perfil do ecoturista nacional, embora apresente uma percepção próxima à dos dados do Perfil Nacional, torna-se importante realizar um levantamento local com os ecoturistas, para subsidiar estratégias mais eficazes de intervenção na atuação, tanto dos condutores, quanto das empresas que divulgam e operam essas atividades.

**Palavras-chave:** Ecoturista; Turismo; Aventura.



## O PLANEJAMENTO TURÍSTICO DE BASE COMUNITÁRIA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO EM ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE BARREIROS (PE)

*Plínio Guimarães de Sousa\**

\*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - Câmpus Barreiros

E-mail: [plinio@barreiros.ifpe.edu.br](mailto:plinio@barreiros.ifpe.edu.br)

A presente pesquisa é um derivado da dissertação “Complexo Turístico Imobiliário *The Reef Club* em Barreiros/PE: Implantação, Desenvolvimento e Transformações Socioambientais”, projeto de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFPE, desenvolvido com o objetivo de identificar os possíveis impactos socioambientais provocados pela implantação de um complexo turístico imobiliário, e demonstrar a insustentabilidade socioambiental desse modelo, contribuindo ao final com alternativas que promovessem desenvolvimento com sustentabilidade naquele município. Para que os objetivos fossem atingidos o estudo se desenvolveu de forma exploratória e qualitativa, através de pesquisas bibliográficas e documentais, entrevistas, observação assistemática e registros fotográficos. A abordagem qualitativa e exploratória permitiu ao pesquisador o conhecimento e análise das principais contribuições teóricas existentes sobre o modelo tradicional de desenvolvimento turístico e sobre o turismo de base comunitária, e seus impactos nas comunidades onde são implantados. A observação assistemática, devido ao seu caráter espontâneo e informal, permitiu ao pesquisador a complementação de dados imprescindíveis à pesquisa ao aplicá-la na análise de três destinos turísticos. Em visitas de campo foram coletados dados primários através da aplicação de entrevistas semi estruturadas, registros fotográficos e checagem de dados levantados na pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa direta, através das entrevistas semi estruturadas, foi realizada com uma amostra não-probabilística da população. A complementação dos dados secundários foi obtida através da pesquisa documental, principalmente em arquivos do empreendimento turístico e dos poderes públicos. Os principais resultados obtidos foram a comprovação da hipótese inicial da insustentabilidade socioambiental do modelo representado pelo *The Reef Club*, e a contribuição com a aprovação, junto ao Programa Institucional para Concessão de Bolsas de Extensão(PIBEX), do IFPE *Campus* Barreiros, de um projeto de extensão visando a construção, de forma participativa, do planejamento turístico comunitário em um assentamento da reforma agrária no município de Barreiros-PE. O pesquisador pôde constatar que, a partir da análise comparativa de um caso bem sucedido de turismo de base comunitária, em Prainha do Canto Verde, em Beberibe/CE, com o de dois destinos turísticos tradicionais, Maragogi/AL e Mata de São João/BA, aliada às características socioambientais dos assentamentos da reforma agrária existentes em Barreiros/PE, é possível promover desenvolvimento com sustentabilidade nestas comunidades, e de forma indutora para as demais comunidades do município, no entanto, sob uma outra ótica de desenvolvimento, a da inclusão social, sustentação ecológica e participação comunitária. Desta forma, partindo da teoria para a prática, o projeto original de pesquisa se encerra com a apresentação do projeto de extensão, a ser desenvolvido em um dos 14 assentamentos do município, contribuindo, além da implantação do planejamento turístico comunitário, com o empoderamento da comunidade beneficiada, dando início a um processo de encadeamento nas demais comunidades assentadas, e, posteriormente, em toda a comunidade barreirense, possibilitando, desta forma, a formação do capital social, em um ciclo virtuoso que, ao contrário do capital econômico, não se acaba, pondo fim aos “nativos mudos”, formando-se, então, uma rede de solidariedade e comportamento recíproco, onde os valores sociais e culturais são partilhados, atendendo, portanto, ao objetivo de impactar socialmente dos projetos de extensão.

**Palavras-chave:** Planejamento turístico; Turismo comunitário; Capital social.



## **NATURAULAS CURSOS AMBIENTAIS: PROPOSTA DE EDUCA O AMBIENTAL PRÁTICA EM LOCAIS DE VISITA O TURÍSTICA**

**Suzana Muniz Ramineli\***, **Cesar Bernardo Ferreira\*\***

\*Projeto Hippocampus/Naturaulas Cursos Ambientais/Universidade Federal Fluminense (PGCA), \*\*Naturaulas Cursos Ambientais/Unigranrio

E-mails: [suzanaramineli@gmail.com](mailto:suzanaramineli@gmail.com), [naturaulas@gmail.com](mailto:naturaulas@gmail.com)

A Naturaulas   uma proposta de educa o ambiental que consiste em cursos teórico-práticos coordenados e ministrados pelos professores Cesar Bernardo Ferreira e Suzana Muniz Ramineli, pós-graduados em Biologia Marinha e Oceanografia pelas Faculdades Integradas Maria Thereza (Famath) e mestrandos, respectivamente, em Ensino das Ciências com ênfase em Química (UNIGRANRIO) e em Ciência Ambiental (UFF). A ideia de levar os alunos para o campo (aulas práticas) veio da paixão que ambos os professores têm por essa forma de ensinar, bem como pelo mar e seus seres. O primeiro curso da Naturaulas foi ministrado em Ilha Grande (município de Angra dos Reis, RJ), em outubro de 2009. Depois desse, vieram e virão muitos outros. O principal objetivo da Naturaulas   possibilitar, a alunos de diferentes cidades, institui es e idades, vivências ecológicas em locais como a Costa Verde (Ilha Grande e Paraty) e a Região dos Lagos (Búzios, Arraial do Cabo e Cabo Frio), ambas no estado do Rio de Janeiro, e o Nordeste do País (Praia do Forte, BA; Porto de Galinhas, PE; Pipa, RN; Jericoacoara, CE etc.), através de aulas práticas e com o mínimo de impacto para os ecossistemas estudados. Isso porque as aulas não utilizam coletas de organismos e as turmas são compactas (em torno de 10 a 15 alunos). Desse modo,   possível acompanhar e auxiliar, de forma mais personalizada cada um dos alunos, e, simultaneamente, observar a vida marinha *in loco*, fomentando sua percep o ambiental e consciência ecológica. Toda a prepara o dos cursos – organiza o, coordena o, agendamento de hospedagem e, quando necessário, embarca o, divulga o e aulas –   feita pelos próprios professores. Reunido o grupo, a metodologia utilizada nas aulas consiste em levar os alunos para experimentar a descoberta do ambiente marinho.   adotada a prática de mergulho livre (*snorkeling*) como ferramenta para a avistagem de seres do mar. Os alunos são orientados a observar atentamente os diversos grupos da fauna marinha, tais como peixes, equinodermos e cnidários, dentre outros, procurando marcas (ocelos, estrias, varia es nas nadadeiras, formato do corpo...) que facilitem a distin o entre as espécies. São ainda pesquisados as algas, o sedimento, o hidrodinamismo e o pH. Posteriormente, usam-se catálogos, guias de identifica o, vídeos e outros materiais que permitam ao aluno lembrar o que viu na prática. Nesse momento, têm são realizadas explica es sobre biologia, ecologia e conserva o dos seres avistados. Entre outubro de 2009 e agosto de 2011, a Naturaulas recebeu 188 alunos de diversos estados do Brasil, sendo a maioria estudantes de Biologia, com idade entre 20 e 23 anos. A principal temática abordada foi o ambiente marinho e o estudo de sua biodiversidade. Frequentemente, pessoas de outras áreas têm se inscrevem para os cursos, enriquecendo a abordagem multidisciplinar proposta. A Naturaulas acredita em sua contribui o para a conserva o a partir da experimenta o, interdisciplinaridade e da memória do que o aluno vivenciou, bem como da troca de informa es entre os participantes, tanto uns com os outros quanto com os professores.

**Palavras-chave:** Educa o Ambiental; Conserva o da natureza; Práticas de campo.



## PROJETO LEME CONSCIENTE: ORDENAMENTO DO TURISMO NÁUTICO EM PARATY (RJ)

*Suzana Muniz Ramineli\**, *Eduardo Godoy\*\**, *Marco Antônio Cratinguy\*\*\**, *Tatiana Ribeiro\*\**

\*Projeto Hippocampus/Naturaulas Cursos Ambientais/Universidade Federal Fluminense (PGCA),

\*\*ICM Bio / APA Cairuçu, \*\*\*Kyrie Dive

E-mails: suzanaramineli@gmail.com, easgodoy@gmail.com, kyrie@kyriedive.com.br,

Fundado em 1667, tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional e tendo 80% do território protegidos por unidades de conservação (UCs), Paraty, RJ desperta interesse por aspectos naturais, culturais e históricos. A maior parte de seu mar está na Baía da Ilha Grande, e o município conta com 63 ilhas e 43 praias, tendo no turismo e na pesca suas principais atividades econômicas. A maioria dos roteiros turísticos marítimos também está nas UCs: APA Cairuçu, ESEC Tamoios (Federais), RESEC Juatinga (Estadual) e APA da Baía de Paraty (Municipal). A apenas uma (ESEC Tamoios) é restritiva ao turismo. As demais poderiam até potencializar o turismo náutico, desde que sustentavelmente, já que essa atividade depende de qualidade ambiental e dos recursos naturais conservados. Entretanto, embora Paraty tenha grande vocação para o ecoturismo, ainda há muitas práticas insustentáveis, como o lançamento de lixo, esgoto e óleo no mar. O objetivo geral do Projeto Leme Consciente é sensibilizar o público-alvo (mestres e marinheiros) para a importância da preservação do ambiente marinho. Os objetivos específicos são: fomentar o senso de pertencimento dos participantes pela cidade e seu mar; ouvir as impressões sobre o turismo náutico local; oferecer ferramentas sustentáveis à atividade; abrir espaço de diálogo entre setor, UCs e projetos ambientais em Paraty; conservar os ecossistemas da Baía da Ilha Grande; incentivar o “briefing” ambiental para saídas turísticas. O público-alvo foi convidado em seu local de trabalho, o cais de turismo de Paraty. O início do Projeto Leme Consciente se deu com oficina realizada de 15 a 18/08/11, das 18h às 22h, dividida nos seguintes temas diários: “Descobrimos a realidade náutica de Paraty”; “Breve história paratiense e a segurança no mar”; “Ambiente marinho: belezas, conservação, ameaças e alertas”; “Retrospectiva e planos para um futuro próximo”. Foi significativo o espaço para que os participantes expusessem suas considerações sobre o turismo náutico, tirassem dúvidas sobre os conteúdos abordados na oficina e trocassem experiências. Percebeu-se uma rivalidade forte entre marinheiros de embarcações menores (até 20 passageiros) e maiores (aproximadamente 100 passageiros), mas a participação geral foi intensa. Dentre os pontos negativos apontados, destacam-se: ausência de caixas sanitárias para banheiros das embarcações; distância das paradas das praias; poluição sonora; falta de suporte do setor público (Prefeitura) no cais; aumento do número de cais particulares; proibição (clandestina) de acesso a algumas praias por seguranças particulares; risco de acidentes nas manobras no cais (excesso de barcos e intolerância das escunas). A seguir, houve um debate sobre formas de mitigar alguns desses problemas. As respectivas sugestões apontadas foram: reservatório para o banheiro dos barcos e local adequado para destinar o esgoto; divisão com bóias, estabelecendo uma área para banhistas e outra para embarcações; permitir o som apenas com o barco em movimento; maior fiscalização. Em seguida, os participantes foram incentivados a produzir seu briefing de apresentação ambiental aos turistas. Com o prosseguimento do Projeto Leme Consciente, espera-se colaborar para o ordenamento náutico em Paraty, gerando, a médio e longo prazo, um “selo verde” para certificar as embarcações que realizam os passeios de forma sustentável.

**Palavras-chave:** Turismo Náutico; Paraty (RJ); Ecoturismo.



## UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TURISMO: UMA OPORTUNIDADE PARA AS ÁREAS DO ENTORNO

*Luana Lacaze Camargo Casella\**

\*Universidade Nove de Julho

E-mail: lcasella@uninove.br

O ecoturismo nos parques, uma das categorias de unidades de conservação - UC, além de ser um forte aliado para sua conservação e preservação, ao ser incorporado na oferta turística do seu entorno, quando não é o motivador da viagem, proporciona novas oportunidades de atividades aos turistas, estimulando uma maior permanência na localidade, podendo atrair novos segmentos turísticos. Também favorece a geração de renda e emprego nessas áreas que devem fornecer todos os serviços de apoio a estes turistas, como meios de hospedagem, alimentação, transporte, entre outros, no antes e no pós visita, já que muitas destas atividades são inapropriadas ou mesmo proibidas nas UC. Desta maneira, o ecoturismo é capaz de gerar benefícios socioambientais não somente para os turistas, mas também para a população local do entorno da UC. No presente trabalho o objetivo foi identificar o conhecimento dos turistas de Itanhaém e Guarujá sobre o Parque Estadual da Serra do Mar-PESM e qual seria a aceitação, pelos mesmos, quanto à incorporação desta UC na oferta turística local. Isso porque tanto o Guarujá como Itanhaém, estâncias balneárias, tem no turismo uma das mais importantes fontes econômicas municipais, principalmente no segmento de sol e praia, o que confere um caráter sazonal à atividade turística. Entretanto, ambos os municípios estão muito próximos ao PESH, que nos seus mais de 300 mil hectares contém a maior área contínua de Mata Atlântica preservada no Brasil (IF, 2010), o que seria de grande interesse ao desenvolvimento do ecoturismo. Para tanto, em janeiro de 2010, nas praias dos Sonhos e do Tombo, em Itanhaém e Guarujá, respectivamente, aplicou-se, em cada praia, 30 questionários, com 14 questões cada, entre abertas e fechadas, cujo objetivo foi identificar o perfil dos turistas, seus conhecimentos sobre UC e a existência do PESH, bem como identificar, nos visitantes, se há motivações e quais são elas para conhecerem uma UC. Como as entrevistas ocorreram na alta temporada de verão, a maior parte dos entrevistados, em ambas as praias, eram provenientes principalmente da capital São Paulo, o que conferiu uma forte proximidade em todas as respostas obtidas. Os turistas tinham como as principais motivações da viagem o descanso, seguido da busca por um lazer diferente da rotina. Durante sua estada nas duas cidades, a maioria dos entrevistados vai à praia, dando a entender que é a única atividade realizada nas cidades. Observou-se que embora os turistas não saibam o que seja uma UC e da existência do PESH, gostariam de conhecer e se sentiriam estimulados a frequentá-los, até em outras épocas do ano, simplesmente se houvesse maior divulgação. Para isso, é importante uma boa infra-estrutura e atividades condizentes com as diretrizes do seu plano de manejo, além de um planejamento, desenvolvimento e operação do turismo sustentável integrado com planos de desenvolvimento regional ou nacional, envolvendo o poder público, privado e a sociedade.

**Palavras-chave:** Unidade de Conservação; Ecoturismo; Parque Estadual da Serra do Mar.



## **BENEFÍCIOS DO MANEJO DAS TRILHAS PARA USO PÚBLICO NO PARQUE ESTADUAL DO JARAGUÁ**

***Bárbara Gambaré dos Santos\****

\*Universidade Anhembi Morumbi

E-mail: barbarajaragua@yahoo.com.br

O estudo analisou os benefícios gerados após o manejo das trilhas no Parque Estadual do Jaraguá (PEJ) e se os impactos negativos gerados pelo fluxo de visitantes foram minimizados. Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se de bibliografias referente às Unidades de Conservação (UC) e manejo de trilhas, observação in loco e acompanhamento de grupos antes e após o manejo das trilhas pelo pesquisador. O PEJ é uma UC de Proteção Integral, permitindo apenas pesquisas científicas, atividades de educação e interpretação ambiental, recreação e ecoturismo. Com 491,98 ha de Mata Atlântica, o parque se caracteriza como uma das principais áreas verdes do município de São Paulo e a principal área de lazer para a população de seu entorno. É perceptível que a visitação pública nessas áreas cresce, muitas pessoas buscam o prazer que o contato com a natureza proporciona e experiências que o homem urbano não está acostumado, como por exemplo: observar sua fauna e flora, beber água da nascente e respirar ar menos poluído e mais fresco. Para observar a natureza ou acessar um atrativo, os visitantes percorrem trilhas, ou seja, caminhos abertos na mata para acessar um determinado ponto, além disso, são utilizadas para patrulhamento, acesso rápido em caso de incêndios, resgate, atividades de educação e interpretação ambiental e ecoturismo. Contudo, existem muitos impactos negativos que a abertura de uma trilha pode causar, tais como: compactação do solo, erosão, pisoteamento das plantas e das mudas em desenvolvimento, alteração nas rotas de deslocamento dos animais, entre outros. O PEJ possui três trilhas abertas à visitação: Trilha da Bica, Silêncio e Pai Zé. Desde 2006, o parque intensificou o manejo de suas trilhas. A primeira foi a do Silêncio, que foi totalmente adaptada para o atendimento de visitantes com necessidades especiais, com a construção de rampas, corrimãos, disposição de bancos, fechamento de áreas para regeneração da vegetação e contenções de erosão. O manejo da trilha da Bica começou com o fechamento em partes do seu trajeto, que originalmente levava os visitantes próximos a nascente, além disso, o uso constante para banho causou expansão da área, compactação do solo e pisoteamento das plantas. Na readequação foi construída uma escadaria na entrada, corrimãos, proibição do banho, uma plataforma para diminuir o impacto nas margens do curso d'água e contenções. Quanto à trilha do Pai Zé, única a dar acesso ao Pico do Jaraguá, os maiores problemas causados pelo uso intensivo era a utilização de muitos caminhos alternativos, retirada de espécies de flora, pisoteamento de plantas, compactação do solo em todo o seu trajeto, erosões profundas, alargamento do caminho e incêndios. Sua adequação envolveu a construção de contenções, escadas, corrimãos e um mirante. A partir das análises e observações foi possível identificar que o manejo de trilhas em UC é fundamental, todas essas ações de manejo nas trilhas do PEJ trouxeram mais segurança aos visitantes, limitou o acesso aos locais em recuperação e principalmente diminuiu os impactos nas bordas das trilhas e ampliou o acesso para diversos tipos de público.

**Palavras-chave:** Benefícios. Manejo de trilhas. Parque Estadual do Jaraguá.



## OBSERVATÓRIO ABRAHÃO DE MORAES (IAG-USP): UMA OPÇÃO DE LAZER E DE TURISMO SUSTENTÁVEL EM UM CENÁRIO NATURAL

*Geny Brillas Tomanik\**

\*Universidade Anhembi Morumbi

E-mail: gbtomanik@gmail.com

O Observatório Abrahão de Moraes (OAM), fundado em 1972, pertencente ao Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG) da Universidade de São Paulo (USP), localiza-se em Valinhos, porém com acesso pela vizinha Vinhedo-SP. A área de cerca de 450.000 m<sup>2</sup> em que está inserido, composta de mata nativa, está cadastrada no IBAMA para a soltura de animais silvestres da região. A atividade principal do Observatório é direcionada à pesquisa científica, revitalizada com a implantação em 2011 do primeiro laboratório de astrobiologia no país. Além disso, a partir de 1998, o OAM tornou-se difusor de conhecimento científico, disponibilizando o espaço a visitas gratuitas ao público interessado, mediante agendamento, e apresenta um crescimento relevante, chegando a quase cinco mil visitantes entre os anos de 2009 e 2010. Essas visitas, realizadas em grupos de até 35 pessoas, são constituídas de observações *in loco* por meio de telescópios científicos – dependendo das condições meteorológicas – da lua e de outros objetos visíveis no céu na ocasião e de palestras ou debates, ou seja, há uma interação dinâmica, e representa uma experiência participativa e peculiar, que pode despertar o interesse pela Astronomia e fenômenos da natureza. Além disso, durante o período diurno ocorrem visitas didáticas e ocasionalmente de turistas e visitantes das Festas do Figo (Valinhos) e da Uva (Vinhedo) para conhecimento do espaço e infraestrutura de pesquisa, e “o que é” e “o que faz” um Observatório Astronômico, quando então é possível vislumbrar a rica fauna e flora local, e ainda durante o percurso entre os equipamentos é realizada a Educação Ambiental pelos monitores. Desta forma, o objetivo deste trabalho é refletir sobre o lazer e o turismo cultural, sob o viés da sustentabilidade, promovidos pelo Observatório à comunidade. Foram feitos levantamentos bibliográficos sobre lazer, turismo cultural, educação não-formal e ambiental e sustentabilidade. Como metodologia de pesquisa realizada anteriormente (2009) optou-se por entrevistas pessoais e questionários semi-estruturados realizados junto aos residentes dos municípios citados e aos visitantes no OAM, com o intuito de identificar dados referentes à caracterização do tempo livre e de lazer, as formas de lazer praticadas, além de uma avaliação sobre as visitas monitoradas, entre outros. A pesquisa de campo resultou na detecção do interesse pelo lazer cultural da população e a avaliação positiva dos respondentes sobre as visitas. Considerando-se que o meio ambiente natural e preservado do OAM já serviu de *campus* para estudos acadêmicos na área de biologia e devido à existência de algumas trilhas, que poderiam ser demarcadas e remanejadas, o local poderia servir ainda à atividade de *Birdwatching*. A preocupação ecológica e a sustentabilidade, motes da sociedade contemporânea, estendem-se hoje a todas as atividades humanas, inclusive no lazer e no turismo. Isto é o que se observa no OAM, não apenas pelo fato de preservar a mata e servir de refúgio à fauna, bem como por ser um espaço democrático à inclusão cultural/científica, e de educação não-formal, acessível a todas as classes sociais e faixas etárias, sejam autóctones ou turistas, propiciando um lazer/turismo sustentável.

**Palavras-chave:** Lazer e Turismo Cultural; Sustentabilidade; Observatório Abrahão de Moraes.



## O PROCESSO DE PLANEJAMENTO E ENVOLVIMENTO COM O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA RESERVA AMANÃ (AM)

*Eduardo de Ávila Coelho\**, *Rodrigo Zomkowski Ozorio\**

\*Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

E-mails: eduardo@mamiraua.org.br, rodrigo@mamiraua.org.br

O Instituto Mamirauá (IDSM) conduz, desde 2008, uma pesquisa em turismo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Amanã. Vizinha à RDS Mamirauá – reconhecido destino de ecoturismo da Amazônia brasileira – Amanã tem características socioambientais distintas, que configuram um lugar diferenciado e complementar a Mamirauá. Os objetivos da pesquisa são avaliar o interesse das comunidades do lago Amanã em se organizar para o turismo, identificar os principais atrativos da região e analisar as possibilidades para o turismo de base comunitária, bem como a sua viabilidade, considerando-se o desenvolvimento sustentável, a conservação dos recursos naturais e a qualidade de vida das populações locais. A pesquisa passou por três etapas distintas, sendo que a atuação se iniciou com expedições às dez comunidades do lago. Através de reuniões o tema turismo era introduzido e discutido e os propósitos e objetivos da pesquisa explicados, obtendo o consenso para que esta fosse realizada. Em seguida foi conduzido o inventário turístico, para quantificar, qualificar e mapear os atrativos naturais e culturais do lago. A fim de oportunizar as trocas de experiências, foram realizados intercâmbios entre as comunidades das Reservas. Moradores da RDS Amanã foram conhecer a experiência da Pousada Uacari, em Mamirauá, enquanto trabalhadores da Pousada participaram de diversas etapas do planejamento em Amanã. Buscou-se sempre o entendimento sobre a realidade local, a fim de elaborar conjuntamente às comunidades, propostas que estivessem de acordo com seus desejos e visassem o atendimento de suas necessidades. A partir das informações coletadas, foi organizada uma viagem experimental, para que os comunitários tivessem um contato mais direto com o planejamento e execução de uma viagem, para saber as opiniões dos visitantes sobre a experiência vivida e para entender os desafios logísticos da operação turística em Amanã, levantando custos e investimentos necessários. Esta viagem ocorreu em novembro de 2010 e o roteiro de quatro noites contemplou atividades em contato com a natureza e com as comunidades. Dezenas de moradores da RDSA participaram do planejamento, da prestação de serviços turísticos, do fornecimento de produtos da agricultura familiar e da exposição e venda de artesanatos. Na opinião de todos os envolvidos, a experiência compartilhada entre visitantes e anfitriões foi excelente e de extrema importância para a sequência dos trabalhos, ajudando os moradores a tomarem decisões mais informadas sobre o turismo de base comunitária em Amanã. Em 2011 outras duas viagens foram organizadas com públicos de interesses distintos. Uma equipe especializada em observação de aves realizou uma visita em março, enquanto um grupo com maior interesse no convívio com as comunidades conheceu a Reserva no mês de julho. Neste grupo estava um médico, que visitou alguns moradores que necessitavam da quase inexistente assistência em saúde no interior. Estas e outras viagens que acontecem espontaneamente à RDS Amanã, contribuem para o levantamento de informações a cerca das possibilidades para o turismo e sobre como as comunidades desejam de fato implementá-lo. Esses dados, junto a informações de mercado, ajudarão a concluir o planejamento, visando a sustentabilidade social, ambiental e econômica do turismo de base comunitária em Amanã.

**Palavras-chave:** Planejamento; Turismo de base comunitária; RDS Amanã.



## ECOTURISMO E DESIGN: CAMINHOS PARA SUSTENTABILIDADE EM CHAPADA GAÚCHA

***Nadja Maria Mourão\**, *Lidja Mourão Lataro Hoehne\*\**, *Rita de Castro Engler\****

\*Universidade do Estado de Minas Gerais, \*\*FM&F TECNOLOGIA,

E-mails: nadja2m@gmail.com, lidja\_m@yahoo.com.br, rcengler@uol.com.br

As interfaces do Ecoturismo com o Design buscam direcionar os caminhos para o desenvolvimento sustentável. Esta proposta trata-se de uma experiência com três comunidades de artesãos no município de Chapada Gaúcha. O município é território intermediário entre o Parque Nacional Grande Sertão Veredas e o Parque Estadual de Serra das Araras, noroeste de Minas Gerais. Esta região foi popularizada pelo escritor João Guimarães Rosa e pertence a uma das sub-bacias do Rio Francisco. Artesãos das comunidades de Serra das Araras, Ribeirão do Areia e Buraquinhos forneceram os elementos da pesquisa. Investigou-se a possibilidade de inclusão do ecoturismo e do design para o desenvolvimento produtos artesanais com resíduos vegetais do Cerrado da região. As atividades desenvolvidas tiveram como pré-requisito dados de levantamento sócio, econômico, cultural e ambiental, de projetos antecessores e acompanhamento das comunidades no ano anterior. A proposta é parte da pesquisa "Design sistêmico: sustentabilidade na produção artesanal com resíduos vegetais do Cerrado Mineiro", como atividade-ação prevista no projeto. O desenvolvimento do ecoturismo é uma das metas do município. A natureza é um dos principais atrativos na região e a infraestrutura como principal problema. Entre as atividades desenvolvidas, buscou-se sensibilizar a comunidade quanto à utilização dos resíduos vegetais, principalmente do uso dos buritis, pois esta é uma palmeira em abundância na região. A metodologia de trabalho foi definida respeitando os múltiplos olhares e vozes dos moradores, buscando resgatar e valorizar as identidades e os conhecimentos locais. O resultado deste trabalho possibilitou uma nova visão em relação aos produtos artesanais, à medida que os artesãos perceberam a identidade do território. Verificou-se que as riquezas oriundas da biodiversidade e da cultura podem ser a base para o desenvolvimento de produtos e atrativos para o ecoturismo. É necessário buscar caminhos entre o ecoturismo e o design, que auxiliem a economia local, apresentando valores sociais, culturais e ambientais.

**Palavras-chave:** Ecoturismo; Design; Sustentabilidade.



## PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE INDÍGENA ACERCA DO TURISMO PRATICADO NA RESERVA PATAXÓ ALDEIA VELHA, PORTO SEGURO (BA)

*Salete Vieira\**, *Fabiana Faxina\*\**

\* Universidade Estadual de Santa Cruz/UNEB, \*\*Universidade Estadual de Santa Cruz

E-mails: saletur@hotmail.com, fa\_faxina@hotmail.com

A atividade turística em terras indígenas não é regulamentada no Brasil, no entanto, é realidade para algumas aldeias. Exemplo disso, a Reserva Pataxó Aldeia Velha, no município de Porto Seguro, Bahia, desenvolve esta atividade desde o ano de 2008. Entendendo que tal prática deva ser de interesse da comunidade indígena, estando envolvida em processos participativos de planejamento e operacionalização da atividade, esta pesquisa analisou a percepção dos indígenas acerca da atividade turística na reserva citada. Procedeu-se com revisão de literatura e pesquisa de campo, a qual perdurou os meses de maio e julho de 2011, sendo entrevistados os principais representantes indígenas envolvidos na atividade turística. Verificou-se que a comunidade participa dos processos decisórios em relação ao desenvolvimento do turismo por meio da Associação de Ecoturismo Pataxó de Aldeia Velha, que é responsável pelo fomento da atividade, elaboração de projetos e formação de parcerias com o *trade*. Para os indígenas, a presença do turista é positiva, pois contribui com a melhoria da renda familiar, bem como divulga a cultura local. Alegam que as experiências entre indígenas e visitantes contribuem para o aprendizado experiências. Acreditam que esse “turista curioso” é interessado em conhecer o modo de vida local e os costumes tradicionais. Porém, nem sempre é positiva, como nos casos dos turistas que, segundo os indígenas, “vem só pra farra”, que não se comportam durante a visita, que são destruidores, sendo “necessário chamar atenção”. A Aldeia recebe turistas por meio da indicação das agências de viagens, pousadas e grandes hotéis com os quais mantém contato. A agência de viagens Pataxó Turismo possui um roteiro para a visitação nas aldeias indígenas Pataxó, incluindo Aldeia Velha, convidando o turista a embarcar num passeio pela história brasileira e indígena. Para isso, uma parceria com diversas instituições (Instituto Tribos Jovens, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, Prefeitura Municipal de Porto Seguro) forneceu capacitação a alguns representantes indígenas, especialmente para desenvolver o etnoturismo, com base nas atividades culturais, tradicionais e na conservação do meio ambiente. Apesar disso, os indígenas argumentam não receber apoio suficiente, principalmente dos órgãos públicos e das agências de turismo, que deixam de divulgar a Aldeia e não fornecem subsídios para que novos cursos sejam oferecidos, tampouco apoio aos projetos de interesses locais. Existem problemas de ordem político-administrativa entre entes públicos e privados envolvidos com a atividade turística, além da inexistência de legislação específica sobre o assunto e de outros parceiros necessários para o desenvolvimento da atividade. Assim, observou-se que os indígenas têm buscado proporcionar o desenvolvimento da comunidade por meio do turismo, no entanto, as parcerias com o *trade*, para que ocorra a atividade, devem ser estabelecidas de modo a salientar os interesses da comunidade étnica receptora, por meio de processos decisórios participativos. Neste sentido, entende-se que as atividades turísticas em terras indígenas podem, até mesmo, se configurar como uma modalidade de ecoturismo, porém, necessitam de regulamentação específica, objetivando medidas que minimizem os impactos negativos ao meio natural e cultural local, ampliando os benefícios às estas comunidades.

**Palavras-chave:** Indígena; Percepção; Turismo.



## O ECOTURISMO SOB O OLHAR DA COMUNIDADE LOCAL: PRAIA DO ESPELHO, APA CARAÍVA/TRANCOSO, PORTO SEGURO (BA)

**Salete Vieira<sup>\*\*\*</sup>, Luciana Luisa Chaves Castro<sup>\*</sup>, Michelle Machado Paixão<sup>\*\*</sup>,  
Mônica de Souza Rocha<sup>\*\*\*</sup>**

<sup>\*</sup>UESC- Universidade Estadual de Santa Cruz, <sup>\*\*</sup>UNEB- Universidade do Estado da Bahia,  
<sup>\*\*\*</sup>UESC/UNEB

E-mails: saletur@hotmail.com, llcctu@yahoo.com.br, chellepaixao@hotmail.com,  
estrela-su@hotmail.com

A busca por novas formas de relação entre os homens e a natureza tem influenciado a crescente valorização de viagens ao meio natural. Essas novas vivências têm buscado práticas que agregam princípios sustentáveis, ou seja, a busca por uma concepção turística mais pertinente a ideia de preservação da biodiversidade, valorização das vivências sociais na comunidade visitada e sustentabilidade econômica em harmonia com a natureza. Desta maneira, o ecoturismo surge como uma alternativa, dentro de um leque diversificado de segmentos que integra em suas experiências de viagens modos de preservação e desenvolvimento sustentável junto às comunidades anfitriãs, considerando a sensibilidade de oportunizar e emergir preocupações de ordem ambiental, econômica e social. No Brasil, as APAS - Áreas de Proteção Ambiental refletem os novos paradigmas das áreas naturais protegidas, na medida em que oferecem ao indivíduo a possibilidade de engajar-se como parceiro na conservação de ecossistemas. Elas representam uma perspectiva promissora, uma vez que admitem a presença humana na área e oportunizam a integração dos interesses socioeconômicos das comunidades locais à manutenção da biodiversidade. A APA Caraíva/Trancoso mantém em seus limites um grande potencial de atrativos naturais que se planejados para a atividade turística com fundamentos no desenvolvimento sustentável pode trazer benefícios à comunidade local. Nesse contexto, o objetivo proposto neste trabalho foi o de avaliar a exploração turística realizada no meio natural da Praia do Espelho, APA Caraíva/ Trancoso, Porto Seguro, Bahia, tomando como base os preceitos do ecoturismo, observando a dinâmica do atrativo natural e baseando-se na visão da comunidade local. Para isso, contou com pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas semi-estruturadas com membros do conselho deliberativo da APA Caraíva/ Trancoso, Secretário do Meio Ambiente de Porto Seguro e presidente da Associação dos Moradores Locais da Praia do Espelho. Também foi aplicado um questionário com 18 residentes da comunidade, os quais possibilitaram a identificação da opinião da comunidade local em relação ao turismo praticado na área, durante o mês de dezembro de 2010. A pesquisa evidenciou que a atividade turística desenvolvida na Praia do Espelho trouxe importantes benefícios à comunidade local, principalmente sob o aspecto econômico proporcionando melhoria na qualidade de vida através do aumento na geração de empregos e renda e consciência ecológica. Entretanto, sob o aspecto ecológico considerando a fragilidade dos ecossistemas que compõe a área, identificou-se segundo a comunidade que a atividade ali desenvolvida está desencadeando uma série de degradações, como o acúmulo e o descarte inadequado do lixo, o pisoteio das áreas recifais assim como a retirada dos mesmos para levar como recordação e a retirada de argila das falésias pelos turistas. Concluiu-se que a comunidade em ciência dos problemas que o meio ambiente enfrenta buscando se organizar a atividade seguindo os princípios do ecoturismo.

**Palavras-chave:** Ecoturismo; Unidades de Conservação; Percepção da Comunidade.



## ECOTURISMO E ETIQUETA AMBIENTAL

**Geny Brillas Tomanik\*, Andreia Dias da Silva Nakagawa\***

\*Universidade Anhembi Morumbi

E-mails: gbtomanik@gmail.com, andreiadias2006@ig.com.br

Um novo padrão comportamental surge em função da preocupação ecológica, assim esta nova forma de pensamento transforma-se em atitudes “ecologicamente corretas” promovendo um turismo sustentável. Este artigo pretende fazer uma abordagem reflexiva sobre o ecoturismo, enquanto atividade turística voltada para a conservação e preservação da natureza em relação a um novo paradigma comportamental por meio da etiqueta ambiental. O ecoturismo com seu apelo ecológico, hoje se apresenta como alternativa ao desenvolvimento de várias regiões comprometendo-se com a sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica de todos os segmentos sociais envolvidos. Com essa problemática, surgiram normas e leis que disciplinam o comportamento dos atores envolvidos nessa dinâmica com o intuito de amenizar e disciplinar o impacto ambiental causado pela intervenção humana. A consciência ecológica pode ser despertada por meio da educação ambiental e por normas de etiqueta. Essas normas são estabelecidas e uma vez não respeitadas na prática subtraem a dimensão ecológica do ecoturismo, tornando-o apenas turismo na natureza. A mobilização da sociedade contemporânea exige soluções em relação ao meio ambiente e, assim surgem os movimentos ecológicos, que difundem a educação ambiental como instrumento de mudanças na relação entre o indivíduo e o meio ambiente. Pode-se constatar que as preocupações com a maneira correta de se comportar com foco no coletivo por meio de regras já eram difundidas no início do século XVII no processo de transformação histórica. Assim, para entender a aplicação da etiqueta ambiental atualmente foi necessário realizar uma análise histórica do processo de transformação de conceitos da etiqueta. Desta forma, percebe-se o surgimento e a consolidação de uma nova mentalidade, presente na preocupação com a vida no planeta, a manutenção dos seus ecossistemas e a prática de novas atitudes sustentáveis, nos âmbitos econômicos, ambientais e sociais, ou seja, a sustentabilidade. Para atender as pretensões desse artigo, foi utilizada a metodologia de pesquisa exploratória bibliográfica com enfoque nas noções teóricas de Nobert Elias (1993;1994) e Dias (2004) e também a coleta documental de dados de referências na rede mundial de computadores. A pesquisa proporcionou a constatação de que a ecologia e a preocupação ambiental, que antes eram temas restritos a cientistas ou entusiastas, hoje representam um modelo de comportamento a ser seguido, e passou a ser um assunto rotineiro, que ocupa, diariamente, todas as formas de mídia. Além da mídia, para se obter *status* e visibilidade, o tema passou a ser utilizado e colocado em prática, em todas as esferas, nos domínios públicos, privados, e também em todas as atividades humanas, inclusive o turismo. Enfim, todos passaram a discutir e procurar soluções para amenizar o impacto ambiental da atividade humana. As conclusões preliminares levam à reflexão de que a sociedade atual exige ou espera uma mudança de atitude em relação à questão ambiental, fica evidente a necessidade de se estabelecer normas de etiqueta e de programas de educação ambiental para que, por meio da pressão e controle social, essas mudanças comportamentais realmente ocorram, e na perspectiva do ecoturismo para o bem da natureza e da comunidade, resultando em um desenvolvimento sustentável.

**Palavras-chave:** Etiqueta; Ecoturismo; Educação Ambiental.

P



## PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE MACAÉ DE CIMA: PERSPECTIVAS PARA O ECOTURISMO

*Aurea Pinheiro Rocha, Angelica Carvalho Di Maio, Leonardo Gama Campos*

(?)

E-mails: aurea.lumiar@gmail.com, dimaio@vm.uff.br, leogeouff@yahoo.com.br

A Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima (APAMC), localizada no distrito de Lumiar em Nova Friburgo, RJ, criada em 2001, vem passando por conflitos devido ao choque de diferentes visões, quanto ao seu uso, desde sua implantação. Além disso, esta área enfrenta muitas transformações sócio-econômicas agravadas pela chegada do turismo e pela desvalorização das práticas agrícolas tradicionais. Os conflitos em relação ao uso da terra vêm demonstrando na região os interesses divergentes dos atores sociais envolvidos na implantação desta modalidade de unidade de conservação. O ator social que desponta nesse cenário ainda recente, são pessoas ligadas às atividades turísticas e que fortemente tem contribuído para mudanças da estrutura sócio-espacial, ligadas principalmente ao novo uso do solo. Baseando-se nos pressupostos de como o turismo vem interagindo e transformando antigas atividades econômicas e como vem se fortalecendo como uma nova atividade, com seus interesses, dificuldades e impactos busca-se analisar na pesquisa as questões socioambientais existentes na APAMC, através da percepção dos diferentes grupos de atores sociais (agricultores, turistas, conselho gestor da APA), orientadas ao ecoturismo. Os instrumentos da pesquisa foram entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, recursos de imagens (oficinas, mapas mentais) e questionários com os atores envolvidos com APAMC, baseando-se nos métodos qualitativos de obtenção e interpretação dos dados. Na perspectiva da população local, a chegada do turismo representa uma nova possibilidade de renda frente à um declínio da agricultura da região. Entretanto, esse acelerado crescimento, numa localidade antes "acostumada" com o modo de vida tipicamente rural pode apresentar desafios em relação à infra-estrutura, além da própria inserção da população local nessas novas atividades. Os turistas, geralmente de passagem, não têm contato com a realidade da região, então querem o "espaço verde" como fonte de prazer e não de subsistência como os agricultores nativos, sendo os primeiros, indivíduos essencialmente urbanos. Os valores trazidos dos centros urbanos vão se mesclando com os valores tradicionais, sendo os últimos muitas vezes substituídos pelos primeiros. O planejamento do setor turístico na região ainda é insuficiente já que carece de diretrizes específicas, visto que o plano de manejo da APA ainda não foi terminado e os órgãos públicos responsáveis não atuam de maneira satisfatória. Há muitos problemas a serem superados para que uma verdadeira ação prática do ecoturismo possa fluir, principalmente quando se refere à infra-estrutura, que geralmente vem ser pensada depois que o fluxo turístico passa a acontecer, estes se refletem na falta de saneamento básico que vem comprometendo os rios, que representam um dos maiores atrativos turísticos da região. Outro fator importante que impede a fruição do turismo é a privatização e fechamento de muitas beiras de rio utilizadas para lazer de turistas e moradores de Lumiar. A regulamentação do setor turístico em nível nacional e regional precisa ser acompanhada pelo nível local para que os recursos turísticos (naturais, culturais e históricos) não sejam destruídos pela lógica do lucro imediato.

**Palavras-chave:** Percepção ambiental; Ecoturismo; Unidade de conservação.

T

## TRILHAS INTERPRETATIVAS COMO FERRAMENTAS PARA A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE ARRAIAL DO CABO (RJ)

**André Luiz Batouli-Santos\***, **Luis Felipe Skinner\*\***, **Ana Cristina Brum de Queiroz\***

\*Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, \*\*Universidade do Estado do Rio de Janeiro

E-mails: [biologiaarraial@globocom.com](mailto:biologiaarraial@globocom.com), [lskinner@uerj.br](mailto:lskinner@uerj.br), [familiabq@bol.com.br](mailto:familiabq@bol.com.br)

Até recentemente as trilhas supriram as necessidades básicas de deslocamento dos indivíduos. Atualmente, além de suprir tais necessidades, as trilhas ganharam caráter de integração entre o homem e a natureza. Caminhar por trilhas representa também um momento de lazer e, se bem planejadas e com propostas definidas previamente, as caminhadas podem se tornar um valioso instrumento de educação e conscientização ambiental. Além disso, por despertar sentimentos dos mais diversos nos caminhantes, proporcionam meios para a sua sensibilização e abrem espaço para a integração entre os participantes, entre si e com o meio, permitem a difusão de conhecimentos e a consolidação de valores e atitudes compatíveis com a preservação do patrimônio natural e cultural de uma localidade, região ou país. O município de Arraial do Cabo, distante aproximadamente 140 Km do Rio de Janeiro, guarda algumas das mais belas paisagens do litoral brasileiro e é conhecido por suas belas praias de água cristalina. A prática do ecoturismo é bem desenvolvida no município, principalmente no que diz respeito às práticas em ambiente marinho e atividades subaquáticas. Entretanto, encontramos outros ecossistemas ainda pouco explorados do ponto de vista turístico e educativo. No município, além do ambiente marinho, também encontramos restingas, dunas, mangues, lagoas, brejos e costões rochosos. Tais ecossistemas são habitat de espécies importantes da fauna e da flora, muitas delas endêmicas, e abrigam vários sambaquis, importantes sítios arqueológicos. Tendo como objetivo principal a sensibilização sobre a importância do patrimônio natural e cultural do município para a sua conseqüente valorização e preservação, propusemos a realização de trilhas interpretativas guiadas. Tais trilhas estão sendo realizadas com alunos de escolas públicas. Entendemos que atividades deste tipo, sendo realizadas com este público, proporcionam a formação de cidadãos mais conscientizados das questões ambientais, colaborando para o desenvolvimento do ecoturismo, uma vez que tradicionalmente, boa parcela dos jovens está envolvida com o turismo no município, ou estará no futuro, direta ou indiretamente. As trilhas estão sendo realizadas de maneira que permitam vislumbrar os diferentes ecossistemas encontrados no município e, sempre que pertinente, ênfase é dada às questões históricas e culturais, além das questões ambientais. Além da realização da trilha, os participantes preenchem um questionário sobre a percepção do ambiente. O projeto encontra-se em fase inicial de desenvolvimento e até o momento foram realizadas 2 trilhas que envolveram 62 participantes. Apesar do número ainda reduzido de trilhas já realizadas, percebemos que embora exista grande potencial ecoturístico no município, no que diz respeito à prática de caminhadas, as trilhas encontram-se desprovidas de qualquer sinalização ou informação, que pudessem destacar aspectos relevantes do ambiente para o visitante. Além disso, análises preliminares dos questionários preenchidos pelos participantes mostram que atividades deste tipo são de fundamental importância para a interpretação do ambiente e para a sensibilização em relação às questões ambientais e culturais, colaborando assim para a valorização do patrimônio natural e cultural do município.

**Palavras-chave:** Interpretação Ambiental; Trilhas; Arraial do Cabo.

**ECOTURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CERRADO PAULISTA: DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES DE USO PÚBLICO DO PARQUE ESTADUAL DO JUQUERY, CAIEIRAS E FRANCO DA ROCHA (SP)**

***Patricia Adalgisa Gobitti Alves\**, *Marcelo Texeira Cesar de Oliveira\****

\*Instituto Ipá Ti-uá de Meio Ambiente, Cultura e Sociedade

E-mails: patadalgisa\_biotologia@yahoo.com.br, marcelotco@ipatiua.com.br

O Cerrado é um dos biomas mais destruídos pela ação da agricultura mecanizada para plantio de soja, algodão e milho em várias regiões do Brasil, tendo reduzido, significativamente, a sua área original. Em São Paulo, representado por manchas em diversas regiões do Estado, está hoje preservado em algumas Unidades de Conservação (UC)s públicas como os Parques Estaduais das Furnas do Bom Jesus, de Porto Ferreira, Vassununga e na Floresta Estadual de Assis, todos sob a responsabilidade da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo. O Parque Estadual do Juquery (PEJ), que apresenta o último fragmento de cerrado da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), está situado nos municípios de Franco da Rocha e Caieiras. O Decreto Estadual nº 36.859/93 garantiu a proteção de uma área total de 2.058,09 ha, situada nas coordenadas 23º21'S e 46º42'W. O acesso ao PEJ pode ser feito pela rodovia Pref. Luiz Salomão Chamma (SP-023). O presente trabalho analisou o potencial para a atividade de ecoturismo e educação ambiental, considerando a demanda potencial de público, as condições atuais das instalações, as trilhas, a paisagem e o atendimento ao visitante. Foram realizadas visitas entre março de 2009 a dezembro de 2010 registrando com fotos e anotações de campo. A pesquisa foi complementada através de bibliografia, documentos e da legislação, além da internet. O acesso ao PEJ é fácil e a proximidade a cidade de São Paulo, o maior mercado emissor brasileiro em ecoturismo, tornam a área uma região potencial para visitas curtas aos finais de semana e feriados prolongados. Na área existe um Núcleo de Educação Ambiental (NEA) com museu compostos de exemplares de flora e de animais locais taxidermizados, moldes de pedras em gesso, painéis explicativos, rochas e vitrine do bioma do cerrado. O auditório tem equipamentos multimídia e capacidade de 60 pessoas. Apenas dois banheiros para o público em toda a área. Lixeiras de reciclados foram encontrados em apenas uma área do PEJ. Não existe venda de alimentos mas quiosques para piqueniques. Não há estacionamento planejado e nem nenhuma estrutura para acesso de portadores de deficiência. Possui seis trilhas abertas ao público, uma delas levando a uma torre de observação. Placar tem informação de tamanho do percurso e o grau de dificuldade. Não há avisos ou e recomendações sobre riscos. É obrigatória para a trilha dos Pitus. O PEJ recebe escolares com agendamento prévio. Não foi identificado uma programa de formação de monitores e houve carência de informações sobre o ambiente. Apesar das condições encontradas, há frequência alta de visitas escolares. Por ano aproximadamente 15.000 alunos de escolas públicas e privadas visitam PEJ. Nos finais de semana praticamente não há visitantes apesar de estar na RMSP, por exemplo, se comparado ao vizinho P.E. Cantareira que recebe um grande volume de pessoas. A área tem um bom uso para estudos do meio, mas não desenvolveu seu potencial para o Ecoturismo. A vista aberta atende mais a população para lazer que não frequentam trilhas.

**Palavras-chave:** Juquery; Cerrado; Ecoturismo.

## **CONTROLE DA VISITAÇÃO PÚBLICA NAS PISCINAS NATURAIS DA COSTA DOS CORAIS EM MARAGOGI (AL)**

***Cláudia Cordeiro de Assis\****

\*Universidade Anhembi Morumbi/ Instituto Federal de Alagoas

E-mail: claudiacordeirinho@hotmail.com

O presente estudo promove o entendimento da importância do controle da visitação pública nas piscinas naturais do Município de Maragogi em Alagoas. Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se de bibliografias referente às Áreas de Preservação Ambiental (APA) e Legislação Ambiental, observação in loco e acompanhamento de pesquisadores. Maragogi faz parte da Costa dos Corais, uma Área de Preservação Ambiental (APA) criada em 1997, que compreende 13 municípios ao longo de seus 135 km, entre o litoral norte de Alagoas e o sul de Pernambuco. Os recifes presentes na costa fazem parte de uma formação de barreira de corais e é definida como a segunda maior e mais importante do mundo. Com a maré baixa, formam-se piscinas naturais que unidas à presença de corais, contempla numerosas espécies endêmicas de inestimável beleza, contribuindo por representar o principal atrativo da região. As piscinas naturais das Galés de Maragogi são atualmente, o segundo destino turístico no estado de Alagoas, só perdendo em número de visitantes para a capital, Maceió. Os principais impactos causados pela atividade turística desordenada até 2009, nesta região eram a ancoragem das embarcações; pisoteio sobre os recifes; a retirada de organismos ornamentais; aumento da turbidez da água e a pesca irregular, além da falta de preparo e descuido com a segurança e salvaguarda da vida humana. Com a exploração intensiva da iniciativa privada, nessa área de patrimônio público, através dos passeios, mergulho autônomo, vendas de fotos subaquáticas, comércio de alimentos e bebidas, agravaram-se ainda mais a degradação. A partir de janeiro de 2010, as ações referentes à instrução normativa nº. 08 de 29 de dezembro de 2009 passaram a regular o ordenamento da atividade de turismo e demais formas de exploração econômica das piscinas naturais de Maragogi, delimitando o número máximo de visitantes nas piscinas para 720 pessoas/dia; somente as embarcações autorizadas passam a realizar o passeio às piscinas naturais respeitando o limite demarcado pelo zoneamento estabelecido pela APA da Costa dos Corais; a proibição da permanência das embarcações na zona de uso público no período de maré cheia, o impedimento da comercialização de bebidas e comidas na zona de uso público, sendo fornecidos somente no interior das embarcações autorizadas. Efetuadas as análises e observações, foi possível identificar que a cultura da cooperação, entre os empresários locais, a comunidade e Governo através do Arranjo Produtivo Local de Turismo – Costa dos Corais instigaram a busca de ações emergenciais de uma gestão sustentável, contribuindo para a redução dos impactos nas piscinas naturais do destino turístico, através da regulamentação da atividade, com punição prevista em lei. Entretanto, até a presente data, não existe um plano de manejo ou mesmo um zoneamento de toda a área desta APA.

**Palavras – chave:** Controle; Costa dos Corais; Maragogi (AL).



## POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO PRODUTIVA PARA COMUNIDADES DO ENTORNO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ATRAVÉS DE TRILHAS ECOLÓGICAS

**Clébia Bezerra da Silva\*, Ricardo Farias do Amaral\***

\*Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mails: clebiabsilva@yahoo.com.br, ric@ufrnet.br

O turismo é uma atividade sustentável quando ecologicamente sustentável, a longo prazo, viável economicamente, ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Em se tratando de comunidades do entorno de Unidade de Conservação, a sustentabilidade é condição *sine qua non* para seu desenvolvimento. Sobre este prima, foi desenvolvido o Projeto Caminhos de Maracajaú, com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão da UFRN. Um dos objetivos do projeto era de identificar novas possibilidades de passeios turísticos e inserir as comunidades do entorno da Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais (APARC), nesse novo contexto. A comunidade de Maracajaú, circunvizinha à APARC, está situada no município de Maxaranguape, 70km de Natal, com aproximadamente 2500 habitantes. As trilhas ecológicas identificadas são uma alternativa a atividade de mergulho, desenvolvida na APARC, e feita quase que exclusivamente por empresas. Para uma das trilhas foram organizadas excursões no intuito de testar sua atratividade, possibilidades de interpretação ambiental e inserção da comunidade. O pacote oferecia traslado Natal-Maracajaú, café da manhã, lanche, guiamento, almoço. A dinâmica do passeio foi a seguinte: café da manhã na padaria de Maracajaú; visita à sede da APA dos Recifes de Corais, para serem dadas as informações sobre a comunidade, o projeto, as trilhas e as condutas permitidas. Nesse local havia, também, artesões locais que foram convidados a exporem seus produtos. Após essa etapa, iniciava-se a trilha, com duração média de 3h. O guiamento do grupo era de responsabilidade de orientadores turísticos locais e equipe do projeto, um orientador para cada sete turistas. A trilha culmina na lagoa do Baião Grande, onde havia um lanche para os turistas, que era levado por um carroceiro. Tanto os orientadores e carroceiros receberam pelos seus serviços. O seguinte ponto de parada era o da Casa de Farinha, onde já havia um morador esperando pelos turistas com cocos, para vender. Ao fim da trilhas, todos foram almoçar em restaurante de um morador local, ex-pescador. À tarde o tempo era liberado para os turistas fazerem o que quisessem. Eles foram fazer passeios oferecidos pelos orientadores turísticos, em sua maioria. Os resultados comprovaram a capacidade que o turismo tem de possibilitar a inserção produtiva e econômica de pessoas em vulnerabilidade social aliadas à emancipação social e preservação ambiental.

**Palavras-chave:** Maracajaú; Unidades de Conservação; Comunidades do Entorno.



## **DOS RECIFES ÀS DUNAS COSTEIRAS: UMA QUEBRA DE PARADIGMA – “ECOTRILHAS NAS DUNAS DE MARACAJAÚ”**

***Ricardo Farias do Amaral\**, *Clébia Bezerra da Silva\****

\*Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mails: projeto\_corais@yahoo.com.br, clebia@ufrnet.br

Foram executadas ações com o intuito de diversificar as atividades turísticas na comunidade de Maracajaú focadas no desenvolvimento de um único ecossistema: os recifes de corais, na Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais, desviando-as para o uso sustentável dos ecossistemas praia, dunas e lagoas. Estas ações foram desenvolvidas graças ao apoio da Pró-Reitoria de Extensão da UFRN. A comunidade de Maracajaú está situada no município de Maxaranguape, 70 km ao norte da cidade de Natal, e possui aproximadamente 2500 habitantes. As operações turísticas na área movimentam cerca de 70 mil pessoas por ano e um montante aproximado de 280.000,00 reais, apenas com a taxa ambiental. As ações desenvolvidas foram balizadas nos seguintes aspectos: elevação da autoestima do autóctone, a partir da percepção crítica da paisagem continental local; prática da educação ambiental, a partir do entendimento da necessidade preservação do espaço geográfico continental, agora também fonte de renda; indução a geração de renda, a partir do desenvolvimento de atividade sustentável. Foram realizadas pesquisas de campo e gabinete, de caráter científico, para a elaboração de um diagnóstico geológico e biológico dos ecossistemas; reuniões com atores locais para a definição conjunta de três ecotrilhas, das quais uma foi executada durante a 62ª Reunião Anual da SBPC, realizada na UFRN/Natal. Após o sucesso na execução da ecotrilha do Baião Grande, orientadas pela equipe, mas conduzida por atores locais, o paradigma dos recifes de corais como única opção de uso turístico foi quebrado e uma série de pressões para o uso dos ecossistemas continentais iniciaram, dentre elas: i) os visitantes passaram a procurar mais amiúde os “guias locais” para a efetivação de trilhas continentais; ii) os guias, por sua vez, que passaram a sentir a necessidade de maior treinamento para a orientação adequada nas trilhas; iii) os donos de pousadas passaram a procurar membros da equipe do projeto e atores locais, interessados em apoiar estas atividades, uma vez que ampliam a permanência dos visitantes no local; iv) autóctones passaram a ver as ecotrilhas nas dunas costeiras como mais uma opção efetiva de renda, dentre outros processos sociais. Atualmente a equipe desenvolve atividades objetivando avaliar e responder algumas das muitas questões surgidas com as mudanças alcançadas, principalmente aquelas concernentes à questão fundiária, ao desenvolvimento social e à educação ambiental.

**Palavras-chave:** Maracajaú; Recifes de Corais; Ecotrilhas.



## **PLANEJAMENTO DE LAZER E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NUM GRANDE CENTRO URBANO: PARQUES NATURAIS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO**

***Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco\****

\*Escola de Artes, Ciências e Humanidades - USP

E-mail: repacheco@usp.br

As atividades de lazer, turismo, educação ambiental e recreação em áreas protegidas para a população de seu entorno e também para visitantes advindos de outras regiões se inserem em um programa de gestão denominado Programa de Uso Público. O presente artigo apresenta os principais aspectos do planejamento do Uso Público em quatro novos Parques Naturais Municipais que estão em processo de criação, no município de São Paulo, a saber: Parque Natural Municipal de Bororé, da Varginha, do Itaim e do Jaceguava. Dá-se destaque no presente trabalho aos dois primeiros parques – Bororé e Varginha. Produto de compensação ambiental, essas novas Unidades de Conservação (UCs) estão inseridas em uma região caracterizada pela escassez de serviços públicos básicos, como saúde, educação, transporte, lazer, cultura e esporte. Desta forma, serão objeto de grande pressão por uso público. A partir da observação, embasada na teoria da interpretação das culturas, e também de entrevistas semi-estruturada com atores-chave das comunidades do entorno das novas UCs, pôde-se identificar as principais práticas de lazer e turismo dos moradores da região, assim como as dificuldades encontradas para que possam desfrutar seu tempo livre. Nesse sentido, o objetivo do trabalho é compatibilizar as aspirações de lazer das comunidades com as ações de conservação ambiental dos parques. Dentre os principais resultados, identificou-se que os principais espaços demandados pela população são: ciclovias, campo de futebol, locais para caminhar com segurança e espaços recreativos infantis. Com isso, compatibilizar as aspirações de lazer das comunidades com as ações de conservação ambiental dos parques torna-se o principal desafio da gestão do Uso Público dessas novas UCs.

**Palavras-chave:** Parques Naturais Municipais; São Paulo. Lazer.



## **'ECOTURISMO' O LA 'CUADRATURA DEL CÍRCULO': MAS QUE UN TINTE VERDE A LA ACTIVIDAD ECONÓMICA DEL TURISMO**

***Gregorio Mesa Cuadros\****

\*Universidad Nacional de Colombia

E-mail: gmesac@bt.unal.edu.co

Nadie duda de las consecuencias económicas o crematísticas del incremento de las actividades turísticas pero la discusión que aquí nos ocupa es precisar si esta actividad es sostenible, si puede llegar o puede serlo. Por ello, podemos indicar la necesidad de hablar en serio de „ecoturismo” para que no quede solo como una falacia o como solo un tinte verde para una actividad que por sí misma, es depredadora y contaminadora. En los últimos tiempos está de moda de teñirse de verde para estar en el estándar internacional o nacional de que una determinada actividad humana que desarrollamos es amigable con el ambiente. Pero no siempre, esa asociación entre ser verde y realizar una actividad económica es congruente, responsable o conservacionista del ambiente o de su uso cuidadoso. Por ello se deben mirar los aspectos concretos de esta clase de denominación, en últimas, precisar si es posible hablar de „ecoturismo”, conceptualmente hablando. La mayoría de las prácticas denominadas ecoturísticas no lo son porque están asociadas a actividades productivas que para ser económicamente viables y rentables, requieren usar indiscriminada y exageradamente recursos naturales o elementos o componentes del ambiente. En efecto, la publicidad turística enuncia y promueve mayores consumos, por lo tanto, mayores presiones al ambiente y a los ecosistemas y, seguramente, menores consideraciones de cuidado y conservación que son el elemento central de la protección tanto del entorno urbano y natural (BLANQUER, 2000), que desde nuestra perspectiva reconfigura la genérica protección ambiental. Las diversas teorías conservacionistas (ecologistas y ambientalistas) parten de la idea general de restringir los consumos que, convertidos en huella ambiental insostenible, es decir los consumos exosomáticos, son esencialmente culturales, asociados a prácticas de sobreconsumo de la sociedad capitalista contemporánea que no quiere poner límite o freno a las prácticas de apropiación de la naturaleza y, las normas de restricción o de límite, de carácter ambiental, si existen, se erosionan o restringen hasta hacer imposible la concreción de la sostenibilidad. ¿Cómo hacer, entonces, para que se pueda hablar de „ecoturismo” sin caer en la falacia del error conceptual y de la contradicción en los términos turismo y conservación? En este escrito presentamos tres momentos para contribuir a este debate. El primero, indica una concepción de ambiente y una teoría de la apropiación de la naturaleza. La segunda desarrolla el concepto de huella ambiental sostenible para precisar la idea de conservación. La tercera establece las relaciones teóricas y prácticas de las actividades productivas asociadas al turismo y las posibilidades o no de concretar el principio de sostenibilidad.

### Bibliografía

Blanquer, David. 2000. “La ordenación jurídica de la calidad del turismo”. En: Sosa Wagner, Francisco (coord.) 2000. El derecho administrativo en el umbral del siglo XXI. Homenaje al profesor Ramón Martín Mateo. Tomo III. Valencia: Tirant Lo Blanch, pág. 3121 a 3174.

**Nota dos editores:**

Os resumos apresentados nas seções seguintes, foram avaliados pelo Comitê Técnico-Científico do VIII Congresso Brasileiro de Ecoturismo.

